

<b>ATA DA 6ª REUNIÃO DO CGEE</b>	<b>Brasília – DF</b>
<b>Assunto: 6ª Reunião do Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE</b>	<b>Data: 11 e 17/12/2018</b> <b>Sala 555 - MME</b>

**AGENDA GERAL – 11 e 17/12/2018 (9h30 – 17h30)**

- 1. ABERTURA**
- 2. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS NO ÂMBITO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 051/2018 – ANEEL**
- 3. ENCAMINHAMENTOS**
- 4. ENCERRAMENTO**

**PRIMEIRA PARTE - 11/12/2018 (9H30 – 17H30)**

**1. ABERTURA**

O Diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético – DDE, Sr. Carlos Alexandre Príncipe Pires deu as boas-vindas a todos e justificou a ausência do Secretário da SPE, Sr. Eduardo Azevedo, que está em férias.

O Sr. Carlos Alexandre informou que não estavam presentes os representantes titulares da ANEEL e do MCTIC, mas que estavam presentes seus representantes, conforme lista de presença (Anexo I). A Sra. Renata Falcão, representante da Eletrobras, ressaltou a importância da presença dos titulares, a fim de não diminuir a importância do Comitê.

O Sr. Jairo Coura, representante do MCTIC, sugeriu que todos os comitês de Eficiência Energética fossem agrupados e que dispusessem de membros titulares e suplentes.

O Sr. Carlos Alexandre solicitou que o Sr. Marcel Siqueira, gerente do Procel, apresentasse o panorama das propostas recebidas no âmbito da Audiência Pública nº 051/2018.

**2. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS NO ÂMBITO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 051/2018 – ANEEL**

O Sr. Marcel apresentou um quadro resumo sobre as contribuições recebidas por meio da Audiência Pública nº 51/2018 da ANEEL, subdivididas pelos autores e por subprograma do Procel. No total, foram recebidas 153 contribuições. Apresentou também como foi estruturada a planilha que reúne a análise de cada proposta.

O Sr. Carlos Alexandre esclareceu que o produto final do GCCE foi a carteira de projetos propostos para o PAR Procel, mas também a priorização destes projetos. Informou que o grupo optou por apresentar uma carteira maior de projetos do que o montante estimado de recolhimentos, a fim de permitir que, durante a execução, caso projetos sejam contratados com valores menores que os previstos, ou não possam ser executados, o recurso possa ser alocado a

outros que já estejam aprovados, mas que estejam em “*stand by*”. **Ficou definido que o Comitê manteria a priorização sugerida pelo GCCE.**

O Sr. Carlos Alexandre lembrou também que o prazo limite para aprovação, por força da Lei, é de 26/12/2018. Assim, já está prevista a continuidade da reunião no dia 17 de dezembro e, caso houver necessidade, ainda poderá ser realizada mais uma reunião, no final da próxima semana.

Sra. Renata solicitou que fossem lembrados os critérios utilizados pelo GCCE para a seleção das propostas. **O Comitê deliberou que estes critérios sejam mantidos para a decisão do CGEE para este e para os próximos Planos de Aplicação de Recursos do Procel. Foi decidido que o texto de abertura do PAR Procel 2018 incluirá a relação dos critérios.**

Passou-se à apresentação da análise de cada contribuição, realizada pela equipe do Procel. Primeiramente foram avaliadas as contribuições feitas aos projetos apresentados na Audiência Pública. Na sequência, seriam avaliadas as sugestões de novos projetos a serem incluídos no Plano.

- 1) Procel Educação: No âmbito do Procel Educação, a análise das contribuições realizada pelo Procel foi corroborada pelo Comitê. A Sra. Samira Sousa, do MME, mencionou que sentiu falta da contribuição encaminhada pelo MEC/SETEC, a qual havia sido encaminhada à Audiência Pública com cópia para o MME. A Sra. Sheyla Damasceno, representante da ANEEL, fará a verificação na ANEEL do motivo da contribuição não ter sido recebida.
- 2) Procel Info: a análise das contribuições realizada pelo Procel foi corroborada pelo Comitê.
- 3) Procel Marketing: a análise das contribuições realizada pelo Procel foi corroborada pelo Comitê.
- 4) Procel Reluz: a análise das contribuições realizada pelo Procel foi corroborada pelo Comitê.
- 5) Selo Procel: a análise das contribuições foi corroborada pelo Comitê. Algumas propostas da empresa Mitsidi serão avaliadas na próxima reunião, por serem muito semelhantes e terem tido análises diferentes pela equipe do Procel.
- 6) Procel Indústria: a análise das contribuições foi corroborada pelo Comitê.
- 7) Procel Edifica: a análise das contribuições foi corroborada pelo Comitê.
- 8) Procel GEM: a análise das contribuições foi corroborada pelo Comitê.

Não foram recebidas contribuições sobre projetos do subprograma Procel Sanear.

**No âmbito dos recursos voltados para eventos, o Comitê deliberou que deverá ser realizado um evento comemorativo dos 25 anos do Selo Procel, conjugado com uma próxima edição do Prêmio Procel, especialmente voltado para o setor industrial e também com o concurso de inovação.**

Foi iniciada a avaliação das contribuições de caráter geral ao PAR Procel 2018. A análise das contribuições consideradas nesta reunião foi corroborada pelo Comitê. Por causa do avanço do tempo, o Comitê definiu que o restante das contribuições de caráter geral, bem como aquelas relativas aos Projetos Estruturantes e as propostas de novos projetos a serem inseridos no PAR seriam analisadas na continuação da reunião, no dia 17/12/2018. O Sr. Carlos Alexandre solicitou que a equipe do Procel disponibilizasse as propostas de novos projetos aos membros do CGEE por e-mail, para permitir que fossem avaliados antes da próxima reunião.

## Segunda Parte - 17/12/2018 (9h30 – 17h30)

### 1. ABERTURA

O Diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético – DDE, Sr. Carlos Alexandre deu as boas-vindas a todos e justificou a ausência do Secretário da SPE, Sr. Eduardo Azevedo, que estava em viagem.

O Sr. Carlos Alexandre destacou a presença do Sr. José Gabino M. Santos, representante da ABRADDE, e do Sr. Aílson Barbosa, representante da ANEEL, que não estiveram presentes na reunião do dia 11/12/2018. A lista de presença pode ser encontrada no Anexo II.

O Sr. Carlos Alexandre recordou que na primeira reunião foi feita uma varredura nas propostas encaminhadas à Audiência Pública nº 051/2018, realizada pela ANEEL, e que, nesta seriam discutidas as contribuições encaminhadas aos Projetos Estruturantes e as sugestões de novos projetos. **Com relação a estas últimas, o Sr. Carlos Alexandre sugeriu, e o Comitê acatou a sugestão, de que quaisquer novos projetos aceitos para inclusão no PAR Procel 2018 ficassem na condição de “stand by”, para não interferir na priorização já definida pelo Comitê.**

O Sr. Aílson mencionou que gostaria de fazer considerações sobre alguns projetos, antes de se iniciar a análise. O Sr. Carlos Alexandre propôs que, se fossem sobre propostas a serem analisadas na reunião de hoje, que fossem feitas no momento oportuno. Caso fossem sobre contribuições já analisadas, que fossem feitas em outro momento, a fim de não afetar a agenda proposta para esta reunião.

O Sr. Carlos Alexandre então passou a palavra ao Sr. Marcel, para que retomasse a apresentação da análise da equipe do Procel sobre as contribuições recebidas no âmbito da Audiência Pública nº 051/2018.

### 2. CONTINUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS NO ÂMBITO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 051/2018 – ANEEL

Continuou-se a análise das contribuições recebidas por meio da Audiência Pública nº 051/2018 da ANEEL, que apresentou a proposta do 2º Plano de Aplicação de Recursos do Procel – PAR Procel 2018.

- 1) O Sr. Marcel lembrou que três contribuições referentes a projetos do subprograma Selo Procel haviam ficado para análise nesta reunião. Retomou então a avaliação das propostas, tendo o Comitê corroborado a avaliação da equipe do Procel.
- 2) Projetos Estruturantes: a análise das contribuições realizada pelo Procel foi corroborada pelo Comitê. **Destaca-se que, após deliberação, o Comitê definiu que a proposta de atualização do Balanço de Energia Útil (BEU), encaminhada por várias instituições à Audiência Pública, será incorporada à proposta do Projeto “Plano Decenal de Eficiência Energética”, sendo que o orçamento deste projeto passará de R\$ 1 milhão para R\$ 2 milhões.**

O Sr. Aílson levantou alguns pontos com relação às propostas de projetos apresentadas nesta categoria.

- Com relação ao Projeto “*Desenvolvimento e implantação inicial de metodologias de avaliação de resultados de ações de Eficiência Energética*”

*implementadas no Brasil e Guia e exemplos práticos de M&V no âmbito dos subprogramas atendidos pelo PAR*”, o Sr. Aílson indicou que a posição da ANEEL era contrária a inclusão deste projeto no PAR Procel 2018, tendo em vista que não caberia o desenvolvimento de nova metodologia para medição dos resultados de ações de eficiência energética, mas sim, a consolidação daquela já adotada pela ANEEL. Ademais, entendia que já existiam guias bastante explicativos para a aplicação da metodologia de medição de verificação adotada. Propôs então que o projeto fosse excluído da proposta do PAR Procel 2018. O Sr. Carlos Alexandre propôs que o projeto fosse incluído na categoria “*stand by*”, uma vez que, posteriormente, a critério do CGEE, a proposta poderia ser readequada e implementada, no caso de haver recursos disponíveis. **Como não houve consenso sobre a decisão, o comitê votou pela permanência da proposta no Plano, mas na condição de “*stand by*”, sendo que o Sr. Aílson e o Sr. José Gabino votaram pela retirada da proposta do Plano.**

- Com relação ao Projeto “*Concurso de Inovação para Soluções em Eficiência Energética*”, o Sr. Aílson mencionou que, tendo em vista a experiência da ANEEL na realização da “Olimpíada de Eficiência Energética”, este projeto deveria ser implementado em formato bem menor que o proposto, a fim de servir como projeto piloto para a execução posterior de projetos semelhantes maiores. Sugeriu que o orçamento previsto para o projeto fosse reduzido de R\$ 15 milhões para R\$ 3 milhões. O Sr. Carlos Alexandre e o Sr. Rodrigo Garcia, representante da CNI, consideraram que, por se tratar de um concurso que prevê a implementação das inovações selecionadas, o orçamento deveria ser mantido; entretanto, propuseram que o edital do concurso fosse submetido à avaliação do CGEE, antes do seu lançamento, a fim de que o Comitê pudesse verificar a pertinência dos temas escolhidos, bem como dos critérios de seleção. O Sr. Jairo informou que, quanto ao tema da “Inovação”, já existe o Portal Inovação, que é um espaço para interação e cooperação tecnológica entre a comunidade técnico-científica e as empresas nacionais que objetiva promover a inovação e o aumento da competitividade da economia brasileira. O site do Portal está no endereço: <http://www.portalinovacao.mct.gov.br>, e os contatos são o e-mail: [atendimento@portalinovacao.org.br](mailto:atendimento@portalinovacao.org.br) ou o telefone 0800 601 9600. O Sr. Jairo informou também que a Lei nº 11.196/2005, também conhecida como Lei do Bem, estabeleceu incentivos fiscais para as pessoas jurídicas que realizarem inovação tecnológica. Da mesma forma, o Decreto nº 9.283/2018 regulamentou a Lei nº 13.243/2016, a qual estabeleceu medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, e ficou conhecida como o “Novo Marco Legal” da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Por votação, o Comitê definiu que o projeto permanecerá com o orçamento inicialmente proposto, e que o edital deverá ser submetido para avaliação do CGEE.**
- Com relação ao Projeto “*Sistema de Indicadores para Eficiência Energética*”, o Sr. Aílson propôs que fosse excluído ou alterado para a categoria “*stand by*”, tendo em vista que está sendo finalizado o projeto de P&D ANEEL “Observatório de Eficiência Energética”, que deverá entrar em operação em março de 2019. Entende que o projeto proposto no PAR Procel demandará recursos expressivos e não deverá estar à disposição da sociedade, como será o Observatório. O Sr. Rodrigo sugeriu que, tendo em vista que a definição de indicadores setoriais decorre da metodologia de

medição e verificação adotada, que este projeto fosse colocado em “*stand by*” e que o Projeto “*Desenvolvimento e implantação inicial de metodologias de avaliação de resultados de ações de Eficiência Energética implementadas no Brasil e Guia e exemplos práticos de M&V no âmbito dos subprogramas atendidos pelo PAR*” retornasse à condição de “*aprovado*”. **Por votação, o Comitê definiu que o projeto será colocado na categoria de “*stand by*”.**

**O Sr. Rodrigo sugeriu que, para os próximos processos de elaboração do PAR Procel, as propostas organizadas pelo Grupo Coordenador de Eficiência Energética (GCCE) fossem submetidas à aprovação do CGEE antes de irem à audiência pública, a fim de que este Comitê também pudesse avaliar tecnicamente as propostas. O Sr. Carlos Alexandre sugeriu, complementarmente, que as discussões para o terceiro PAR Procel começassem no início do segundo semestre de 2019, a fim de evitar que haja um intervalo entre o fim do período de execução do PAR e o início do seguinte. O Comitê acatou as sugestões.**

- 3) **Projetos Novos:** a análise das contribuições realizada pelo Procel foi corroborada pelo Comitê. **Destaca-se que o Comitê aceitou a inclusão de dois novos projetos ao PAR Procel 2018, quais sejam: (i) “Monitoramento e identificação dos “gaps” de evolução da eficiência energética de transformadores imersos em óleo para redes aéreas de distribuição”, no valor de R\$ 466 mil; e (ii) “Programa de Eficiência Energética no âmbito do Comando da Aeronáutica”, no valor de R\$ 2 milhões. Conforme deliberação do Comitê no início da reunião, estes projetos ficam no status de “*stand by*”.**
- 4) **Contribuições de caráter geral:** a análise das contribuições restantes dessa categoria, realizada pelo Procel, foi corroborada pelo Comitê.

Com relação às sugestões relativas aos critérios de seleção e priorização dos projetos para inclusão no PAR Procel, o Sr. Aílson sugeriu que o Comitê promova a definição mais clara dos critérios, inclusive com a definição de pesos a cada um, os quais podem ser estabelecidos utilizando-se uma análise multicritério. O Sr. Carlos Alexandre recomendou que essa sugestão seja discutida nas próximas reuniões do CGEE.

O Sr. Rodrigo reforçou que o MME deveria trabalhar na definição de uma política clara de Eficiência Energética para o Brasil, uma vez que esta, ao direcionar os esforços, pode orientar de forma mais clara a elaboração e a execução dos próximos Planos de Aplicação de Recursos do Procel. O Sr. Carlos Alexandre informou que este é o objetivo da proposta de elaboração de um Plano Decenal de Eficiência Energética, conforme consta na proposta do PAR Procel 2018. Recomendou à equipe do Procel que o termo de referência para a execução deste projeto seja um dos primeiros a serem elaborados, a fim de que possa ser analisado pelo CGEE já na primeira reunião de 2019. A Sra. Renata concordou, mas destacou que, especificamente para este trabalho, será necessária a atuação do MME para coordenação com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Foi sugerido pelo Sr. Marcel que fosse criado um ambiente no site do Procel específico para o recebimento de sugestões de novos projetos para os próximos Planos de Aplicação de Recursos. O Sr. Carlos Alexandre considerou excelente a sugestão, e recomendou que, se possível, parte da equipe do Procel funcionasse como um escritório de projetos, dedicando-se à organização, preparação e detalhamento de propostas que possam ser sugeridas para o próximo PAR Procel. O Sr. Marcel mencionou que há também uma iniciativa no âmbito da

equipe do Procel para a elaboração de um manual para elaboração e submissão de propostas ao Programa, nos moldes do que hoje existe para o Programa de Eficiência Energética da ANEEL.

Sobre a proposta de alteração da composição do GCCE, o Sr. Carlos Alexandre informou que é uma questão que já vem sendo discutida há algum tempo no MME, e que deverá ser retomada após o estabelecimento da nova conformação ministerial, no início do próximo ano. O Sr. Jairo reforçou a sugestão de que todos os comitês de Eficiência Energética fossem agrupados e que dispusessem de membros titulares e suplentes.

Sobre a proposta encaminhada pelo Ministério da Educação (MEC) ao Projeto “Eficiência Energética na Rede Federal de Educação Profissional”, o Sr. Carlos Alexandre informou que a ANEEL não encontrou a contribuição na sua base de dados. O Comitê considerou que, sendo o MEC o principal interessado no projeto, quaisquer adequações da proposta poderão ser discutidas caso haja deliberação deste CGEE pela execução do projeto, que está na condição de “*stand by*”.

Por fim, o Comitê questionou o Sr. Aílson se já há foi contabilizado o montante de recursos a serem destinados ao PAR Procel 2018, considerando o período entre o último repasse e a aprovação do novo PAR Procel. O Sr. Aílson informou que ainda não dispunha desta informação, mas que faria o levantamento e informaria o Comitê assim que possível.

**O resultado da análise está consolidado na planilha anexa a esta ata (Anexo III).**

**Sem mais comentários e considerações à Proposta de Plano de Aplicação de Recursos do Procel – PAR Procel 2018, o Comitê Gestor de Eficiência Energética considerou-a aprovada.**

### **3. ENCAMINHAMENTOS**

O Sr. Carlos Alexandre informou que a decisão do CGEE, de aprovação do Plano de Aplicação de Recursos – PAR Procel 2018, será publicizada por meio de despacho do Secretário Eduardo Azevedo, presidente do Comitê. Para tanto, a Sra. Samira deverá encaminhar, ainda no final do dia, a minuta da ata da reunião, para recebimento de comentários dos membros do Comitê, e a equipe do Procel deverá disponibilizar até o dia 19 de dezembro de 2018 a versão final do PAR Procel 2018, incluídas as contribuições acatadas por meio da Audiência Pública.

Haverá interação entre o MME (Sra. Samira) e o Procel (Sr. Marcel) para a finalização da redação das respostas a serem divulgadas em atenção às contribuições da Audiência Pública nº 051/2018. O documento final será enviado oficialmente à ANEEL pelo MME, por meio de ofício.

A próxima reunião do CGEE ficou prevista para o dia 12 de março de 2019.

### **4. ENCERRAMENTO**

Sem outras considerações, o Diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético, Sr. Carlos Alexandre, representante do MME no CGEE, agradeceu aos presentes e encerrou a reunião.

**ANEXO I - LISTA DE PRESENÇA – 11/12/2018**



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO  
DEPARTAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - DDE

**6ª Reunião do Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE**

**Data:** 11/12/2018

**Horário:** 09h30

**Local:** Ministério de Minas e Energia, 5º andar, Sala 555 - Brasília/DF.

NOME	EMPRESA	FONE	EMAIL	ASSINATURA
Carlos Alexandre P. Pires	MME/SPE/DDE	(61) 2032-5811	carlos.pires@mme.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
SHEILA MARIA DAMASCENO	ANEEL	(61) 2192-8485	sdamasceno@aneel.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
Rodrigo Samuêto Garcia	CNI	(61) 3317 9436	rgarcia@cni.com.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
Victor Hugo Soccol	ABRACE	(61) 3878-3500	VICTOR@ABRACE.ORG.BR	<i>[Handwritten Signature]</i>
Jairo José Souza	MCTIC	(61) 9033-7817	jairo.cavaco@mctic.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
Samira S.F. de Sousa Castro	MME/SPE/DDE	(61) 2032-5004	samira.sousa@mme.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>



## 6ª Reunião do Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE

**Data:** 11/12/2018

**Horário:** 09h30

**Local:** Ministério de Minas e Energia, 5º andar, Sala 555 - Brasília/DF.

NOME	EMPRESA	FONE	EMAIL	ASSINATURA
Renata Leite Falcão	Eletrobras	(21) 2514-4680	renata_falcao@eletrobras.com	
Marcel da Costa Siqueira	Eletrobras	(21)2514-5705	marcel@eletrobras.com	
Marcus Paes Barreto	Eletrobras	(21) 2514-5468	marcus.barreto@eletrobras.com	

**ANEXO II - LISTA DE PRESENÇA - 17/12/2018**



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO  
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - DDE

**6ª Reunião do Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE (continuação)**

Data: 17/12/2018

Horário: 09h30

Local: Ministério de Minas e Energia, 5º andar, Sala 555 - Brasília/DF.

NOME	EMPRESA	FONE	EMAIL	ASSINATURA
Carlos Alexandre P. Lima	MME/ARE/DDE	(61) 2032-5811	carlos.p.lima@mme.gov.br	
AILSON DE S. BARBOSA	ANUKL/SPE	61 2092 8911	ailson@anukl.gov.br	
Jairno José Costa	MCTIC	(61) 2033-7817	jairno.costa@ctic.gov.br	
VICTOR HUGO SOCCA	ABRACE	01-3478 3500	VICTOR@ABRACE.org.br	
Felipe Gabino M. Santos	ABRACE	61 3326-1312	gabino@abracede.org.br	
Rodrigo Teodoro Garcia	CUI	61-3317 9436	rodrigo@cui.com.br	
Samira S. S. de Sousa Lemos	MME/SPE/DDE	(61)-2032-5004	samira.sousa@mme.gov.br	
Arthur da Silva Alves	MME/SPE/DDE	(61)-2032-5673	arthur.alves@mme.gov.br	
EM VIDEO CONFERÊNCIA:				
RENATA FALCÃO	ELETROBRAS			
MARCEL SIQUEIRA	ELETROBRAS			
MARCUS BARRETO	ELETROBRAS			
Secciana Ibañ B. M. Martins	MME/SPE/DDE	61 - 2032-5975	secciana.martins@mme.gov.br	



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO  
DEPARTAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - DDE

### 6ª Reunião do Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE (continuação)

Data: 17/12/2018

Horário: 09h30

Local: Ministério de Minas e Energia, 5º andar, Sala 555 - Brasília/DF.

NOME	EMPRESA	FONE	EMAIL	ASSINATURA
Renata Leite Falcão	Eletrobras	(21) 2514-4680	renata_falcao@eletrobras.com	
Marcel da Costa Siqueira	Eletrobras	(21)2514-5705	marcel@eletrobras.com	
Marcus Paes Barreto	Eletrobras	(21) 2514-5468	marcus.barreto@eletrobras.com	

**ANEXO III**

**RESULTADO DA ANÁLISE DAS  
CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS PARA O PAR PROCEL 2018  
POR MEIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 051/2018 - ANEEL**

**Vide arquivo:**

**PAR PROCEL 2018\_análise\_contribuições Aud Pub\_Final\_para\_MME(CGEE).pdf**

ATO REGULATORIO:

EMENTA

CONTRIBUÇÕES RECEBIDAS

IMPORTANTE: Os comentários e sugestões referentes às contribuições deverão ser fundamentados e justificados, mencionando-se os artigos, parágrafos e incisos a que se referem, devendo ser acompanhados de textos alternativos e substitutivos quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

Autor	Área do Procel / Projeto	TEXTO/PROCEL	TEXTO/INSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO	ACEITE	JUSTIFICATIVA/PROCEL
ABDE - Associação Brasileira de Desenvolvimento	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Mecanismos de Financiamento para Alavancar Projetos de Eficiência Energética e Geração Distribuída	O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em um documento que não segue a planilha padrão Aneel, tendo sido encaminhado através do documento ABDE.pdf. Manifestação na consulta pública para apoiar e defender a relevância do projeto "Mecanismos de Financiamento para Alavancar Projetos de Eficiência Energética e Geração Distribuída". Em conjunto a ABDE, o LAB (Laboratório de Inovação Financeira) também ressalta a importância do referido projeto e se manifesta a favor da aprovação do mesmo.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta ABDE complementar a este formulário.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. A proposta defende que a utilização dos agentes do Sistema Nacional de Fomento para impulsionar investimentos em projetos de eficiência energética e GD, se mostra a solução estratégica para a execução do projeto "Mecanismos de Financiamento para Alavancar Projetos de Eficiência Energética e Geração Distribuída", garantindo maior dispersão das políticas de geração e uso eficiente da energia elétrica pelo território nacional. A ABDE e o LAB ressaltam que a equalização das taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras mostra-se como uma saída sustentável para a viabilização de projetos de EE e GD.	<b>Totalmente</b>	Trata-se de manifestação de apoio a proposta "Mecanismos de Financiamento para Alavancar Projetos de Eficiência Energética e Geração Distribuída" já apresentada no Plano, a qual agradecemos.
ABRAVA - Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento	<b>Solo Procel</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica	A ABRAVA encaminhou manifestação no padrão definido pela ANEEL para a consulta pública, sugerindo a melhor estruturação do projeto "Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica". Além das manifestações enviadas na planilha formato padrão Aneel, a ABRAVA enviou um documento assinado pelo seu Presidente, de resposta a consulta pública e ateste de sua competência técnica na execução de projetos do PAR Procel.	A ABRAVA apoia o Projeto "Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica" e se propõe a estruturá-lo de maneira mais adequada.	A ABRAVA dispõe de profissionais capacitados técnica e mercadologicamente para estruturar e apoiar ambos os projetos do Solo Procel.	<b>Parcialmente</b>	Aceite será parcialmente, pois na estruturação do projeto, o Procel espera contar com apoio de diversas instituições, não somente da ABRAVA, para a elaboração do termo de referência ou plano de trabalho que balizará a formalização do instrumento jurídico para execução da pesquisa.
ABRAVA - Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento	<b>Solo Procel</b> <b>Projeto:</b> Capacitação Laboratorial para Ensaio de Equipamentos de Refrigeração	A ABRAVA encaminhou manifestação no padrão definido pela ANEEL para a consulta pública sugerindo o apoio técnico ao projeto "Capacitação Laboratorial para Ensaio de Equipamentos de Refrigeração". Além das manifestações enviadas na planilha formato padrão Aneel, a ABRAVA enviou um documento assinado pelo seu Presidente, de resposta a consulta pública e ateste de sua competência técnica na execução de projetos do PAR Procel.	A ABRAVA apoia o Projeto "Capacitação Laboratorial para Ensaio de Equipamentos de Refrigeração" e se propõe a cooperar com o CEPEL na elaboração do projeto, através de consultoria e suporte técnico.	A ABRAVA dispõe de profissionais capacitados técnica e mercadologicamente para estruturar e apoiar ambos os projetos do Solo Procel.	<b>Totalmente</b>	A ABRAVA possui entre seus associados fabricantes de equipamentos, projetistas, instaladores e mantenedores de sistemas, além de comerciantes varejistas de peças e componentes de todo o país, no setor de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento. Seus associados representam o estado da arte do segmento no Brasil, e além das atividades de representação setorial, possuem os chamados Departamentos Nacionais em vários campos do conhecimento, dentre os quais, Ar-condicionado Central e Residencial, Isolamento Térmico, Comércio, Automação e Controle. Estes órgãos apresentam à sociedade em soluções em eficiência energética e promovem as melhores práticas de instalação e operação. Face ao exposto, dada a convergência de atuação técnica, os colaboradores da ABRAVA possuem expertise para participar como colaboradores do projeto de capacitação laboratorial, apoiando os técnicos do CEPEL nas fases de especificação de equipamentos e comissionamento.
ABRAVA - Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento	<b>Solo Procel</b> <b>Projeto Novo</b> para o PAR	No próprio formulário da Aneel, a ABRAVA encaminhou a sugestão de um novo projeto, contudo a proposta está fora do formato padrão definido pela Eletrobras.	ABRAVA propõe novo projeto a ser incluído no PAR abrangendo os setores de Ar Condicionado Central, Refrigeração Comercial e Refrigeração Industrial. O escopo resumido inclui: • Elaboração de estudos sobre os mercados de Refrigeração Comercial & Industrial e Sistemas de Ar Condicionado Central; • Elaboração de estudos sobre sistemas existentes para programas de otimização com medidas de eficiência energética de baixo investimento para sistemas mais novos (de até 7 anos) e oportunidades para execução de retrofit de equipamentos de alta eficiência energética e renovação do parque instalado de sistemas mais antigos; • Elaboração de estudos sobre os programas de etiquetagem de equipamentos e sistemas de RAC; • Suporte no desenvolvimento dos Estudos de Impactos Regulatórios para os PBEs a serem propostos; • Elaboração dos textos técnicos (RTO-C/INI-C) sobre os PBEs a serem propostos; • Organização e coordenação dos Comitês de RAC para elaboração dos PBEs (AC Central: Refrigeração Comercial; Refrigeração Industrial).	Relativa a proposta de um novo projeto, a ABRAVA justifica que o setor de RAC (Refrigeração e Ar Condicionado) contribui para o consumo energético de maneira significativa nos edifícios comerciais e em todos os setores da indústria, principalmente na indústria alimentícia, desde a produção até a distribuição final aos consumidores. Além disso, o potencial de otimização energética é muito relevante. As mais novas tecnologias de equipamentos e novos conceitos de sistemas de alta eficiência permitem ganhos de até 40% quando comparados com sistemas existentes de até 15 anos.	<b>Não</b>	A proposta de projeto da ABRAVA possui escopo relevante e de impacto no setor de eficiência energética. Recomendamos que sejam iniciadas discussões para a sua reestruturação em um ou mais projetos para a proposição no próximo PAR. A não inclusão neste PAR deve-se às seguintes considerações: - A proposta de projeto não foi enviada no formulário específico para a submissão de projetos, não apresentando orçamento estimado, atividades e metas físicas, o que prejudica a comparação com outras propostas; - Deve-se especificar mais detalhadamente o escopo de itens relativos a estudos, ressaltando premissas, considerações e abrangência técnica; - As propostas referentes à etiquetagem de equipamentos e sistemas de RAC, estudos de impactos regulatórios para o PBE e elaboração de RTQ podem ser inicialmente propostos ao INMETRO e ao CGIEE para especificação e início dos trabalhos, para posteriormente serem submetidos ao PAR; - A organização, criação e coordenação de comitês de RAC podem ser submetidos ao CGIEE para desenvolvimento dos trabalhos; - A execução de workshops e seminários pode ser incluída em proposta no próximo PAR, embora não necessariamente dependa de recursos do Procel para ser executada, a exemplo de iniciativa recente organizada conjuntamente por PROCEL e ABRAVA; - Existe um outro projeto proposto no PAR: "Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica" que tem como meta o levantamento do mercado de refrigeradores comerciais. Consideramos que este projeto atende uma parte da proposta feita pela ABRAVA e trará subsídios para a compreensão do mercado e aprimoramento do PBE neste segmento.
BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Mecanismos de Financiamento para Alavancar Projetos de Eficiência Energética e Geração Distribuída	O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em um documento que não segue a planilha padrão Aneel, tendo sido encaminhado através do documento BDMG.pdf. Manifestação na consulta pública para apoiar e defender a relevância do projeto "Mecanismos de Financiamento para Alavancar Projetos de Eficiência Energética e Geração Distribuída".	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta BDMG complementar a este formulário.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta BDMG complementar a este formulário.	<b>Totalmente</b>	Trata-se de manifestação de apoio a proposta "Mecanismos de Financiamento para Alavancar Projetos de Eficiência Energética e Geração Distribuída" já apresentada no Plano, a qual agradecemos.
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Fundo Garantidor para Crédito a Eficiência Energética e Geração Distribuída (FGEnergia)	O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em um documento que não segue a planilha padrão Aneel, tendo sido encaminhado através do documento BRDE.pdf. Manifestação na consulta pública para apoiar e defender a relevância do projeto "Fundo Garantidor para Crédito a Eficiência Energética e Geração Distribuída (FGEnergia)".	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta BRDE complementar a este formulário.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta BRDE complementar a este formulário.	<b>Totalmente</b>	Trata-se de manifestação de apoio a proposta "Fundo Garantidor para Crédito a Eficiência Energética e Geração Distribuída (FGEnergia)" já apresentada no Plano, a qual agradecemos.
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Mecanismos de Financiamento para Alavancar Projetos de Eficiência Energética e Geração Distribuída	O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em um documento que não segue a planilha padrão Aneel, tendo sido encaminhado através do documento BRDE.pdf. Manifestação na consulta pública para apoiar e defender a relevância dos projetos "Mecanismos de Financiamento para Alavancar Projetos de Eficiência Energética e Geração Distribuída" e "Fundo Garantidor para Crédito a Eficiência Energética e Geração Distribuída (FGEnergia)".	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta BRDE complementar a este formulário.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta BRDE complementar a este formulário.	<b>Totalmente</b>	Trata-se de manifestação de apoio a proposta "Mecanismos de Financiamento para Alavancar Projetos de Eficiência Energética e Geração Distribuída" já apresentada no Plano, a qual agradecemos.
CBCS - Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, CPI, GBC Brasil, ICS, Idec, IEI Brasil, Mitsidi Projetos	<b>Geral</b>	[p.3] [grifo nosso] Como se observa, os resultados já demonstrados do PAR/2017 do Procel deixam a certeza de que tanto o legislador, ao elaborar o texto da Lei nº 13.280/2016, quanto as entidades diretamente associadas com a execução, gestão e governança do Procel, vêm alcançando o objetivo de consolidar uma política pública nacional de eficiência energética. Assim, a partir dessa referência, foi constituída uma sólida plataforma para o desenvolvimento do PAR/2018 do Procel, a ser apresentado nos capítulos a seguir.	Inserir uma visão integrada desses projetos no sentido apontado na justificativa dada ao lado.	Ausência de visão integrada das ações: no documento do Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAR - não há uma visão integrada das suas ações que apontem a consecução dos objetivos da Política de Eficiência Energética e da Política Energética do Brasil. Há falta de clareza no objetivo geral do Procel em atuar frente a todos os programas propostos, apresentando-se tal qual uma "colcha de retalhos" para a sociedade, que não é capaz de enxergar um sentido de conjunto e um sentido de direcionalidade. Adicionalmente, é importante que o PAR promova uma visão integrada com os demais programas e mecanismos públicos de eficiência energética já existentes, visando um objetivo em comum, para que não existam sobreposições e para que o uso do recurso público seja aplicado e utilizado de forma eficiente. A ação de cada programa deve ser clara, transparente e coerente. 1 Tais como: Programa de Eficiência Energética (PEE) da ANEEL, Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), padrões mínimos de eficiência ou máximos de consumo (atuação do CGIEE), planos nacionais de EE (plano de ação, plano decenal etc.) elaborados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).	<b>Não</b>	O escopo da alteração apresentada pelo autor já está previsto em projeto específico nesse Plano. Trata-se da proposta de realização do "Plano Decenal de Eficiência Energética" (PDEE). Atualmente o Procel atua em apoio a algumas políticas públicas (Exemplo: Brasil + Produtivo, PEE da ANEEL, CGIEE etc) e a interlocução entre os profissionais envolvidos nos comitês estabelecidos para cada iniciativa evita qualquer tipo de sobreposição de esforços. Nesse sentido, entende-se que o PDEE é o documento adequado para atender ao escopo desse pleito, pois o mesmo tratará do planejamento de todas as iniciativas que direta ou indiretamente contribuem para uma política de eficiência energética.
CBCS - Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, CPI, GBC Brasil, ICS, Idec, IEI Brasil, Mitsidi Projetos	<b>Geral</b>	[p.4] Figura "Governança do Procel"	Inserir essas metas temporais do GCEE (vide justificativa ao lado) e relacioná-las com os projetos propostos. Se não há essas metas temporais, deixar explícita a inexistência e indicar quando que as terá.	Na estrutura de governança do Procel, o Grupo Coordenador de Conservação de Energia Elétrica - GCCE - é o responsável por estabelecer as metas de curto, médio e longo prazo ao Procel. Entretanto, tais não são expressas nem tampouco relacionadas com as ações específicas desse Plano.	<b>Parcialmente</b>	A definição das metas deve ser suprida com o Plano Decenal de Eficiência Energética (PDEE). Será incluído um esclarecimento a respeito desse ponto.
CBCS - Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, CPI, GBC Brasil, ICS, Idec, IEI Brasil, Mitsidi Projetos	<b>Geral</b>	[p.4] Figura "Governança do Procel"	Inserir as contribuições esperadas dos projetos propostos para atingir a NDC.	Não se apresenta no PAR as contribuições das ações propostas, quando cabíveis, no atendimento da NDC brasileira no âmbito do compromisso assumido no Acordo de Paris. O documento traz, de modo generalista, a questão do cumprimento da NDC brasileira, afirmando a necessidade em "alcançar 10% de ganhos de eficiência energética no setor elétrico em 2030". Entretanto, o plano não apresenta uma meta a ser alcançada, ou seja, a estimativa de quanto a aplicação de todos os projetos auxiliarão para o cumprimento da NDC, nem uma metodologia clara de como o cumprimento dessa meta seria mensurado.	<b>Não</b>	Não cabe essa inclusão na governança do Procel apresentada no Plano, pois a mesma já está definida por meio de Portaria. Entretanto, entendendo que a contribuição para a NDC brasileira é de extrema importância, será incluído um esclarecimento a respeito desse ponto. Deve-se informar que as ações desenvolvidas no âmbito do Procel contribuirão para o cumprimento do compromisso firmado pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris sobre a Mudança do Clima; todavia, a definição da metodologia de contabilização dos resultados alcançados, bem como a estratégia brasileira para o cumprimento do compromisso não são da alçada do Procel, mas sim do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, órgão máximo de governança federal das questões climáticas.
CBCS - Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, CPI, GBC Brasil, ICS, Idec, IEI Brasil, Mitsidi Projetos	<b>Geral</b>	[p.4] Figura "Governança do Procel"	Inserir as contribuições esperadas dos projetos propostos para as diversas metas do ODS.	Não há relação alguma das ações apresentadas no PAR 2018 com as metas que o Brasil se comprometeu a cumprir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais especificamente o objetivo 7 que trata sobre energia, por exemplo ("assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos"). Uma das metas é a de reduzir pela metade a intensidade energética e dobrar a taxa de melhoria de eficiência energética do Brasil até 2030.	<b>Parcialmente</b>	Não cabe essa inclusão na governança do Procel apresentada no Plano, pois a mesma já está definida por meio de Portaria. Porém, como o Plano Decenal de Eficiência Energética (PDEE) abordará o compromisso assumido pelo Brasil com os ODSs na vertente de Energia, será incluído um esclarecimento a respeito desse ponto.

Autor	Área do Procel / Projeto	TEXTOPROCEL	TEXTONSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO	ACEITE	JUSTIFICATIVA/PROCEL
CBCS - Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, CPI, GBC Brasil, ICS, Idec, IEI Brasil, Mitsidi Projetos	Geral	[p.5] A seguir, será apresentado um quadro resumo com o orçamento estimado para o PAR Procel 2018:	Inserir tabela consolidada por programa, setor, uso final, projeto e orçamento estimado.	Ap final da apresentação do PAR, não há uma conclusão sobre qual objetivo se pretende alcançar com os programas elencados ao longo de todo o documento, o que sinaliza a falta de foco do plano. Outrossim, não há uma tabela que sumarie todos os valores destinados por setor, por uso final e projeto, por exemplo.	Totamente	Além do quadro com cada rubrica prevista já presente no Plano, ao final, será incluído um quadro resumo com os investimentos previstos para cada vertente de atuação.
CBCS - Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, CPI, GBC Brasil, ICS, Idec, IEI Brasil, Mitsidi Projetos	Geral	[p.5] A seguir, será apresentado um quadro resumo com o orçamento estimado para o PAR Procel 2018:	Incluir o projeto no PAR atual ou pensar para o PAR 2019.	O BEU revela-se uma ferramenta fundamental para o diagnóstico e a avaliação de prioridades para a ação governamental e para a definição de políticas públicas. Isso porque ele mensura a demanda por energia por setor de consumo e por uso final de energia, sinalizando os locais que precisam de incentivos à eficiência energética para que o sistema não se sobrecarregue pela necessidade de maior geração de energia, bem como melhor utilização da mesma. O último BEU disponível tem quase 15 anos, tornando-o desatualizado e muito pouco útil atualmente. O PAR pode fornecer uma oportunidade valiosa para que um novo BEU seja elaborado em 2019.	Parcialmente	A importância do BEU - Balanço de Energia Útil para o desenvolvimento do Plano Decenal de Eficiência Energética é de conhecimento do Procel e, por este motivo, sua atualização havia sido cogitada dentro do escopo deste projeto. Porém, como historicamente o BEU é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e realizado por uma entidade específica (Fundação de Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia - FDTE), tendo alcance bem maior que somente a eficiência energética e não sendo, assim, da alçada do Procel, optou-se por trabalhar somente o Plano Decenal de Eficiência Energética, utilizando os dados mais recentes, mesmo que antigos. Conforme sugestão, será elaborada uma proposta de adequação do escopo e estimativa de valor para avaliar a inclusão da atualização do BEU no projeto. As demais questões serão definidas com o detalhamento do projeto, caso seja aprovado, e a proposta do Plano Decenal de Eficiência Energética será ampliada para R\$ 2 milhões.
CBCS - Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, CPI, GBC Brasil, ICS, Idec, IEI Brasil, Mitsidi Projetos	Geral	[p.5] A seguir, será apresentado um quadro resumo com o orçamento estimado para o PAR Procel 2018:	Pensar a respeito para o PAR 2019 em diante, tipo um "Procel Saúde".	Recomenda-se que sejam criados projetos em postos de saúde e hospitais públicos no Brasil de eficiência e geração distribuída para compensação de eletricidade (modelo de planta local ou consorciada). A área de saúde no país viu os investimentos limitados por até 20 anos por conta de legislação federal para fins de ajuste fiscal. Toda e qualquer economia de custos com energia térmica e eletricidade deveria ser revertida para uso nas atividades fins do local onde se dá o projeto (medicamentos, aumento de leitos etc.).	Não	Apesar de ser uma iniciativa de grande valor social, a atuação da eficiência energética no setor hospitalar já foi abordada no passado e atualmente se encontra junto com a estratégia de atuação no segmento de edificações públicas, não cabendo, portanto, uma proposta tão específica.
CBCS - Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, CPI, GBC Brasil, ICS, Idec, IEI Brasil, Mitsidi Projetos	Geral	[p.5] A seguir, será apresentado um quadro resumo com o orçamento estimado para o PAR Procel 2018:	Incluir o projeto no PAR atual ou pensar para o PAR 2019.	Atualmente, as pesquisas do IBGE (tais como a Pesquisa Industrial Anual, Pesquisa Anual do Comércio, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Censo etc.) não incorporam pontos referentes ao consumo de energia, e poderiam ser uma poderosa ferramenta para obtenção dessas informações. Propõe-se um projeto em parceria com o IBGE que tenha como finalidade mapear e incluir aspectos sobre consumo de energia nas pesquisas já existentes do IBGE, possibilitando, por meio do PAR, a obtenção de mais informações energéticas do país aproveitando uma estrutura (de recursos humanos e tecnológicos) já existente e bastante competente.	Parcialmente	A Secretaria Executiva do Procel já vem mantendo contato informal com a equipe do IBGE para conhecer as ferramentas de tratamento de dados em ambiente Web, em função da Pesquisa de Posses e Hábitos realizada pelo Procel no setor residencial. As pesquisas do IBGE são sempre ótimas referências e é possível formalizarmos trabalhos conjuntos no futuro. A depender da evolução dos trabalhos de pesquisa em andamento e do interesse do GCCE, essa proposta de parceria com o IBGE poderá ser aproveitada nos próximos PAR.
CBCS - Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, CPI, GBC Brasil, ICS, Idec, IEI Brasil, Mitsidi Projetos	Geral	[p.6] Para que a proposta da supracitada lista ampliada de projetos possa ser operacionalizada, faz-se necessária uma metodologia de priorização de projetos, onde cada projeto receberá uma pontuação de acordo com cada critério atendido. Os projetos com maior pontuação, segundo a metodologia, terão a sua execução priorizada.	Inserir os critérios, os pesos e a metodologia utilizada de priorização (vide justificativa ao lado).	Não estão estabelecidos os critérios de escolha dos setores, usos finais e programas apresentados no Plano. Não existem explicações para que um programa receba mais recursos do que outro, sendo que o Procel deve definir critérios e prioridades no desenvolvimento das ações, assim como estabelecido na estrutura de governança do GCEE ("definir critérios e prioridades no desenvolvimento das ações").	Não	Na mesma página do Plano onde está citado o critério de priorização, consta que o mesmo será definido pelo CGEE.
CBCS - Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, CPI, GBC Brasil, ICS, Idec, IEI Brasil, Mitsidi Projetos	Geral	[p.6] Para que a proposta da supracitada lista ampliada de projetos possa ser operacionalizada, faz-se necessária uma metodologia de priorização de projetos, onde cada projeto receberá uma pontuação de acordo com cada critério atendido. Os projetos com maior pontuação, segundo a metodologia, terão a sua execução priorizada.	Sem sugestões.	A ANEEL levantou, junto com o BNDES, um potencial de alavancagem de 5 para 1 em projetos de eficiência energética (para cada real investido pelo setor público, alavancam-se cinco no setor privado). No presente PAR, (a) não são encontradas ações ou estratégias para alavancagem desses investimentos públicos como também (b) não são encontradas contrapartidas econômicas do setor privado na realização de projetos.	Não	Os critérios de priorização já consideram a existência de alavancagem. E, conforme já apresentado em projetos executados no PAR Procel 2017, tais alavancagens ocorreram e foram devidamente apresentadas no momento de sua execução.
CBCS - Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, CPI, GBC Brasil, ICS, Idec, IEI Brasil, Mitsidi Projetos	Geral	[p.7] Nesta edição do PAR, além do custeio de pessoal para a implementação dos novos projetos, também foi orçado o custeio de pessoal referente a equipe técnica do Procel responsável pela gestão dos projetos do PAR anterior.	Inserir se há necessidade ou não de reforçar os recursos humanos da equipe gestora e técnica do Procel.	Uma questão fundamental que não foi mencionada, mas que reflete diretamente no sucesso do Programa, é verificar se há necessidade de mais recursos humanos dentro do próprio Procel. Esse diagnóstico é fundamental para que o Procel possa realisticamente entregar à sociedade o que se propõe a fazer. Ademais, seria interessante apresentar se há necessidade de se ter uma equipe especificamente destacada e capacitada para elaborar e executar o Monitoramento e Avaliação (M&A) das ações do Procel. O M&A é um instrumento fundamental em programas e políticas públicas. O país tem boa experiência acumulada em execução de programas e mecanismos de EE, mas apresenta um déficit importante quando se trata de M&A (o que é diferente de M&V – Medição e Verificação).	Não	O Procel já conta com uma equipe adequada às atuais atribuições do Programa e é importante manter uma estrutura enxuta para que a rubrica de custeio não cresça em detrimento dos recursos necessários para os investimentos em projetos. Havendo a assunção de novas atribuições ao Procel, é possível adotar, provisoriamente e de maneira pontual, a contratação de empresa específica para executar atividades extraordinárias, da mesma forma que é realizado atualmente. Não obstante, é importante lembrar que o Procel possui uma rede de parceiros, fruto de investimentos realizados ao longo dos seus mais de 30 anos de atuação, ampliando, assim, a aplicação espontânea de metodologias e conceitos de eficiência energética em todo o país.
CBCS - Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, CPI, GBC Brasil, ICS, Idec, IEI Brasil, Mitsidi Projetos	Geral	[p.7] Já a rubrica referente a "Secretaria Executiva do Procel" prevê a alocação de recursos relacionados à gestão e governança do Programa e atividades relacionadas ao acompanhamento de projetos e ações de eficiência energética e do próprio Plano de Aplicação de Recursos (PAR).	Inserir detalhamento bem maior da avaliação e controle. Se ainda não há, deixar isto explícito para que a sociedade saiba de fato o que se tem nesse quesito.	A seção final do PAR 2018 "Avaliação e controle da implementação do plano" não apresenta as metodologias que serão utilizadas e os processos de coleta de dados e indicadores de desempenho para monitoramento das ações durante as implantações dos programas que estão sendo propostos. As tabelas que apresentam o programa e os textos introdutórios são insuficientes para aferir a exequibilidade e prioridade do programa. Muitas das ações apresentadas no Plano partem de programas do Procel já tradicionais que, via de regra, deveriam ter planos de monitoramento e avaliação alinhados às melhores práticas existentes. Por fim, é importante ressaltar que não se trata apenas de monitoramento e avaliação dos projetos individuais, mas do Plano como um todo de forma integrada (muito diferente de simplesmente a soma das partes).	Não	O detalhamento de cada despesa relacionada à Secretaria Executiva do Procel será objeto de processo de prestação de contas específico e de análise de auditoria independente, conforme previsto na Lei nº 13.280/2016.
CBCS - Conselho Brasileiro de Construção Sustentável, CPI, GBC Brasil, ICS, Idec, IEI Brasil, Mitsidi Projetos	Geral	[p.8] Execução das ações acompanhadas de um monitoramento contínuo e transparente de metas, por meio das melhores práticas de Medição e Verificação de resultados, quando cabível.	Execução das ações acompanhadas de um monitoramento contínuo e transparente de metas, por meio das melhores práticas de Medição e Verificação de resultados, quando cabível, bem como acompanhar a permanência das ações e de seus desempenhos energéticos ao longo da vida útil, quando cabível.	É preciso haver mecanismos de fiscalização da permanência da ação, como também de acompanhamento ao longo da vida útil para saber se a economia permanece a mesma.	Não	O Procel já apura os seus resultados e promove a devida divulgação por de seu relatório anual. E com o objetivo de aprimorar essa apuração de resultados, consta no relatório do segundo PAR Procel uma proposta de projeto estruturante para avaliação de resultados de ações de eficiência energética implementadas no Brasil em conjunto com boas práticas de M&V.
CPFL	Geral	O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em um documento que não segue a planilha padrão Aneel, tendo sido encaminhado através do documento CPFL.pdf.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta CPFL complementar a este formulário.	Envio de 3 contribuições relativas a gestão do PAR Procel: 1 - no que se refere aos "Objetivos do Plano", foi sugerido que para cada projeto proposto pelo plano seja apresentada a estimativa de energia economizada e demanda retirada de ponta, aplicando a análise de viabilidade econômica nos moldes do cálculo da RCB (Relação Custo-Benefício), adotado no PROPEE da ANEEL, quando cabível, pois nenhum dos projetos apresenta estimativa de ganho energético em seus resultados esperados. 2 - Recomendação da necessidade da criação de um processo de seleção transparente para priorização dos projetos, como indicado no edital do Reluz. 3 - Sugestão de realização de um benchmarking internacional para medir e comparar a eficiência e consumo dos equipamentos utilizados no segmento residencial visando colher insumos para definição de políticas públicas mais eficientes para o Brasil.	Parcialmente	1 - Cada projeto possui características específicas, sendo que nem todos trazem em energia economizada. Os indicadores de cada projeto são descritos no plano, possuindo caráter quantitativo e/ou qualitativo. No caso de projetos que pressupõem economia de energia, as estimativas só poderão ser definidas após a escolha dos locais onde serão realizadas as intervenções, mediante a elaboração de seus instrumentos jurídicos e consequente apresentação de seus respectivos projetos básicos. 2 - Conforme descrito na pág 6 do PAR PROCEL 2018, o critério de priorização dos projetos é prerrogativa do Comitê Gestor de Eficiência Energética - CGEE, cabendo a ele definir os projetos que considera prioritários. 3 - Sugestão já contemplada no Projeto Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica.
CPFL	Procel RELUZ Projeto: Projetos de Eficiência Energética em Iluminação Pública	O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em um documento que não segue a planilha padrão Aneel, tendo sido encaminhado através do documento CPFL.pdf. Envio de 1 contribuição relativa ao Procel Reluz:	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta CPFL complementar a este formulário.	1 - Manifestação na consulta pública para ampliação de recursos do Procel Reluz para R\$ 60 milhões, dado o elevado número de municípios com potencial de utilização do recurso do RELUZ para financiar a fundo perdido a substituição da iluminação de seu parque de Iluminação Pública por LED.	Não	Embora reconhecida a relevância da proposta ora apresentada, a qual sugere a ampliação de recursos do Procel Reluz para R\$ 60 milhões e, cujo teor encontra-se fundamentado na "existência de elevado número de municípios com potencial de utilização do recurso do RELUZ para financiar a fundo perdido a substituição da iluminação de seu parque de Iluminação Pública por LED", em razão dos recursos serem limitados para atender a um elevado número de projetos, no papel de gestores do Plano de Aplicação de Recursos, temos o dever de lançar um olhar amplo sobre todas as áreas temáticas que compõem o PAR Procel, de modo a incentivar a distribuição dos recursos que resulte em um Plano que seja o mais abrangente possível.
CPI - Climate Policy Initiative	Geral	[p.6] O objetivo é formar um "cadastro de reserva" de projetos, que será acessado somente no caso de redução dos valores empenhados. Ou seja, nesse cenário, como o valor a ser efetivamente contratado seria inferior ao valor inicialmente orçado, haveria uma disponibilidade maior de recursos na conta Procel e que poderia ser absorvida por outros projetos, desde que previamente definidos no Plano.	O objetivo é formar um "cadastro de reserva" de projetos, que será acessado somente no caso de redução dos valores empenhados. O critério para a definição do cadastro de reserva terá como prioridade ...	É adiantado que haverá um Cadastro Reserva para os projetos que não são prioridades. Dentro desse contexto, seria interessante que se ressaltasse o norteamento das prioridades, no sentido de que se saiba a ordem com que se espera a efetivação dos projetos.	Parcialmente	Recomendações são pertinentes e estão aderentes ao processo de construção de uma ampla política de eficiência energética e do plano decenal de eficiência energética, que já contam com o apoio do Procel. Assim, os critérios de priorização ficarão mais claros nos próximos Planos.
CPI - Climate Policy Initiative	Geral	[p.6] Para que a proposta da supracitada lista ampliada de projetos possa ser operacionalizada, faz-se necessária uma metodologia de priorização de projetos, onde cada projeto receberá uma pontuação de acordo com cada critério atendido. Os projetos com maior pontuação, segundo a metodologia, terão a sua execução priorizada. Nesse sentido, caberá ao CGEE definir os projetos prioritários e, caso seja necessário, revisar tais prioridades ao longo da execução do PAR, para que cenários inicialmente não previstos possam ser considerados.	-	Prevê-se a utilização de uma metodologia para criação de um critério, que será utilizado na própria execução dos projetos. Assim, é importante que se defina previamente a metodologia e/ou prioridades dos processos para que o PROCEL possa atuar de forma eficiente.	Parcialmente	Recomendações são pertinentes e estão aderentes ao processo de construção de uma ampla política de eficiência energética e do plano decenal de eficiência energética, que já contam com o apoio do Procel. Assim, os critérios de priorização ficarão mais claros nos próximos Planos.
CPI - Climate Policy Initiative	Geral	[p.3] Como se observa, os resultados já demonstrados do PAR/2017 do Procel deixam a certeza de que tanto o legislador, ao elaborar o texto da Lei nº 13.280/2016, quanto as entidades diretamente associadas com a execução, gestão e governança do Procel, vêm alcançando o objetivo de consolidar uma política pública nacional de eficiência energética.	-	É necessário que se direcione esforços conjuntos para que se atinja os níveis de eficiência energética que o Brasil se propôs. Sendo assim, é preciso sintetizar a Lei 13.280/2016, ainda na introdução, para clarificar a contribuição direta do Procel para com as políticas públicas nacionais de eficiência energética já vigentes. De forma apresentar o Procel como um agregador de esforços para se atingir níveis desejáveis de EE.	Não	A alteração da Lei 13.280/2016 não está na alçada da Governança do Procel e tampouco é objeto do PAR Procel.
CPI - Climate Policy Initiative	Selo Procel Projeto: Acompanhamento da Produção de Categorias de Equipamentos Participantes do Selo procel	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. A contribuição ao Projeto aborda o seguinte ponto: - Sugestão de inclusão de texto no Projeto.	Atividades Planejadas: (...) Incluir: 4º Desenvolvimento de um marketing share dos produtos que tenham classificação "A".	A realização do acompanhamento da produção de equipamentos que tenham o selo Procel para verificar denúncias relacionadas a equipamentos que não atendam aos critérios de desempenho e segurança é fundamental. Entretanto, para além disso, deveria ser feita uma avaliação se esses produtos estão sendo vendidos no mercado. Isso porque muitos produtos presentes na lista do Inmetro e que tenham classificação "A" não estão disponíveis para venda no mercado. Portanto, além da necessidade de atualização constante do banco de dados do Inmetro dos equipamentos registrados, se faz necessária a verificação se os produtos estão sendo vendidos. A NDC do Brasil tem como uma de suas metas "alcançar 10% de ganhos de eficiência energética no setor elétrico até 2030". Por isso, esse programa deve visar esse objetivo de forma a renová-lo.	Não	Já existe uma propostas no PAR Procel 2018 de Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica. No primeiro ciclo serão avaliados equipamentos de refrigeração, contudo, existe a ideia que os outros equipamentos também sejam contemplados nos próximos ciclos.

Autor	Área do Procel / Projeto	TEXTOPROCEL	TEXTONSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO	ACEITE	JUSTIFICATIVA/PROCEL
CPI - Climate Policy Initiative	<b>Projetos Estruturante</b> Projeto: Desenvolvimento e implantação inicial de metodologias de avaliação de resultados de ações de Eficiência Energética Implementadas no Brasil e Guia e exemplos práticos de M&V no âmbito dos subprogramas atendidos pelo PAR	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. A contribuição ao Projeto aborda o seguinte ponto: - Sugestão de inclusão de texto na parte dos Objetivos do Projeto.	Incluir nos objetivos: 3) Desenvolvimento de base de dados sobre os projetos e iniciativas em eficiência energética financiados com recursos previstos na Lei 9.991/2000. 4) Desenvolvimento de indicadores e critérios para definição de prioridades na alocação de recursos do PAR.	O projeto é bem-vindo, na medida em que são incertos, difusos e sobrepostos os resultados sobre o impacto dos diferentes projetos e iniciativas na economia e conservação de energia. Não está claro se o projeto contempla também: 1) Levantamento, sistematização e divulgação permanente de todos os projetos e iniciativas em eficiência energética viabilizados com os recursos previstos na Lei 9.991/2000 e alterações. Trata-se de recurso público, pago por todos os consumidores de energia e, portanto, deve vigor a regra constitucional da eficiência e publicidade sobre a gestão dos mesmos. O problema é que a informação sobre estes projetos, principalmente quanto aos resultados alcançados, muitas vezes não ocorre ou está fragmentada em diferentes plataformas. Essa sistematização permite identificar as sobreposições, orientar o PROCEL e a ANEEL quanto a prioridades futuras, etc. 2) As metodologias que poderiam contemplar a adoção de indicadores não só de economia e conservação de energia, como também de economia de dinheiro, emissões evitadas de gases de efeito estufa. Hoje, por exemplo, não se sabe dizer o quanto os projetos em andamento estão contribuindo para o atendimento da meta de 10% de incremento da eficiência, prevista na NDC brasileira. 3) Para além de metodologias de verificação dos resultados de eficiência, é preciso também desenvolver metodologias que permitam ao PROCEL identificar prioridades de ação. Hoje, por exemplo, a distribuição de recursos do PAR dentre as diferentes áreas do PROCEL parece não seguir critérios bem definidos e objetivos. Por exemplo, qual o critério adotado para alocar R\$ 10 milhões em marketing e R\$ 12 milhões no Selo Procel?	Parcialmente	O projeto contempla as sugestões 1 e 2, uma vez que, conforme consta na proposta do PAR Procel 2018, "um dos objetivos deste projeto seria a contabilidade integrada dos resultados das atividades de eficiência energética conduzidas no Brasil", o que engloba projetos e iniciativas em eficiência energética viabilizados com os recursos previstos na Lei 9.991/2000 e alterações, assim como não restringe apenas a resultados energético e sim os resultados das atividades de eficiência energética.  Sobre a proposta 3, a metodologia para priorização de projetos será alcançada com o desenvolvimento do projeto "Plano Decenal de Eficiência Energética", já previsto no PAR Procel 2018.
CPI - Climate Policy Initiative	<b>Projetos Estratégico</b> Plano Decenal de Eficiência Energética	<b>Projeto:</b> A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. A contribuição ao Projeto aborda o seguinte ponto: 1- Sugestão de substituição de texto no Projeto. Solicita-se detalhar propostas de ações de eficiência energética nos setores de consumo final (edificações residenciais, públicas, comerciais, saneamento, iluminação, indústria etc.) de modo a apontar um conjunto de alternativas para viabilizar os ganhos de eficiência energética pretendidos nesse horizonte, tomando como base os cenários macroeconômicos e de eficiência energética estabelecidos no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) mais recente disponível.	Substituir por: O projeto objetiva a atualização do Balanço de Energia Útil (BEU).	Não está claro o que vai ser objeto de análise: novas oportunidades de projetos com potencial de atendimento da NDC ou a contabilização de iniciativas já em andamento. Como dito no comentário referente ao Projeto "Desenvolvimento e implantação inicial de metodologias de avaliação de resultados de ações de Eficiência Energética implementadas no Brasil e Guia e exemplos práticos de M&V no âmbito dos subprogramas atendidos pelo PAR", falta uma avaliação sistêmica dos impactos em termos de economia de energia e emissões evitadas do conjunto de iniciativas já em andamento no âmbito da Lei 9.991/2000. O quanto tais iniciativas já estão a contribuir para o atendimento da NDC? Para além disso, a principal ferramenta que poderia auxiliar o planejamento do setor elétrico é a atualização do balanço de energia útil (BEU). O BEU mais recente data de 2006, ou seja, tem mais de 10 anos e já não sinaliza a realidade dos setores brasileiros quanto ao seu consumo. Sabemos que o custo de um BEU é muito alto, mas é possível redirecionar outros projetos para esta iniciativa.	Parcialmente	A importância do BEU - Balanço de Energia Útil para o desenvolvimento do Plano Decenal de Eficiência Energética é de conhecimento do Procel e, por este motivo, sua atualização havia sido cogitada dentro do escopo deste projeto. Porém, como historicamente o BEU é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e realizado por uma entidade específica (Fundação de Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia - FDTE), tendo alcance bem maior que somente a eficiência energética e não sendo, assim, da alçada do Procel, optou-se por trabalhar somente o Plano Decenal de Eficiência Energética, utilizando os dados mais recentes, mesmo que antigos. Conforme sugestão, será elaborada uma proposta de adequação do escopo e estimativa de valor para avaliar a inclusão da atualização do BEU no projeto. As demais questões serão definidas com o detalhamento do projeto, caso seja aprovado, e a proposta do Plano Decenal de Eficiência Energética será ampliada para R\$ 2 milhões.
CPI - Climate Policy Initiative	<b>Selo Procel</b> Capacitação Laboratorial para Ensaio de Equipamentos de Refrigeração	<b>Projeto:</b> A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. De um modo geral, as contribuições ao Projeto abordam os seguintes pontos: - Nova redação para o Projeto, incluindo texto adicional na parte de contextualização e Resultados e Benefícios Sociais Esperados. No texto encaminhado, relatam que a redação apresentada pelo PROCEL não deixa claro quais as adaptações e ampliações serão realizadas nos laboratórios do CEPEL, devendo abordar também a tecnologia Inverter.	Projeto: Capacitação Laboratorial para Ensaio de Equipamentos de Refrigeração e Ar Condicionado Contextualização do Projeto: É prevista a ampliação da capacidade laboratorial nas áreas de refrigeração e ar condicionado do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, com o compromisso do CEPEL em realizar o aumento de escopo do laboratório. Novos equipamentos poderão ser avaliados em relação ao seu desempenho, que possibilite no futuro, a criação de novos grupos de equipamentos contemplados com o Selo Procel. Além de novos equipamentos, prevê-se a adaptação dos laboratórios para testes de ensaio em carga parcial de condicionadores de ar. Resultados e Benefícios Sociais Esperados: A sociedade terá um ganho com a possibilidade de utilização do Selo Procel em novos equipamentos, bem como adequação da avaliação da eficiência energética em equipamentos com tecnologia de carga parcial. Com isso, pois o Selo Procel poderá melhor influenciar o poder de decisão do consumidor no momento da compra de um equipamento mais eficiente.	A redação apresentada pelo PROCEL não deixa claro quais as adaptações e ampliações serão realizadas nos laboratórios do CEPEL. Essa falta de objetividade não é positiva, em se tratando do uso do recurso público, a ser adequadamente justificado. Sabe-se que a demanda por laboratórios de teste de ensaio no Brasil é muito grande e as carências são muitas, razão pela qual dar destaque às melhorias que serão feitas também é importante como forma de sinalizar as prioridades e necessidades para a área de eficiência energética. Mostra-se coerente com a realidade atual o enfoque ao setor de refrigeração, haja vista as iniciativas em andamento para definição de níveis mínimos de eficiência e etiquetagem para os equipamentos deste setor. Mas não só. Nos últimos anos no Brasil, tem crescido bastante o número de vendas dos condicionadores de ar da categoria Split, de até 60.000 BTU/h, do tipo "inverter", ou seja, com operação em carga parcial. Segundo dados preliminares coletados pelo ICS/Mitsubi no processo de desenvolvimento do estudo de impacto regulatório que o Lawrence Berkeley National Lab está fazendo em parceria com o ICS (em andamento), o inverter respondeu por quase 40% das vendas de mini-Splits em 2017, num contexto em que esta categoria de equipamento somou mais de 90% das vendas. Atualmente, enfrentamos duas dificuldades concomitantes no Brasil em relação à tecnologia "inverter": - a primeira, é que o método de ensaio regulamentado pela Portaria INMETRO 007/2011 adota a NBR 12010 (baseada na ISO 5151), norma que data da década de 90 e que, portanto, não capta a evolução tecnológica obtida nos últimos anos. Segundo este método, o ganho de eficiência energética obtido pela possibilidade de funcionamento do compressor em meia carga não é captado, e, portanto, o valor do coeficiente de eficiência energética informado não é aquele que efetivamente o aparelho poderia fornecer. Mas, é esta a informação que fica registrada para fins tanto do selo PROCEL quanto da etiqueta obrigatória. - a segunda é que não há capacidade laboratorial instalada no Brasil apta a fazer testes em carga parcial de condicionadores de ar no Brasil, independentemente de sua capacidade. Diante dessas duas dificuldades, o consumidor é quem mais perde, pois, nem o selo PROCEL nem a etiqueta do INMETRO informam adequadamente para ele qual o nível de eficiência do produto que ele está adquirindo. Pode-se dizer que estes mecanismos, não apenas é entrave à indústria para uma produção cada vez mais eficiente, não estão cumprindo suas funções. 1. 2 - A tecnologia inverter é mundialmente reconhecida como mais eficiente em termos de consumo de energia e conforto. Em cargas parciais, que ocorrem em mais do que 90% do tempo de operação, o consumo de energia reduz-se drasticamente quando comparado com produtos que não utilizam esta tecnologia. As principais economias do mundo já adotaram critérios capazes de avaliar o desempenho em cargas parciais. Entretanto, os critérios atualmente utilizados para a avaliação dos produtos não são capazes de quantificar corretamente tal eficiência, já que estes avaliam apenas a condição de funcionamento em plena carga. Para que seja possível alterar o critério de avaliação, é necessário que haja disponibilidade de laboratórios capazes de medir a capacidade também em carga parcial. Esta questão é prioritária, uma vez que terá impacto direto sobre a disponibilidade de energia no país. A demanda por condicionadores de ar cresce aceleradamente, e se não houver motivação para o consumo de produtos mais eficientes, será necessário investir ainda mais no aumento do parque gerador de energia do país. Os condicionadores de ar de maior porte (comerciais/industriais) também tem impacto importante e merecem investimento em laboratórios e critérios específicos. Porém, entendemos que a prioridade são os produtos residenciais, já que estes representam 70% da capacidade total instalada. 3. 4 - Para atender à demanda de testes, entendemos ser necessário não somente a melhoria/atualização dos laboratórios (calorímetros) existentes, como também a construção/aquisição de novos laboratórios (calorímetros).	Totalmente	Com o intuito de dirimir dúvidas, apresentamos com mais detalhes a configuração técnica dos laboratórios, escopo deste projeto. O acompanhamento dos índices de eficiência relativo aos equipamentos do setor de ar-condicionado e refrigeração é uma constante dentre as atividades do Selo Procel, além do mapeamento das competências dos laboratórios em operação no Brasil. Este projeto está inserido neste contexto de promover a contínua melhoria dos índices de eficiência do setor em questão, além de promover soluções tecnológicas que trarão ganhos para a matriz energética. A sociedade terá um ganho com a possibilidade de utilização do Selo Procel em novos equipamentos, o que poderá influenciar o poder de decisão do consumidor no momento da compra de um equipamento mais eficiente. Esta expansão laboratorial dará subsídios para as atividades do CGIEE, no tocante à definição de índices mínimos de eficiência para ar condicionados e refrigeradores hoje não contemplados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO. Para o Instituto de Metrologia, o conhecimento advindo deste projeto permitirá a elaboração de Requisitos de Avaliação da Conformidade e da Qualidade, necessários para a inclusão no PBE. - Alguns equipamentos não contemplados atualmente pelo Selo Procel deverão ser ensaiados nos laboratórios de refrigeração do CEPEL, para isso será necessária a expansão ou a criação dos seguintes laboratórios: - Adaptação do laboratório atual de condicionadores de ar mini-split para a realização do ensaio de desempenho em mini-split do tipo inverter (até 60.000BTU). A adaptação visa alterar o controle da umidade das câmaras para atender os requisitos da norma de ensaio ISO16358-1. Além do controle da umidade e de um novo software de controle do calorímetro, a adaptação também prevê o controle da carga parcial pela inserção de fontes térmicas no ambiente de medição, o que possibilitará a realização dos ensaios independentes da intervenção do fabricante – travamento da posição 50%; - Criação do laboratório para a realização do ensaio de desempenho em multi-split e VRF com tecnologia inverter, o qual inclui, além da aquisição de um calorímetro calibrado para ensaios até 150.000 BTU's, obras civis, retrofit das instalações elétricas e hidráulicas, climatização e reforma da ponte rolante da nova área de ensaios.
DAIKIN MCQUAY AR CONDICIONADO BRASIL LTDA	<b>Selo Procel</b> Laboratorial para Ensaio de Equipamentos de Refrigeração	<b>Projeto:</b> Capacitação Laboratorial para Ensaio de Equipamentos de Refrigeração. De um modo geral, as contribuições abordam os seguintes pontos: 1 - Contextualização do Projeto - nova redação, incluindo a tecnologia inverter no escopo do projeto. 2 - Resultados e Benefícios Sociais Esperados - melhoria da utilização do Selo Procel em equipamentos que já são atualmente avaliados (inverter alta eficiência). 3 - ATIVIDADES PLANEJADAS - sugestão para não somente ampliação dos laboratórios existentes, mas também a implantação de novos laboratórios. 4 - METAS FÍSICAS DO INSTRUMENTO JURÍDICO - sugestão para não somente ampliação dos laboratórios existentes, mas também a implantação de novos laboratórios.	1 - [Pág. 29] Contextualização do Projeto: É prevista a ampliação da capacidade laboratorial nas áreas de refrigeração e ar condicionado do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, com o compromisso do CEPEL em realizar o aumento de escopo do laboratório, tornando os laboratórios aptos a avaliar os condicionadores de ar não somente em plena carga, mas também em carga parcial, de maneira a tornar visível para os consumidores os reais benefícios proporcionados pela tecnologia de velocidade variável (inverter). Novos equipamentos poderão ser avaliados em relação ao seu desempenho, que possibilite no futuro, a criação de novos grupos de equipamentos contemplados com o Selo Procel. 2 - [Pág. 29] Resultados e Benefícios Sociais Esperados: A sociedade terá um ganho com a possibilidade de melhoria da utilização do Selo Procel em equipamentos que já são atualmente avaliados (inverter alta eficiência), pois o Selo Procel poderá influenciar de maneira mais precisa o poder de decisão do consumidor no momento da compra de um equipamento mais eficiente. 3 - [Pág. 29] ATIVIDADES PLANEJADAS 3*) Orçamento dos custos e elaboração de projetos para a implantação de novos laboratórios e expansão dos laboratórios existentes. 4 - [Pág. 30] METAS FÍSICAS DO INSTRUMENTO JURÍDICO 3*) Orçamento dos custos e elaboração de projetos para a implantação de novos laboratórios e expansão dos laboratórios existentes.	Os campos da planilha da Aneel não foram preenchidos, pois o Copel apresentou a proposta de novo projeto através do formulário padrão de submissão de projetos ao PAR, como documento complementar a planilha da Aneel. Proposta CEPEL complementar a este formulário.	Totalmente	- Expansão do laboratório atual de refrigeradores para a realização do ensaio de desempenho de refrigeradores comerciais. A expansão tem o intuito de ampliar a capacidade laboratorial para a realização de ensaios em equipamentos comerciais. O acompanhamento dos índices de eficiência relativo aos equipamentos do setor de ar-condicionado e refrigeração é constante dentre as atividades do Selo Procel, além do mapeamento das competências dos laboratórios em operação no Brasil. Este projeto está inserido neste contexto de promover a contínua melhoria dos índices de eficiência do setor em questão, além de promover soluções tecnológicas que trarão ganhos para a matriz energética. Em conjunto com essa capacitação laboratorial o Procel está atuando em outras atividades relacionadas à área de refrigeração, uma delas é a participação no Comitê Consultivo do Projeto Kigali que constituiu-se em uma iniciativa que faz parte do Kigali Cooling Efficiency Program (K-CEP), programa filantrópico internacional cujo escopo é promover a eficiência energética no setor de refrigeração e climatização como forma de potencializar as reduções de emissões de GEE e os benefícios sociais da economia de energia. A sociedade terá um ganho com a possibilidade de utilização do Selo Procel em novos equipamentos, o que poderá influenciar o poder de decisão do consumidor no momento da compra de um equipamento mais eficiente. Esta expansão laboratorial dará subsídios para as atividades do CGIEE, no tocante à definição de índices mínimos de eficiência para ar condicionados e refrigeradores hoje não contemplados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO. Para o Instituto de Metrologia, o conhecimento advindo deste projeto permitirá a elaboração de Requisitos de Avaliação da Conformidade e da Qualidade, necessários para a inclusão no PBE. - Alguns equipamentos não contemplados atualmente pelo Selo Procel deverão ser ensaiados nos laboratórios de refrigeração do CEPEL, para isso será necessária a expansão ou a criação dos seguintes laboratórios: - Adaptação do laboratório atual de condicionadores de ar mini-split para a realização do ensaio de desempenho em mini-split do tipo inverter (até 60.000BTU). A adaptação visa alterar o controle da umidade das câmaras para atender os requisitos da norma de ensaio ISO16358-1. Além do controle da umidade e de um novo software de controle do calorímetro, a adaptação também prevê o controle da carga parcial pela inserção de fontes térmicas no ambiente de medição, o que possibilitará a realização dos ensaios independentes da intervenção do fabricante – travamento da posição 50%; - Criação do laboratório para a realização do ensaio de desempenho em multi-split e VRF com tecnologia inverter, o qual inclui, além da aquisição de um calorímetro calibrado para ensaios até 150.000 BTU's, obras civis, retrofit das instalações elétricas e hidráulicas, climatização e reforma da ponte
CEPEL - Centro de Pesquisas de Energia Elétrica	<b>Novo Projeto apresentado ao PAR:</b> Monitoramento e identificação dos "gaps" de evolução da eficiência energética de transformadores imersos em óleo para redes aéreas de distribuição	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel, como anexo mesma. No caso, o novo projeto foi apresentado no formulário padrão de submissão de projetos ao PAR. Este novo projeto propõe a formação de um banco de dados com informações consolidadas e confiáveis, permitindo monitorar a evolução da eficiência energética de transformadores imersos em óleo para redes aéreas de distribuição, identificando as principais falhas recorrentes, interpolar e extrapolar resultados de desempenho dos transformadores na rede de distribuição e identificar espaços e obstáculos para a evolução dos transformadores sob o ponto de vista de eficiência energética. Orçamento plano – R\$466 mil	Os campos da planilha da Aneel não foram preenchidos, pois o Copel apresentou a proposta de novo projeto através do formulário padrão de submissão de projetos ao PAR, como documento complementar a planilha da Aneel. Proposta CEPEL complementar a este formulário.	Os campos da planilha da Aneel não foram preenchidos, pois o Copel apresentou a proposta de novo projeto através do formulário padrão de submissão de projetos ao PAR, como documento complementar a planilha da Aneel. Proposta CEPEL complementar a este formulário.	Totalmente	A inclusão dos transformadores na programação de índices mínimos de eficiência energética no âmbito da Lei 10.295/2001 e no programa brasileiro de etiquetagem (PBE) permitiu a reestruturação do mercado nacional de transformadores de distribuição em líquido isolante, o que trouxe diversos benefícios ao país.  O projeto proposto prevê a harmonização da metodologia de ensaios e do cálculo da incerteza, que impacta diretamente na exatidão dos resultados, permitindo a formação de um banco de dados com informações consolidadas e confiáveis, que possibilitará o monitoramento de diversos aspectos do programa, possibilitando uma gestão mais adequada e ágil, prevendo com mais exatidão possível ações de correção e evolução do plano de metas de eficiência energética desses equipamentos.

Autor	Área do Procel / Projeto	TEXTO PROCEL	TEXTO INSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO	ACEITE	JUSTIFICATIVA/PROCEL
FAB - Força Área Brasileira - COMANDO DA AERONÁUTICA	<b>Novo Projeto apresentado ao PAR:</b> Programa de Eficiência Energética no âmbito do Comando da Aeronáutica	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel, com o descritivo do projeto enviado em anexo, no formulário padrão para submissão de projetos do PAR. Este novo projeto propõe a formação de recursos humanos para realização de diagnósticos energéticos e capacitação/certificação em Medição e Verificação - M&V (PIMVP), visando implantar o Programa de Eficiência Energética (PEE) e disseminar conhecimento a nível institucional, em consonância com a Norma Técnica ABNT NBR ISO 50.001, e adequada às diretrizes estabelecidas na Instrução do Comando da Aeronáutica ICA 400-54, publicada no ano de 2018, que trata da Implantação do Programa de Eficiência Energética do Comando da Aeronáutica, com inserção de fontes incentivadas, dentre elas a Solar Fotovoltaica, bem como aquisição de Softwares de simulação, análise de viabilidade e projeto de Sistemas Fotovoltaicos conectados a rede. Orçamento plano – R\$2.000.000,00	O Comando da Aeronáutica, alinhado com as Políticas Públicas de Sustentabilidade e com a sua Política de Gestão Energética estabeleceu, por intermédio da Instrução Normativa do Comando da Aeronáutica nº 400-56, as diretrizes iniciais para a Implantação do Programa de Eficiência Energética (PEE) no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER), tendo em complemento a inserção de fontes incentivadas, dentre elas a Solar Fotovoltaica. O Programa em questão já está sendo executado em localidades como Boa Vista e Brasília. No caso de Boa Vista foi firmado, em setembro de 2018, um convênio com a Eletrobras Distribuidora, e o cronograma de implantação começou a ser executado. Para a Força Aérea Brasileira a localidade de Boa Vista tem caráter estratégico e assim sendo possui uma Base Aérea na citada localidade com 12 (doze) aeronaves de combate para ações de interceptação e Defesa do Espaço Aéreo, sendo imprescindível a garantia de fornecimento contínuo de energia para o funcionamento ininterrupto da Base Aérea. Neste sentido, as ações de eficiência energética na Base Aérea de Boa Vista serão complementadas com a inserção de fontes alternativas, bem como a construção de estruturas de armazenamento de energia, tipo banco de baterias, para as principais atividades laborais de suporte logístico para a manutenção das atividades aéreas. Semelhante ações foram planejadas para outras localidades lidas como prioritárias neste momento. Isso posto, torna-se fundamental a busca pela devida capacitação profissional dos recursos humanos existentes no âmbito do COMAER e que poderão atuar em conjunto e em parceria com os elos públicos e particulares da área de energia.	a) Considerando a conjuntura atual do Brasil, visando à inserção de novas fontes de energias renováveis no país, a Força Aérea Brasileira, alinhada com as políticas públicas vigentes, planejou a implantação do Programa de Eficiência Energética (PEE) no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER); b) Neste contexto, a contribuição da Força Aérea Brasileira (FAB) nessa audiência pública está em consonância com os planejamentos de longo e médio prazo para o setor de energia, entre eles o Plano Nacional de Energia - PNE 2030, o Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2027 e o Plano Nacional de Eficiência Energética - PNEE 2030 e c) O Programa de Eficiência Energética (PEE) da FAB visa à utilização eficiente da energia disponível, considerando ações nos seguintes sistemas: - ILUMINAÇÃO: Substituição de equipamentos por outros que consumam menos energia: lâmpadas, reatores e luminárias; instalação de dispositivos de controle; - AR CONDICIONADO: Substituição de equipamentos individuais de janela ou equivalentes e chillers (resfriadores de água) por equipamentos e/ou sistemas mais econômicos; instalação de dispositivos de controle; - SISTEMAS MOTRIZES: Substituição de motores elétricos de indução com carga constante por unidades de mais alto rendimento; instalação de dispositivos de controle; - SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO: Substituição de equipamentos individuais de refrigeração (geladeiras, freezers), câmaras frigoríficas ou sistemas de refrigeração de grande porte por equipamentos mais eficientes; - AQUECIMENTO SOLAR DA ÁGUA: Implantação de ações de eficiência energética em sistemas de aquecimento solar de água de pequeno ou grande porte; e - FONTES INCENTIVADAS: Implantação de sistemas com geração fotovoltaica até 5 MW. A redação apresentada pelo PROCEL não deixa claro quais as adaptações e ampliações serão realizadas nos laboratórios do CEPEL. Essa falta de objetividade não é positiva, em se tratando do uso do recurso público, a ser adequadamente justificado. Sabe-se que a demanda por laboratórios de teste de ensaio no Brasil é muito grande e as carências são muitas, razão pela qual dar destaque às melhorias que serão feitas também é importante como forma de sinalizar as prioridades e necessidades para a área de eficiência energética. Mostra-se coerente com a realidade atual o enfoque ao setor de refrigeração e ar-condicionado, haja vista as iniciativas em andamento para definição de níveis mínimos de eficiência e etiquetagem para os equipamentos deste setor. Mas não só. Nos últimos anos no Brasil, tem crescido bastante o número de vendas dos condicionadores de ar da categoria Split, de até 60.000 BTU/h, do tipo "inverter", ou seja, com operação em carga parcial. Segundo dados preliminares coletados pelo ICS/Mitsubishi no processo de desenvolvimento do estudo de impacto regulatório que o Lawrence Berkeley National Laboratory está fazendo em parceria com o ICS (em andamento), o inverter respondeu por quase 40% das vendas de mini-Splits em 2017, num contexto em que esta categoria de equipamento somou mais de 90% das vendas. Atualmente, enfrentamos três dificuldades concomitantes no Brasil em relação à tecnologia "inverter": a primeira, é	<b>Totalmente</b>	Projeto com grande potencial, alinhado às atividades e interesse do PROCEL.
ICS - Instituto Clima e Sociedade	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Capacitação Laboratorial para Ensaio de Equipamentos de Refrigeração	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. Contribuições enviadas pelo ICS através do Projeto Kigali, relativos ao Projeto: Capacitação Laboratorial para Ensaio de Equipamentos de Refrigeração. As contribuições buscam focar os aspectos do PAR que podem ser aprimorados ou melhor detalhados para a construção e o fortalecimento das políticas de eficiência em refrigeração e climatização, além da necessidade de adequação e ampliação dos laboratórios para testes em carga parcial, medidas estas importantes para o avanço da eficiência no país.	1 - Projeto: Capacitação Laboratorial para Ensaio de Equipamentos de Refrigeração e Ar Condicionado. 2 - Contextualização do Projeto: É prevista a ampliação da capacidade laboratorial nas áreas de refrigeração e ar condicionado do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, com o compromisso do CEPEL em realizar o aumento de escopo do laboratório. Novos equipamentos poderão ser avaliados em relação ao seu desempenho, que possibilite no futuro, a criação de novos grupos de equipamentos contemplados com o Selo Procel. Além de novos equipamentos, prevê-se a adaptação dos laboratórios para testes de ensaio em carga parcial de condicionadores de ar. 3 - Resultados e Benefícios Sociais Esperados: A sociedade terá um ganho com a possibilidade de utilização do Selo Procel, em novos equipamentos, bem como adequação da avaliação da eficiência energética em equipamentos com tecnologia de carga parcial. Com isso, pois o Selo Procel poderá melhor influenciar o poder de decisão do consumidor no momento da compra de um equipamento mais eficiente. 4 -	A redação apresentada pelo PROCEL não deixa claro quais as adaptações e ampliações serão realizadas nos laboratórios do CEPEL. Essa falta de objetividade não é positiva, em se tratando do uso do recurso público, a ser adequadamente justificado. Sabe-se que a demanda por laboratórios de teste de ensaio no Brasil é muito grande e as carências são muitas, razão pela qual dar destaque às melhorias que serão feitas também é importante como forma de sinalizar as prioridades e necessidades para a área de eficiência energética. Mostra-se coerente com a realidade atual o enfoque ao setor de refrigeração e ar-condicionado, haja vista as iniciativas em andamento para definição de níveis mínimos de eficiência e etiquetagem para os equipamentos deste setor. Mas não só. Nos últimos anos no Brasil, tem crescido bastante o número de vendas dos condicionadores de ar da categoria Split, de até 60.000 BTU/h, do tipo "inverter", ou seja, com operação em carga parcial. Segundo dados preliminares coletados pelo ICS/Mitsubishi no processo de desenvolvimento do estudo de impacto regulatório que o Lawrence Berkeley National Laboratory está fazendo em parceria com o ICS (em andamento), o inverter respondeu por quase 40% das vendas de mini-Splits em 2017, num contexto em que esta categoria de equipamento somou mais de 90% das vendas. Atualmente, enfrentamos três dificuldades concomitantes no Brasil em relação à tecnologia "inverter": a primeira, é	<b>Totalmente</b>	Com o intuito de diminuir dúvidas, apresentamos com mais detalhes a configuração técnica dos laboratórios, escopo deste projeto. O acompanhamento dos índices de eficiência relativo aos equipamentos do setor de ar-condicionado e refrigeração é constante dentre as atividades do Selo Procel, além do mapeamento das competências dos laboratórios em operação no Brasil. Este projeto está inserido neste contexto de promover a contínua melhoria dos índices de eficiência do setor em questão, além de promover soluções tecnológicas que trarão ganhos para a matriz energética. Em conjunto com essa capacitação laboratorial o Procel está atuando em outras atividades relacionadas à área de refrigeração, uma delas é a participação no Comitê Consultivo do Projeto Kigali que constitui-se em uma iniciativa que faz parte do Kigali Cooling Efficiency Program (K-CEP), programa filantrópico internacional cujo objetivo é promover a eficiência energética no setor de refrigeração e climatização como forma de potencializar as reduções de emissões de GEE e os benefícios sociais da economia de energia. A sociedade terá um ganho com a possibilidade de utilização do Selo Procel em novos equipamentos, o que poderá influenciar o poder de decisão do consumidor no momento da compra de um equipamento mais eficiente. Esta expansão laboratorial dará subsídios para as atividades do GIEE, no tocante à definição de índices mínimos de eficiência para ar condicionados e refrigeradores hoje não contemplados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO. Para o Instituto de Metrologia, o conhecimento advindo deste projeto permitirá a elaboração de Requisitos de Avaliação da Conformidade e da Qualidade, necessários para a inclusão no PBE. • Alguns equipamentos não contemplados atualmente pelo Selo Procel deverão ser ensaiados nos laboratórios de refrigeração do CEPEL, para isso será necessária a expansão ou a criação dos seguintes laboratórios:
ICS - Instituto Clima e Sociedade	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Percepção do Selo Procel	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. Comentários sobre o Projeto, com sugestão de adição no item "atividades planejadas".	Sugestão de adição no item "atividades planejadas": 5) Desenvolvimento de procedimento e sistemática de coleta periódica de dados de mercado junto às associações e empresas do setor de refrigeração.	Sugerimos que o PROCEL adote esta pesquisa como um piloto para coleta sistemática e estruturada de dados do mercado dos equipamentos regulados no âmbito do Selo Procel e do PBE. É fato que esse tipo de pesquisa é fundamental para o monitoramento do comportamento do mercado vis-à-vis as políticas de eficiência energética. Também são necessárias para os estudos adotados na revisão e atualização dos níveis mínimos de eficiência energética, Selo Procel e PBE. Portanto, trata-se de tipo de levantamento que periodicamente deve ser feito e atualizado. Por isso, para além de uma pesquisa de mercado, este projeto poderia incluir o desenvolvimento de uma sistemática de coleta e armazenamento de dados, a contemplar procedimento de coleta junto às associações / empresas dos setores, ferramenta/software de coleta, armazenamento e tratamento de dados, calendário de coleta, etc. Sabe-se que tais dados não são de divulgação obrigatória, razão pela qual o projeto também deve prever a cooperação com as associações representativas. A esse respeito, cabe destacar que o manual de compliance do CADE recomenda as associações a disponibilização ao público de dados históricos agregados (ver p.35 do manual em: <a href="http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/publicacoes-institucionais/guia_do_Cade/guia-compliance-versao-oficial.pdf">http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/publicacoes-institucionais/guia_do_Cade/guia-compliance-versao-oficial.pdf</a> ).	<b>Parcialmente</b>	Essa contribuição constará na proposta "Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica", desde que não haja impacto relevante no orçamento do projeto.
ICS - Instituto Clima e Sociedade	<b>Procel Info</b> <b>Projeto:</b> Reestruturação do Portal Procel Info	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. Comentário relativo ao Procel Info, elogiando a iniciativa de desenvolvimento para aplicativos móveis.		Gostaríamos de reforçar que a iniciativa de trazer mais robustez ao Procel Info, bem como adaptá-lo às novas formas de comunicação, tais como redes sociais e aplicativos, merece ser mantida. Especificamente, quanto ao Selo Procel, mostra-se premente a necessidade de adaptá-lo aos novos hábitos de compra do brasileiro. Hoje, é comum se realizar uma primeira avaliação de preços e opções via internet antes da decisão de compra propriamente. O Selo Procel adaptado para as compras virtuais será mais popularizado e efetivo.	<b>Totalmente</b>	Agradecemos a manifestação de apoio ao projeto. Um dos objetivos da reestruturação do Portal Procel Info é torná-lo mais amigável e com maior disponibilização de informações relativas a eficiência energética e aos programas coordenados pelo Procel, dando maior transparência e visibilidade ao mesmo. A sugestão de criação do Selo Procel para as compras virtuais é muito boa, e será considerada na elaboração do termo de referência do projeto de reestruturação do Portal.
ICS - Instituto Clima e Sociedade	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Percepção do Selo Procel	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. Comentários relativos ao Projeto foram enviados no sentido de responder as afirmações da proposta e sugestão de inclusão de texto nas Atividades Planejadas.	1 - Sem sugestões 2 - Acrescentar: Espera-se também incluir, na pesquisa, o mercado online, por meio do contato com as principais páginas virtuais de comparação de preços, tais como Bondfaro, Buscapé, Google, etc. 3 - 2) Realização de pesquisa online com consumidores residenciais, de todas as classes sociais nas capitais dos estados e Distrito Federal 4 - Acrescentar uma 4ª etapa: 4) Realização de pesquisa com os principais sites de avaliação de opções de compra, tais como Bondfaro, Buscapé, Google, etc.	1 - Um dos motivos pelo desinteresse das empresas pode ser o fato de que, para alguns tipos de equipamentos, o selo tem como requisito apenas ter a classe "A" do PBE. Este é o caso do ar-condicionado. Como o "A" já indica os mais eficientes, a empresa não veria razão para submeter-se a procedimentos administrativos para obter um outro selo que diz a mesma informação. Essa confusão também se aplica ao consumidor. O Selo Procel vai se destacar apenas se realmente aponta os melhores. 2 - O hábito de compra do brasileiro tem mudado muito e incluído cada vez mais a internet como primeira etapa de busca e avaliação de opções. Revela-se igualmente importante incluir os atores envolvidos com vendas online na pesquisa. 3 - Por que pesquisa presencial em residências? É possível reduzir o custo da pesquisa fazendo esse mesmo levantamento de forma virtual. Há serviços que permitem enquetes via whatsapp, email, telefone, etc. Além de menos oneroso, pode abarcar um público ainda maior. Como já mencionado, o hábito de compra do brasileiro tem mudado muito e incluído cada vez mais a internet como primeira etapa de busca e avaliação de opções. Revela-se igualmente importante incluir os atores envolvidos com vendas online na	<b>Parcialmente</b>	As inclusões serão aceitas, desde que não haja impacto relevante no orçamento do projeto, essa contribuição poderá ser inserida.
ICS - Instituto Clima e Sociedade	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Desenvolvimento e implantação inicial de metodologias de avaliação de resultados de ações de Eficiência Energética implementadas no Brasil e Guia e exemplos práticos de M&V no âmbito dos subprogramas atendidos pelo PAR	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. Comentários sobre o Projeto solicitando a inclusão de novos objetivos.	Incluir nos objetivos: 3) Desenvolvimento de base de dados sobre os projetos e iniciativas em eficiência energética financiados com recursos previstos na Lei 9.991/2000.	O projeto é bem-vindo, na medida em que são incertos, difusos e sobrepostos os resultados sobre o impacto dos diferentes projetos e iniciativas na economia e conservação de energia. Não está claro se o projeto contempla também: 1) Levantamento, sistematização e divulgação permanente de todos os projetos e iniciativas em eficiência energética viabilizados com os recursos previstos na Lei 9.991/2000 e alterações. Trata-se de recurso público, pago por todos os consumidores de energia e, portanto, deve vigor a regra constitucional da eficiência e publicidade sobre a gestão dos mesmos. O problema é que a informação sobre estes projetos, principalmente quanto aos resultados alcançados, muitas vezes não ocorre ou está fragmentada em diferentes plataformas. Essa sistematização permite identificar as sobreposições, orientar o PROCEL e a ANEEL quanto a prioridades futuras, etc. 2) As metodologias que poderiam contemplar a adoção de indicadores não só de economia e conservação de energia, como também de economia de dinheiro, emissões evitadas de gases de	<b>Parcialmente</b>	O projeto contempla as sugestões 1 e 2, uma vez que, conforme consta na proposta do PAR Procel 2018, "um dos objetivos deste projeto seria a contabilidade integrada dos resultados das atividades de eficiência energética conduzidas no Brasil", o que engloba projetos e iniciativas em eficiência energética viabilizados com os recursos previstos na Lei 9.991/2000 e alterações, assim como não restringe apenas a resultados energéticos e sim os resultados das atividades de eficiência energética.  Sobre a proposta 3, a metodologia para priorização de projetos será alcançada com o desenvolvimento do projeto "Plano Decenal de Eficiência Energética", já previsto no PAR Procel 2018.
ICS - Instituto Clima e Sociedade	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Plano Decenal de Eficiência Energética	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. Comentários sobre o Projeto solicitando a atualização do Balanço de Energia Útil (BEU).	Acrescentar: O projeto também objetiva a atualização do Balanço de Energia Útil (BEU). Acrescentar: Objetivo: realizar atualização do Balanço Útil de Energia (BEU).	Não está claro o que vai ser objeto de análise: novas oportunidades de projetos com potencial de atendimento da NDC ou a contabilização de iniciativas já em andamento. Como dito no comentário referente ao Projeto "Desenvolvimento e implantação inicial de metodologias de avaliação de resultados de ações de Eficiência Energética implementadas no Brasil e Guia e exemplos práticos de M&V no âmbito dos subprogramas atendidos pelo PAR", falta uma avaliação sistêmica dos impactos em termos de economia de energia e emissões evitadas do conjunto de iniciativas já em andamento no âmbito da Lei 9.991/2000. O quanto tais iniciativas já estão a contribuir para o atendimento da NDC? Para além disso, a principal ferramenta que poderia auxiliar o planejamento do setor elétrico é a atualização do balanço de energia útil (BEU). O BEU mais recente data de 2006, ou seja, tem mais de 10 anos e já não sinaliza a realidade dos setores brasileiros quanto ao seu consumo. Sabemos que o custo de um BEU é muito alto, mas é possível redirecionar outros projetos para esta iniciativa.	<b>Parcialmente</b>	A importância do BEU - Balanço de Energia Útil para o desenvolvimento do Plano Decenal de Eficiência Energética é de conhecimento do Procel e, por este motivo, sua atualização havia sido cogitada dentro do escopo deste projeto. Porém, como historicamente o BEU é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e realizado por uma entidade específica (Fundação de Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia - FDTE), tendo alcance bem maior que somente a eficiência energética e não sendo, assim, da alçada do Procel, optou-se por trabalhar somente o Plano Decenal de Eficiência Energética, utilizando os dados mais recentes, mesmo que antigos. Conforme sugestão, será elaborada uma proposta de adequação do escopo e estimativa de valor para avaliar a inclusão da atualização do BEU no projeto. As demais questões serão definidas com o detalhamento do projeto, caso seja aprovado, e a proposta do Plano Decenal de Eficiência Energética será ampliada para R\$ 2 milhões.
IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Percepção do Selo Procel	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. Sugestão de adequação/inclusão na redação dos seguintes campos do projeto: "Instituições Relacionadas" e "Atividades Planejadas". Ambas as adequações visam maior participação social na pesquisa de percepção do selo Procel.	"Pesquisa de Percepção do Selo Procel" Instituições Relacionadas: (...) Incluir: Organizações da Sociedade Civil, Associações de Consumidores Atividades Planejadas: (...) Incluir: 4ª Realização de pesquisa com consumidores que consomem por e-commerce através de uma pesquisa em parceria com páginas de comparação de preços.	A pesquisa de percepção do Selo Procel tem seu objetivo similar ao da atuação da instituição. As organizações da sociedade civil poderiam fazer parte das instituições relacionadas ao projeto a fim de que a sociedade civil adquira espaço de participação como meio de representar os consumidores. Além disso, sugere-se a inclusão de atividade planejada uma pesquisa de percepção dos consumidores que adquirem seus produtos via e-commerce.	<b>Parcialmente</b>	A legislação relacionada a licitações e convênios do setor público preconiza que seja priorizada a ampla concorrência entre os agentes, assim sempre deve ser vislumbrada a possibilidade do maior número possível de entidades qualificadas a concorrer nos processos. Por isso, o aceite da inclusão de Organizações da Sociedade Civil e das Associações de Consumidores.  A criação de uma nova atividade pode impactar o prazo de execução do projeto, neste caso, 12 meses. Será avaliada a possibilidade dessa inclusão, tendo em vista que a compra de produtos via e-commerce ser uma realidade. Portanto, desde que não haja impacto relevante no orçamento do projeto, essa contribuição poderá ser inserida.

Autor	Área do Procel / Projeto	TEXTOPROCEL	TEXTOINSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO	ACEITE	JUSTIFICATIVA/PROCEL
IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. Sugestão de adequação/inclusão na redação dos seguintes campos do projeto: "Instituições Relacionadas" e "Atividades Planejadas". Ambas as adequações visam restringir associações de classe e fabricantes na pesquisa de mercado sobre equipamentos consumidores de energia elétrica.	*Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica* Instituições Relacionadas: Retirar: "associações de classes" e "fabricantes" Incluir: Organizações da Sociedade Civil, Associações de Consumidores Atividades Planejadas: Incluir: Agrupamento dos estudos que subsidiaram a atualização dos níveis mínimos de eficiência energética dos equipamentos	Essa pesquisa busca avaliar o impacto da adoção de mecanismos para aumento da eficiência energética em sistemas que apresentam relevância no momento. Isso com o intuito de reduzir o consumo de energia. Entretanto, incluir as "associações de classes" e os "fabricantes" nessa pesquisa não é adequado. Ao permitir que as próprias empresas realizem a sua pesquisa sobre os equipamentos, defenderão que seus produtos são mais eficientes. A pesquisa, portanto, deve ser feita por outras entidades que não as associações de classes e nem os fabricantes. Sugere-se a participação de organizações da sociedade civil e associações de consumidores nesse programa. Além disso, se faz necessária a divulgação dos estudos que subsidiaram a revisão e atualização dos níveis mínimos de eficiência energética dos equipamentos. Isso para que a sociedade civil possa participar mais ativamente desse processo e para que esse seja mais transparente. Por fim, sugere-se que essa pesquisa tenha uma periodicidade assídua e determinada. Para isso, esse programa poderia desenvolver um sistema de armazenamento de dados para que esses sejam publicados.	<b>Parcialmente</b>	A legislação relacionada a licitações e convênios do setor público prioriza que seja priorizada a ampla concorrência entre os agentes, assim sempre deve ser vislumbrada a possibilidade do maior número possível de entidades qualificadas a concorrer nos processos. Por isso, o aceite da inclusão de Organizações da Sociedade Civil e das Associações de Consumidores.  Nesse sentido, a execução das pesquisas contará com a fiscalização de profissionais qualificados e experientes em pesquisas de mercado que exigirão a utilização de ferramentas para uma gestão qualificada do projeto. Definirão os questionários a serem aplicadas, a amostragem e sua estratificação, assim como o público alvo a ser entrevistado, evitando qualquer resultado tendencioso, assim não há necessidade de excluir as entidades representativas do setor, uma vez que o alto conhecimento do mercado por essas entidades pode agregar valor ao projeto.  A divulgação dos estudos que subsidiaram a revisão e atualização dos níveis mínimos de eficiência energética dos equipamentos é realizada durante chamada pública que antecede audiência pública do CGIEE, que define os índices mínimos para os equipamentos. A sociedade civil já possui representação na composição do referido Comitê Gestor do MME.  É do interesse do Procel que essa pesquisa seja realizada periodicamente, a fim de nortear as ações do Programa. A criação de um sistema de armazenamento de dados não é prioridade desse projeto, uma vez que os estudos que viabilizam a definição e/ou revisão de índices mínimos são publicados.
IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Programa de Ensaio de Proficiência por Comparação Interlaboratorial	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. Recomendação ao projeto de que sejam divulgados os relatórios de ensaio individuais por laboratório, além do relatório final do programa, de modo a aumentar a transparência na divulgação do programa de ensaios de proficiência por comparação interlaboratorial.		Como o projeto visa acompanhar os ensaios para checar se os procedimentos têm sido os mesmos para todos os laboratórios integrantes a rede de laboratórios Procel, deveria-se ter um mecanismo que aumentasse a transparência no processo de realização da checagem. Isto é, que sejam divulgados os relatórios de ensaio individuais por laboratório, além do relatório final do programa.	<b>Parcialmente</b>	O objetivo básico do ensaio de proficiência é avaliar o desempenho dos laboratórios na realização de ensaios e, desta forma, identificar problemas de ensaio ou medição e apontar oportunidades de melhoria no seu desempenho. Adicionalmente, inspirar confiança nos funcionários, na gerência, usuários externos de serviços do laboratório e, sobretudo, por parte de toda a sociedade que consome os produtos avaliados. Dessa forma, será divulgado o relatório final, depois das adequações realizadas pelos laboratórios, de acordo com os regulamentos vigentes.
IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Acompanhamento da produção de categorias de equipamentos participantes do Selo Procel	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. Sugestão de desenvolvimento de um marketing share dos produtos que tenham classificação "A", para verificar se estes produtos estão realmente sendo comercializados.	Atividades Planejadas: (...) Incluir: 4º Desenvolvimento de um marketing share dos produtos que tenham classificação "A".	A realização do acompanhamento da produção de equipamentos que tenham o selo Procel para verificar denúncias relacionadas a equipamentos que não atendam aos critérios de desempenho e segurança é fundamental. Entretanto, para além disso, deveria ser feita uma avaliação se esses produtos estão sendo vendidos no mercado. Isso porque muitos produtos presentes na lista do Inmetro e que tenham classificação "A" não estão disponíveis para venda no mercado. Portanto, além da necessidade de atualização constante do banco de dados do Inmetro dos equipamentos registrados, se faz necessária a verificação se os produtos estão sendo vendidos. A NDC do Brasil tem como uma de suas metas "alcançar 10% de ganhos de eficiência energética no setor elétrico até 2030". Por isso, esse programa deve visar esse objetivo de forma a renová-lo.	<b>Não</b>	Já existe uma proposta no PAR Procel 2018 relativa a Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica. No primeiro ciclo serão avaliados equipamentos de refrigeração, contudo, existe a ideia que os outros equipamentos também sejam contemplados nos próximos ciclos.
IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor	<b>Projetos Estratégico</b> Plano Decenal de Eficiência Energética	<b>Projeto:</b> A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. Sugestão de desenvolvimento do Balanço de Energia Útil Nacional no Plano Decenal de Eficiência Energética.	Desenvolvimento do Balanço de Energia Útil Nacional.	O Balanço de Energia Útil permite que se tenha um diagnóstico da situação atual da quantidade de energia demandada pelo sistema para um fim, viabilizando o planejamento energético nacional. O balanço permite mensurar as perdas de energia, bem como os sistemas que demandam maior energia, sinalizando a eficiência energética das localidades. Como esse projeto visa sinalizar alternativas que permitam aumentar a eficiência energética nos setores de consumo final, a realização do Balanço de Energia Útil seria tão fundamental como considerar o Plano Decenal de Energia como base. A realização desse balanço é custosa, entretanto, deve ser feita uma análise de custo-benefício que se teria com os ganhos de eficiência energética.	<b>Parcialmente</b>	A importância do BEU - Balanço de Energia Útil para o desenvolvimento do Plano Decenal de Eficiência Energética é de conhecimento do Procel e, por este motivo, sua atualização havia sido cogitada dentro do escopo deste projeto. Porém, como historicamente o BEU é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e realizado por uma entidade específica (Fundação de Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia - FDTE), tendo alcançado bem maior que somente a eficiência energética e não sendo, assim, da alçada do Procel, optou-se por trabalhar somente o Plano Decenal de Eficiência Energética, utilizando os dados mais recentes, mesmo que antigos. Conforme sugestão, será elaborada uma proposta de adequação do escopo e estimativa de valor para avaliar a inclusão da atualização do BEU no projeto. As demais questões serão definidas com o detalhamento do projeto, caso seja aprovado, e a proposta do Plano Decenal de Eficiência Energética será ampliada para R\$ 2 milhões.
IEI Brasil - International Energy Initiative	<b>Geral</b>	[p.3] [grifo nosso] Como se observa, os resultados já demonstrados do PAR/2017 do Procel deixam a certeza de que tanto o legislador, ao elaborar o texto da Lei nº 13.280/2016, quanto as entidades diretamente associadas com a execução, gestão e governança do Procel, vêm alcançando o objetivo de consolidar uma política pública nacional de eficiência energética. Assim, a partir dessa referência, foi constituída uma sólida plataforma para o desenvolvimento do PAR/2018 do Procel, a ser apresentado nos capítulos a seguir.	Inserir uma visão integrada desses projetos no sentido apontado na justificativa dada ao lado.	Ausência de visão integrada das ações: no documento do Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAR - não há uma visão integrada das suas ações que apontem a consecução dos objetivos da Política de Eficiência Energética e da Política Energética do Brasil. Há falta de clareza no objetivo geral do Procel em atuar frente a todos os programas propostos, apresentando-se tal qual uma "colcha de retalhos" para a sociedade, que não é capaz de enxergar um sentido de conjunto e um sentido de direcionalidade. Adicionalmente, é importante que o PAR promova uma visão integrada com os demais programas e mecanismos públicos de eficiência energética já existentes, visando um objetivo em comum, para que não existam sobreposições e para que o uso do recurso público seja aplicado e utilizado de forma eficiente. A ação de cada programa deve ser clara, transparente e coerente. 1 Tais como: Programa de Eficiência Energética (PEE) da ANEEL, Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), padrões mínimos de eficiência ou máximos de consumo (atuação do CGIEE), planos nacionais de EE (plano de ação, plano decenal etc.) elaborados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).	<b>Não</b>	O escopo da alteração apresentada pelo autor já está previsto em projeto específico nesse Plano. Trata-se da proposta de realização do "Plano Decenal de Eficiência Energética" (PDEE). Atualmente o Procel atua em apoio a algumas políticas públicas (Exemplo: Brasil + Produtivo, PEE da ANEEL, CGIEE etc) e a interlocução entre os profissionais envolvidos nos comitês estabelecidos para cada iniciativa evita qualquer tipo de sobreposição de esforços. Nesse sentido, entende-se que o PDEE é o documento adequado para atender ao escopo desse pleito, pois o mesmo tratará do planejamento de todas as iniciativas que direta ou indiretamente contribuem para uma política de eficiência energética.
IEI Brasil - International Energy Initiative	<b>Geral</b>	[p.4] Figura "Governança do Procel"	Inserir essas metas temporais do GCEE (vide justificativa ao lado) e relacioná-las com os projetos propostos. Se não há essas metas temporais, deixar explícita a inexistência e indicar quando que as terá.	Na estrutura de governança do Procel, o Grupo Coordenador de Conservação de Energia Elétrica - GCCE - é o responsável por estabelecer as metas de curto, médio e longo prazo ao Procel. Entretanto, tais não são expressas nem tampouco relacionadas com as ações específicas desse Plano.	<b>Parcialmente</b>	A definição das metas deve ser suprida com o Plano Decenal de Eficiência Energética (PDEE). Será incluído um esclarecimento a respeito desse ponto.
IEI Brasil - International Energy Initiative	<b>Geral</b>	[p.4] Figura "Governança do Procel"	Inserir as contribuições esperadas dos projetos propostos para atingir a NDC.	Não se apresenta no PAR as contribuições das ações propostas, quando cabíveis, no atendimento da NDC brasileira no âmbito do compromisso assumido no Acordo de Paris. O documento traz, de modo generalista, a questão do cumprimento da NDC brasileira, afirmando a necessidade em "alcançar 10% de ganhos de eficiência energética no setor elétrico em 2030". Entretanto, o plano não apresenta uma meta a ser alcançada, ou seja, a estimativa de quanto a aplicação de todos os projetos auxiliarão para o cumprimento da NDC, nem uma metodologia clara de como o cumprimento dessa meta seria mensurado.	<b>Não</b>	Não cabe essa inclusão na governança do Procel apresentada no Plano, pois a mesma já está definida por meio de Portaria. Entretanto, entendendo que a contribuição para a NDC brasileira é de extrema importância, será incluído um esclarecimento a respeito desse ponto. Deve-se informar que as ações desenvolvidas no âmbito do Procel contribuirão para o cumprimento do compromisso firmado pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris sobre a Mudança do Clima; todavia, a definição da metodologia de contabilização dos resultados alcançados, bem como a estratégia brasileira para o cumprimento do compromisso não são da alçada do Procel, mas sim do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, órgão máximo de governança federal das questões climáticas.
IEI Brasil - International Energy Initiative	<b>Geral</b>	[p.4] Figura "Governança do Procel"	Inserir as contribuições esperadas dos projetos propostos para as diversas metas do ODS.	Não há relação alguma das ações apresentadas no PAR 2018 com as metas que o Brasil se comprometeu a cumprir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais especificamente o objetivo 7 que trata sobre energia, por exemplo ("assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos"). Uma das metas é a de reduzir pela metade a intensidade energética e dobrar a taxa de melhoria de eficiência energética do Brasil até 2030.	<b>Parcialmente</b>	Não cabe essa inclusão na governança do Procel apresentada no Plano, pois a mesma já está definida por meio de Portaria. Porém, como o Plano Decenal de Eficiência Energética (PDEE) abordará o compromisso assumido pelo Brasil com os ODSs na vertente de Energia, será incluído um esclarecimento a respeito desse ponto.
IEI Brasil - International Energy Initiative	<b>Geral</b>	[p.5] A seguir, será apresentado um quadro resumo com o orçamento estimado para o PAR Procel 2018:	Inserir tabela consolidada por programa, setor, uso final, projeto e orçamento estimado.	Ao final da apresentação do PAR, não há uma conclusão sobre qual objetivo se pretende alcançar com os programas elencados ao longo de todo o documento, o que sinaliza a falta de foco do plano. Outrossim, não há uma tabela que sumarie todos os valores destinados por setor, por uso final e projeto, por exemplo.	<b>Totalmente</b>	Além do quadro com cada rubrica prevista já presente no Plano, ao final, será incluído um quadro resumo com os investimentos previstos para cada vertente de atuação.
IEI Brasil - International Energy Initiative	<b>Geral</b>	[p.5] A seguir, será apresentado um quadro resumo com o orçamento estimado para o PAR Procel 2018:	Incluir o projeto no PAR atual ou pensar para o PAR 2019.	O BEU revela-se uma ferramenta fundamental para o diagnóstico e a avaliação de prioridades para a ação governamental e para a definição de políticas públicas. Isso porque ele mensura a demanda por energia por setor de consumo e por uso final de energia, sinalizando os locais que precisam de incentivos à eficiência energética para que o sistema não se sobrecarregue pela necessidade de maior geração de energia, bem como melhor utilização da mesma. O último BEU disponível tem quase 15 anos, tornando-o desatualizado e muito pouco útil atualmente. O PAR pode fornecer uma oportunidade valiosa para que um novo BEU seja elaborado em 2019.	<b>Parcialmente</b>	A importância do BEU - Balanço de Energia Útil para o desenvolvimento do Plano Decenal de Eficiência Energética é de conhecimento do Procel e, por este motivo, sua atualização havia sido cogitada dentro do escopo deste projeto. Porém, como historicamente o BEU é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e realizado por uma entidade específica (Fundação de Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia - FDTE), tendo alcançado bem maior que somente a eficiência energética e não sendo, assim, da alçada do Procel, optou-se por trabalhar somente o Plano Decenal de Eficiência Energética, utilizando os dados mais recentes, mesmo que antigos. Conforme sugestão, será elaborada uma proposta de adequação do escopo e estimativa de valor para avaliar a inclusão da atualização do BEU no projeto. As demais questões serão definidas com o detalhamento do projeto, caso seja aprovado, e a proposta do Plano Decenal de Eficiência Energética será ampliada para R\$ 2 milhões.
IEI Brasil - International Energy Initiative	<b>Geral</b>	[p.5] A seguir, será apresentado um quadro resumo com o orçamento estimado para o PAR Procel 2018:	Pensar a respeito para o PAR 2019 em diante, tipo um "Procel Saúde".	Recomenda-se que sejam criados projetos em postos de saúde e hospitais públicos no Brasil de eficiência energética e geração distribuída para compensação de eletricidade (modelo de planta local ou consorciada). A área de saúde no país viu os investimentos limitados por até 20 anos por conta de legislação federal para fins de ajuste fiscal. Toda e qualquer economia de custos com energia térmica e eletricidade deveria ser revertida para uso nas atividades fins do local onde se dá o projeto (medicamentos, aumento de leitos etc.).	<b>Não</b>	Apesar de ser uma iniciativa de grande valor social, a atuação da eficiência energética no setor hospitalar já foi abordada no passado e atualmente se encontra junto com a estratégia de atuação no segmento de edificações públicas, não cabendo, portanto, uma proposta tão específica.
IEI Brasil - International Energy Initiative	<b>Geral</b>	[p.5] A seguir, será apresentado um quadro resumo com o orçamento estimado para o PAR Procel 2018:	Incluir o projeto no PAR atual ou pensar para o PAR 2019.	Atualmente, as pesquisas do IBGE (tais como a Pesquisa Industrial Anual, Pesquisa Anual do Comércio, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Censo etc.) não incorporam pontos referentes ao consumo de energia, e poderiam ser uma poderosa ferramenta para obtenção dessas informações. Propõe-se um projeto em parceria com o IBGE que tenha como finalidade mapear e incluir aspectos sobre consumo de energia nas pesquisas já existentes do IBGE, possibilitando, por meio do PAR, a obtenção de mais informações energéticas do país aproveitando uma estrutura (de recursos humanos e tecnológicos) já existente e bastante competente.	<b>Parcialmente</b>	A Secretaria Executiva do Procel já vem mantendo contato informal com a equipe do IBGE para conhecer as ferramentas de tratamento de dados em ambiente Web, em função da Pesquisa de Posses e Habitos realizada pelo Procel no setor residencial. As pesquisas do IBGE são sempre ótimas referências e é possível formalizarmos trabalhos conjuntos no futuro. A depender da evolução dos trabalhos de pesquisa em andamento e do interesse do GCCE, essa proposta de parceria com o IBGE poderá ser aproveitada nos próximos PAR.
IEI Brasil - International Energy Initiative	<b>Geral</b>	[p.6] Para que a proposta da supracitada lista ampliada de projetos possa ser operacionalizada, faz-se necessária uma metodologia de priorização de projetos, onde cada projeto receberá uma pontuação de acordo com cada critério atendido. Os projetos com maior pontuação, segundo a metodologia, terão a sua execução priorizada.	Inserir os critérios, os pesos e a metodologia utilizada de priorização (vide justificativa ao lado).	Não estão estabelecidos os critérios de escolha dos setores, usos finais e programas apresentados no Plano. Não existem explicações para que um programa receba mais recursos do que outro, sendo que o Procel deve definir critérios e prioridades no desenvolvimento das ações, assim como estabelecido na estrutura de governança do GCEE ("definir critérios e prioridades no desenvolvimento das ações").	<b>Não</b>	Na mesma página do Plano onde está citado o critério de priorização, consta que o mesmo será definido pelo GCEE.
IEI Brasil - International Energy Initiative	<b>Geral</b>	[p.6] Para que a proposta da supracitada lista ampliada de projetos possa ser operacionalizada, faz-se necessária uma metodologia de priorização de projetos, onde cada projeto receberá uma pontuação de acordo com cada critério atendido. Os projetos com maior pontuação, segundo a metodologia, terão a sua execução priorizada.	Sem sugestões.	A ANEEL levantou, junto com o BNDES, um potencial de alavancagem de 5 para 1 em projetos de eficiência energética (para cada real investido pelo setor público, alavancam-se cinco no setor privado). No presente PAR, (a) não são encontradas ações ou estratégias para alavancagem desses investimentos públicos como também (b) não são encontradas contrapartidas econômicas do setor privado na realização de projetos.	<b>Não</b>	Os níveis de alavancagem para cada projeto não podem ser definidos no momento da elaboração do Plano, pois dependem de definições que ocorrem durante a elaboração de cada instrumento com os parceiros. Mas, conforme já apresentado em projetos executados no PAR Procel 2017, tais alavangens ocorreram e foram devidamente apresentadas no momento de sua execução.

Autor	Área do Procel / Projeto	TEXTOPROCEL	TEXTOINSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO	ACEITE	JUSTIFICATIVA/PROCEL
IEI Brasil -International Energy Initiative	<b>Geral</b>	[p.7] Nesta edição do PAR, além do custeio de pessoal para a implementação dos novos projetos, também foi orçado o custeio de pessoal referente a equipe técnica do Procel responsável pela gestão dos projetos do PAR anterior.	Inserir se há necessidade ou não de reforçar os recursos humanos da equipe gestora e técnica do Procel.	Uma questão fundamental que não foi mencionada, mas que reflete diretamente no sucesso do Programa, é verificar se há necessidade de mais recursos humanos dentro do próprio Procel. Esse diagnóstico é fundamental para que o Procel possa realisticamente entregar à sociedade o que se propõe a fazer. Ademais, seria interessante apresentar se há necessidade de se ter uma equipe especificamente destacada e capacitada para elaborar e executar o Monitoramento e Avaliação (M&A) das ações do Procel. O M&A é um instrumento fundamental em programas e políticas públicas. O país tem boa experiência acumulada em execução de programas e mecanismos de EE, mas apresenta um déficit importante quando se trata de M&A (o que é diferente de M&V – Medição e Verificação).	<b>Não</b>	O Procel já conta com uma equipe adequada às atuais atribuições do Programa e é importante manter uma estrutura enxuta para que a rubrica de custeio não cresça em detrimento dos recursos necessários para os investimentos em projetos. Havendo a assunção de novas atribuições ao Procel, é possível adotar, provisoriamente e de maneira pontual, a contratação de empresa específica para executar atividades extraordinárias, da mesma forma que é realizado atualmente. Não obstante, é importante lembrar que o Procel possui uma rede de parceiros, fruto de investimentos realizados ao longo dos seus mais de 30 anos de atuação, ampliando, assim, a aplicação espontânea de metodologias e conceitos de eficiência energética em todo o país.
IEI Brasil -International Energy Initiative	<b>Geral</b>	[p.7] Já a rubrica referente a “Secretaria Executiva do Procel” prevê a alocação de recursos relacionados à gestão e governança do Programa e atividades relacionadas ao acompanhamento de projetos e ações de eficiência energética e do próprio Plano de Aplicação de Recursos (PAR).	Inserir detalhamento bem maior da avaliação e controle. Se ainda não há, deixar isto explícito para que a sociedade saiba de fato o que se tem nesse quesito.	A seção final do PAR 2018 “Avaliação e controle da implementação do plano” não apresenta as metodologias que serão utilizadas e os processos de coleta de dados e indicadores de desempenho para monitoramento das ações durante as implantações dos programas que estão sendo propostos. As tabelas que apresentam o programa e os textos introdutórios são insuficientes para aferir a exequibilidade e prioridade do programa. Muitas das ações apresentadas no Plano partem de programas do Procel já tradicionais que, via de regra, deveriam ter planos de monitoramento e avaliação alinhados às melhores práticas existentes. Por fim, é importante ressaltar que não se trata apenas de monitoramento e avaliação dos projetos individuais, mas do Plano como um todo de forma integrada (muito diferente de simplesmente a soma das partes).	<b>Não</b>	O detalhamento de cada despesa relacionada à Secretaria Executiva do Procel será objeto de processo de prestação de contas específico e de análise de auditoria independente, conforme previsto na Lei nº 13.280/2016.
IEI Brasil -International Energy Initiative	<b>Geral</b>	[p.8] Execução das ações acompanhadas de um monitoramento contínuo e transparente de metas, por meio das melhores práticas de Medição e Verificação de resultados, quando cabível, bem como acompanhar a permanência das ações e de seus desempenhos energéticos ao longo da vida útil, quando cabível.	Execução das ações acompanhadas de um monitoramento contínuo e transparente de metas, por meio das melhores práticas de Medição e Verificação de resultados, quando cabível, bem como acompanhar a permanência das ações e de seus desempenhos energéticos ao longo da vida útil, quando cabível.	É preciso haver mecanismos de fiscalização da permanência da ação, como também de acompanhamento ao longo da vida útil para saber se a economia permanece a mesma.	<b>Não</b>	Já consta no relatório do PAR Procel 2018 uma proposta de projeto estruturante para avaliação de resultados de ações de eficiência energética implementadas no Brasil em conjunto com boas práticas de M&V.
IEI Brasil -International Energy Initiative	<b>Procel Educação</b> <b>Projeto:</b> Aperfeiçoamento da Metodologia Procel nas Escolas	[p.9] Embora a metodologia e os produtos desenvolvidos tenham se mostrado adequados aos objetivos dos agentes envolvidos no processo de ampliação das ações educacionais do PROCEL, nos níveis de ensino Fundamental e Médio, verificou-se a necessidade de desenvolvimento de nova metodologia educacional.	Justificar melhor a necessidade de atualizar a metodologia educacional.	Se eram adequados aos objetivos, por que existe a necessidade de nova metodologia? A justificativa dessa necessidade não é dada. E ela precisa ser clara. No parágrafo seguinte há algumas pistas, mas não são suficientes para justificar a necessidade de uma NOVA metodologia ao invés de aperfeiçoar ou adaptar a existente ao contexto atual.	<b>Parcialmente</b>	A elaboração de nova metodologia não substitui aquelas que estão sendo usadas, que efetivamente carecem de atualização e adaptação ao contexto atual, em particular ao que se refere ao acelerado avanço tecnológico. Contudo, a proposta de atualização ou elaboração de nova metodologia deve ser apreciada e decidida no âmbito do Comitê Gestor do PAR Procel.
IEI Brasil -International Energy Initiative	<b>Geral</b>	[p.10, p.23, p.25] Entidade Executora: “Empresa Especializada” (p.10); “Empresa especializada em pesquisas de mercado” (p.23); “Entidade que represente o setor ou Empresa de Consultoria de Mercado” (p.25).	Sem sugestões	Gostariamos de entender qual é o entendimento do Procel para “empresa” como entidade executora, ou seja, se empresas sem fins lucrativos (como ONGs, por exemplo) também estão nesse conjunto. Esses três exemplos apresentados são apenas ilustrativos de tantas outras situações correlatas que aparecem ao longo dos projetos do PAR.	<b>Parcialmente</b>	Entende-se que “empresa especializada em pesquisas de mercado” é aquela que possui na descrição de seu objeto social a realização deste tipo de pesquisa.
IEI Brasil -International Energy Initiative	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Percepção do Selo Procel	[p.22] Essa falta de clareza quanto às características e aos benefícios desses dois programas confunde os consumidores no momento da compra que, por muitas vezes, são levados a adquirir produtos somente etiquetados, como sendo um produto detentor do Selo Procel, sendo que em grande parte não estão classificados no nível “A”. Com isso, percebeu-se nos últimos anos certo desinteresse de relevante parte dos fabricantes e importadores nacionais em solicitar a inclusão de seus produtos no Selo Procel, mesmo que esses produtos tenham índices para ostentar o Selo.	Deixar clara a necessidade de revitalização do Selo Procel de forma a assumir seu papel de fato como mecanismo de EE.	Um dos motivos pelo desinteresse das empresas pode ser o fato de que, para alguns tipos de equipamentos, o selo tem como requisito apenas ter a classe “A” do PBE. Este é o caso do ar-condicionado. Como o “A” já indica os mais eficientes, a empresa não veria razão para submeter-se a procedimentos administrativos para obter um outro selo que diz a mesma informação. Essa confusão também se aplica ao consumidor. O Selo Procel vai se destacar ao consumidor na medida em que este identificar com clareza que o Selo indica	<b>Parcialmente</b>	A ideia dessa pesquisa passa pelo apontamento do(s) motivo(s) para o desinteresse por parte de alguns fornecedores no símbolo de eficiência energética do Procel. Revisões não somente de índices de eficiência, como de critérios para concessão do Selo Procel estão em estudo e, em alguns casos, como o dos refrigeradores e assemelhados, já estão implementados. Nestes equipamentos, os índices para a concessão do Selo já são superiores aos do nível “A” da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia do PBE.
IEI Brasil -International Energy Initiative	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Percepção do Selo Procel	[p.22] Além disso, expandindo-se a pesquisa para lojas e redes varejistas, será possível entender o nível de percepção e a relação dos vendedores com os consumidores no ato da compra.	Acrescentar: Espera-se também incluir, na pesquisa, o mercado online, por meio do contato com as principais páginas virtuais de comparação de preços, tais como Bonfilaro, Buscapé, Google, etc.	O hábito de compra do brasileiro tem mudado muito e incluído cada vez mais a internet como primeira etapa de busca e avaliação de opções. Revela-se igualmente importante incluir os atores envolvidos com vendas online na pesquisa.	<b>Parcialmente</b>	Aceita inclusão na pesquisa dos atores relacionados a vendas online (e-commerce), desde que não haja impacto relevante no orçamento do projeto.
IEI Brasil -International Energy Initiative	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica	[p.25] A utilização de mecanismos de avaliação da eficiência energética de equipamentos elétricos tem se mostrado uma importante ferramenta para redução do consumo de energia no mundo inteiro. Nesse contexto, alguns setores têm se mostrado muito promissores e têm sido destaque em diversos debates pelo seu impacto também na vertente ambiental. O setor de refrigeração, por exemplo, produz componentes relevantes no consumo energético nas áreas de varejo e alimentação. A compreensão do atual mercado de refrigeração comercial é fundamental para o Procel, para avaliar potenciais impactos e políticas neste segmento. Assim, este projeto propõe a realização de pesquisa de mercado para avaliar o impacto da adoção de mecanismos para aumento da eficiência energética em sistemas que se apresentam com grande relevância no momento.	Sem sugestões Sugestão de adição no item “atividades planejadas”: 5) Desenvolvimento de procedimento e sistemática de coleta periódica de dados de mercado junto às associações e empresas do setor de refrigeração.	Sugerimos que o PROCEL adote esta pesquisa como um piloto para coleta sistemática e estruturada de dados do mercado dos equipamentos regulados no âmbito do Selo Procel e do PBE. É fato que esse tipo de pesquisa é fundamental para o monitoramento do comportamento do mercado vis-à-vis as políticas de eficiência energética. Também são necessárias para os estudos adotados na revisão e atualização dos níveis mínimos de eficiência energética, Selo Procel e PBE. Portanto, trata-se de tipo de levantamento que periodicamente deve ser feito e atualizado. Por isso, para além de uma pesquisa de mercado, este projeto poderia incluir o desenvolvimento de uma sistemática de coleta e armazenamento de dados, a contemplar procedimento de coleta junto às associações / empresas dos setores, ferramenta/software de coleta, armazenamento e tratamento de dados, calendário de coleta, etc. Sabe-se que tais dados não são de divulgação obrigatória, razão pela qual o projeto também deve prever a cooperação com as associações representativas. A esse respeito, cabe destacar que o manual de compliance do CADE recomenda às associações a disponibilização ao público de dados históricos agregados (ver p.35 do manual em: <a href="http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/publicacoes-institucionais/guias_do_Cade/guia-compliance-versao-oficial.pdf">http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/publicacoes-institucionais/guias_do_Cade/guia-compliance-versao-oficial.pdf</a> ).	<b>Totalmente</b>	
IEI Brasil -International Energy Initiative	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Capacitação Laboratorial para Ensaio de Equipamentos de Refrigeração	[p.29] Projeto: Capacitação Laboratorial para Ensaio de Equipamentos de Refrigeração [p.29] Contextualização do Projeto: É prevista a ampliação da capacidade laboratorial nas áreas de refrigeração e ar condicionado do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, com o compromisso do CEPEL em realizar o aumento de escopo do laboratório. Novos equipamentos poderão ser avaliados em relação ao seu desempenho, que possibilite no futuro, a criação de novos grupos de equipamentos contemplados com o Selo Procel. [p.29] Resultados e Benefícios Sociais Esperados: A sociedade terá um ganho com a possibilidade de utilização do Selo Procel em novos equipamentos, pois o Selo Procel poderá influenciar o poder de decisão do consumidor no momento da compra de um equipamento mais eficiente.	1 - Projeto: Capacitação Laboratorial para Ensaio de Equipamentos de Refrigeração e Ar Condicionado. 2 - Contextualização do Projeto: É prevista a ampliação da capacidade laboratorial nas áreas de refrigeração e ar condicionado do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, com o compromisso do CEPEL em realizar o aumento de escopo do laboratório. Novos equipamentos poderão ser avaliados em relação ao seu desempenho, que possibilite no futuro, a criação de novos grupos de equipamentos contemplados com o Selo Procel. Além de novos equipamentos, prevê-se a adaptação dos laboratórios para testes de ensaio em carga parcial de condicionadores de ar. 3 - Resultados e Benefícios Sociais Esperados: A sociedade terá um ganho com a possibilidade de utilização do Selo Procel em novos equipamentos, bem como adequação da avaliação da eficiência energética em equipamentos com tecnologia de carga parcial. Com isso, pois o Selo Procel poderá melhor influenciar o poder de decisão do consumidor no momento da compra de um equipamento mais eficiente. 4 - TÍTULO DO PROJETO Capacitação Laboratorial para Ensaio de Equipamentos de Refrigeração e Ar Condicionado ENTIDADE EXECUTORA Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel SITUAÇÃO DO PROJETO Em fase de planejamento CARACTERÍSTICAS DO PROJETO OBJETO Ampliação e adequação dos laboratórios de ensaio do	A redação apresentada pelo PROCEL não deixa claro quais as adaptações e ampliações serão realizadas nos laboratórios do CEPEL. Essa falta de objetividade não é positiva, em se tratando do uso do recurso público, a ser adequadamente justificado. Sabe-se que a demanda por laboratórios de teste de ensaio no Brasil é muito grande e as carências são muitas, razão pela qual dar destaque às melhorias que serão feitas também é importante como forma de sinalizar as prioridades e necessidades para a área de eficiência energética. Mostra-se coerente com a realidade atual o enfoque ao setor de refrigeração, haja vista as iniciativas em andamento para definição de níveis mínimos de eficiência e etiquetagem para os equipamentos deste setor. Mas não só. Nos últimos anos no Brasil, tem crescido bastante o número de vendas dos condicionadores de ar da categoria Split, de até 60.000 BTU/h, do tipo “inverter”, ou seja, com operação em carga parcial. Segundo dados preliminares coletados pelo ICS/Mitsubi no processo de desenvolvimento do estudo de impacto regulatório que o Lawrence Berkeley National Lab está fazendo em parceria com o ICS (em andamento), o inverter respondeu por quase 40% das vendas de mini-Splits em 2017, num contexto em que esta categoria de equipamento somou mais de 90% das vendas. Atualmente, enfrentamos duas dificuldades concomitantes no Brasil em relação à tecnologia “inverter”: - a primeira, é que o método de ensaio regulamentado pela Portaria INMETRO 007/2011 adota a NBR 12010 (baseada na ISO 5151), norma que data da década de 90 e que, portanto, não capta a evolução tecnológica obtida nos últimos anos. Segundo este método, o ganho de eficiência energética obtido pela possibilidade de funcionamento do compressor em meia carga não é captado, e, portanto, o valor do coeficiente de eficiência energética informado não é aquele que efetivamente o aparelho poderia fornecer. Mas, é esta a informação que fica registrada para fins tanto do selo PROCEL quanto da etiqueta obrigatória. - a segunda é que não há capacidade laboratorial instalada no Brasil apta a fazer testes em carga parcial de condicionadores de ar no Brasil, independentemente de sua capacidade. Diante dessas duas dificuldades, o consumidor é quem mais perde, pois, nem o selo PROCEL nem a etiqueta do INMETRO informam adequadamente para ele qual o nível de eficiência do produto que ele está adquirindo. Pode-se dizer que estes mecanismos, cujo escopo é empurrar a indústria para uma produção cada vez mais eficiente, não estão cumprindo seus	<b>Totalmente</b>	Com o intuito de dirimir dúvidas, apresentamos com mais detalhes a configuração técnica dos laboratórios, escopo deste projeto. O acompanhamento dos índices de eficiência relativo aos equipamentos do setor de ar-condicionado e refrigeração é constante dentre as atividades do Selo Procel, além do mapeamento das competências dos laboratórios em operação no Brasil. Este projeto está inserido neste contexto de promover a contínua melhoria dos índices de eficiência do setor em questão, além de promover soluções tecnológicas que trarão ganhos para a matriz energética. Em conjunto com essa capacitação laboratorial o Procel está atuando em outras atividades relacionadas à área de refrigeração, uma delas é a participação no Comitê Consultivo do Projeto Kigali que constitui-se em uma iniciativa que faz parte do Kigali Cooling Efficiency Program (K-CEP), programa filantrópico internacional cujo escopo é promover a eficiência energética no setor de refrigeração e climatização como forma de potencializar as reduções de emissões de GEE e os benefícios sociais da economia de energia. A sociedade terá um ganho com a possibilidade de utilização do Selo Procel em novos equipamentos, o que poderá influenciar o poder de decisão do consumidor no momento da compra de um equipamento mais eficiente. Esta expansão laboratorial dará subsídios para as atividades do CGIEE, no tocante à definição de índices mínimos de eficiência para ar condicionados e refrigeradores hoje não contemplados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO. Para o Instituto de Metrologia, o conhecimento advindo deste projeto permitirá a elaboração de Requisitos de Avaliação da Conformidade e da Qualidade, necessários para a inclusão no PBE. • Alguns equipamentos não contemplados atualmente pelo Selo Procel deverão ser ensaiados nos laboratórios de refrigeração do CEPEL, para isso será necessária a expansão ou a criação dos seguintes laboratórios: - Adaptação do laboratório atual de condicionadores de ar mini-split para a realização do ensaio de desempenho em mini-split do tipo inverter (até 60.000BTU). A adaptação visa alterar o controle da umidade das câmaras para atender os requisitos da norma de ensaio ISO16358-1. Além do controle da umidade e de um novo software de controle do calorímetro, a adaptação também prevê o controle da carga parcial pela inserção de fontes térmicas no ambiente de medição, o que possibilitará a realização dos ensaios independentes da intervenção do fabricante – travamento da posição 50%; - Criação do laboratório para a realização do ensaio de desempenho em multi-split e VRF com tecnologia inverter, o qual inclui, além da aquisição de um calorímetro calibrado para ensaios até 150.000 BTU s, obras civis, retrofit das instalações elétricas e hidráulicas, climatização e reforma da ponte
IEI Brasil -International Energy Initiative	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Plano Decenal de Eficiência Energética	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Anel. Sugestão relativa a adequação do Objetivo do projeto, inserindo a atualização do Balanço Útil de Energia (BEU). Foi comentada a possibilidade do próprio Procel ser o responsável pela elaboração do Plano Decenal de Eficiência Energética.	1 - Substituir: Objetivo: realizar atualização do Balanço Útil de Energia (BEU). 2 - Deixar claro o papel do Procel no processo de elaboração do plano e a metodologia e ferramentas necessários para a consecução do Plano Decenal de EE.	2 - O próprio Procel deveria ser capaz e se responsabilizar de elaborar tal Plano conjuntamente com a EPE, tal como esta faz no planejamento da expansão. Se terceiriza agora a elaboração desse plano, deveria deixar claro que no curto prazo a EPE e o Procel terão modelos próprios para a “expansão” da EE para anualmente alimentar o PDE.	<b>Parcialmente</b>	A importância do BEU - Balanço de Energia Útil para o desenvolvimento do Plano Decenal de Eficiência Energética é de conhecimento do Procel e, por este motivo, sua atualização havia sido cogitada dentro do escopo deste projeto. Porém, como historicamente o BEU é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e realizado por uma entidade específica (Fundação de Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia - FDTE), tendo alcance bem maior que somente a eficiência energética e não sendo, assim, da alçada do Procel, optou-se por trabalhar somente o Plano Decenal de Eficiência Energética, utilizando os dados mais recentes, mesmo que antigos. Conforme sugestão, será elaborada uma proposta de adequação do escopo e estimativa de valor para avaliar a inclusão da atualização do BEU no projeto. As demais questões serão definidas com o detalhamento do projeto, caso seja aprovado, e a proposta do Plano Decenal de Eficiência Energética será ampliada para R\$ 2 milhões.

Autor	Área do Procel / Projeto	TEXTOPROCEL	TEXTOINSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO	ACEITE	JUSTIFICATIVA/PROCEL
IEI Brasil -International Energy Initiative	<b>Procel RELUZ</b> <b>Projeto:</b> Projetos de Eficiência Energética em Iluminação Pública	p.81] Projeto: Projetos de Eficiência Energética em Iluminação Pública	Inserir os critérios de prioridade do Reluz e a necessidade de monitoramento e avaliação do programa.	Dentre os critérios dos projetos a serem selecionados deveria estar, como principal, cidades com alto índice de criminalidade, implantando prioritariamente nessas áreas. A melhoria na IP pode contribuir com a redução da criminalidade. Como o Reluz tem uma escala grande, essa modalidade deveria ter um programa de monitoramento e avaliação com grupo de controle e de tratamento para verificar o impacto em índices de violência e de economia de eletricidade e de redução de demanda na ponta. Um outro critério deveria ser para municípios com baixo IDH.	<b>Não</b>	Embora reconhecida como aliada das cidades na segurança pública, inclusive sugere-se que áreas urbanas que melhoram a iluminação podem aumentar a percepção de segurança e contribuir para a diminuição dos índices de criminalidade, temos o dever de observar a iluminação pública de maneira bem mais ampla. Além de, eventualmente, prevenir a criminalidade, a melhoria na qualidade dos sistemas de iluminação pública está diretamente ligada à segurança pública no tráfego, adicionalmente, também atua como um instrumento que fomenta o turismo, o comércio e o lazer noturno.  A respeito do monitoramento dos impactos relacionados a índices de violência, economia de eletricidade e de redução de demanda na ponta, em razão da melhoria na qualidade dos sistemas de iluminação pública, cabe esclarecer que os projetos de eficiência energética propostos pelo Procel Reluz contam com a realização de uma campanha de Medição e Verificação (M&V), de modo que em cada projeto será possível aferir a economia de energia e a redução de demanda e, com relação aos índices de violência, este indicador deverá ser tratado pelo poder competente, no caso a Secretaria de Segurança do Estado.  Em relação a considerar o IDH como um dos critérios de seleção, cujo objetivo seria pontuar municípios com baixo IDH ao longo do processo seletivo, cabe aqui uma reflexão se seria essa a abordagem mais adequada para fortalecer os municípios com baixo IDH. A lógica que trabalhamos é no sentido de que ao invés do município ser diferenciado em razão de sua condição socioeconômica, ele seja fortalecido com ações de apoio visando seu desenvolvimento técnico e administrativo, de modo que, independente de sua condição, o município seja capaz de elaborar propostas e acessar recursos. Um exemplo prático de ação de fortalecimento juntos aos municípios é a disponibilização de um tutorial, na modalidade de ensino a distância, para auxiliar as cidades que desejarem participar da chamada pública do Procel Reluz, a elaborarem seus projetos.
IEI Brasil -International Energy Initiative	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Fundo Garantidor para Crédito a Eficiência Energética e Geração Distribuída (FGEnergia)	[p.94] Projeto: Fundo Garantidor (FGEnergia)	Inserir estratégia de saída ("phase out") do Fundo, mantendo-o apenas para projetos com alta taxa de retorno social, mas de baixa taxa de retorno privada.	Esse fundo é uma importante iniciativa, mas ele deve ser criado já com uma estratégia clara de saída para ser substituído por um fundo garantidor de natureza privada para que a população não fique "bancando" as garantias de projetos privados. O êxito na transformação de mercado de eficiência energética é dado pela capacidade da iniciativa privada possuir e disponibilizar as próprias condições de garantias necessárias para obtenção de financiamentos. O FGEnergia pode continuar existindo, mas limitando seu uso em projetos que criteriosamente não possuem interesse privado, mas com alto interesse social e ambiental.	<b>Totalmente</b>	A estratégia do FGEnergia é poder contar com uma gestão profissionalmente, lembrando que trata-se de um Fundo de Garantia, ou seja, o recurso só é retirado mediante situações específicas de inadimplemento, tendo o gestor o comprometimento de recuperar a dívida de modo a repor o Fundo. Portanto espera-se que a iniciativa desse Fundo Garantidor possa ser utilizada em um horizonte de tempo suficiente para identificar possíveis barreiras e estimular a participação de outros agentes no futuro.
IEI Brasil -International Energy Initiative	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Concurso de Inovação para Soluções em Eficiência Energética	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. Comentário sugerindo a expansão do concurso de inovação também para escolas de ensino fundamental e médio.	Sem sugestão.	Também deveria ter concurso de ideias inovadoras em escolas de ensino fundamental e médio. É preciso visibilizar e incentivar a criatividade de crianças e jovens. (há certo diálogo com o Procel na Escola).	<b>Parcialmente</b>	A proposta do Concurso de Inovação para Soluções em Eficiência Energética é ser um projeto contínuo no PAR Procel, se repetindo em outros PAR Procel futuros. Neste primeiro momento, este projeto será voltado para soluções desenvolvidas a nível de start ups, mas em PAR futuros, pode-se pensar em estruturar Chamadas de Inovação direcionadas para escolas de ensino fundamental e médio, com o objetivo de incentivar a criatividade de crianças e jovens e criando a cultura da eficiência energética nos mesmos. Também constará no escopo do projeto possível sinergia desse concurso com outras iniciativas de inovação no âmbito do PEE e P&D da ANEEL.
ESCOLA E INSTITUTO SENAI DE TECNOLOGIA EM ENERGIA * COMENDADOR SANTORO MIRONNE* – INDAIATUBA - SP	<b>Novo Projeto apresentado ao PAR:</b> Implantação de Laboratório para capacitação de profissionais reparadores de motores elétricos na Escola e Instituto SENAI de Tecnologia em Energia	A proposta não foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. No caso, o novo projeto foi apresentado no formulário padrão de submissão de projetos ao PAR. Este novo projeto tem como objetivo a construção de laboratório de reparo de motores elétricos no SENAI Indaiatuba. Orçamento plano – R\$420.000,00	Os campos da planilha da Aneel não foram preenchidos, pois o SENAI Indaiatuba apresentou a proposta de novo projeto através do formulário padrão de submissão de projetos ao PAR. Proposta de novo projeto do SENAI Indaiatuba consta no documento INSTITUTO-SENAI.pdf. Proposta INSTITUTO-SENAI complementar a este formulário.	Os campos da planilha da Aneel não foram preenchidos, pois o SENAI Indaiatuba apresentou a proposta de novo projeto através do formulário padrão de submissão de projetos ao PAR. Proposta de novo projeto do SENAI Indaiatuba consta no documento INSTITUTO-SENAI.pdf. Proposta INSTITUTO-SENAI complementar a este formulário.	<b>Não</b>	A proposta é pertinente e vai ao encontro da estratégia para treinamento que começou a ser trabalhada pelo GT-Reparo de Motores. Entretanto, esta ação é prematura, tendo em vista que está sendo discutido o ementário de futuros treinamentos, além de que a norma ABNT referente a reparo de motores ainda está sendo elaborada, com previsão de ficar pronta em meados de 2019. Por fim, duas propostas de estudos deste PAR contemplam reparo de motores, e estes, possivelmente, fortalecerão projetos futuros desta natureza. Cabe destacar também que, apesar da proatividade e receptividade do Senai de Indaiatuba (onde foi realizado o primeiro workshop) em relação a esse assunto, outras instituições também poderiam, em tese, ter laboratórios capacitados.
LAB - Laboratório de Inovação Financeira	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Fundo Garantidor para Crédito a Eficiência Energética e Geração Distribuída (FGEnergia)	O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em um documento que não segue a planilha padrão Aneel, tendo sido encaminhado através do documento LAB--FGEnergia-.pdf. Manifestação na consulta pública para apoiar e defender a relevância do referido projeto. Os comentários defendem a INDISPENSABILIDADE do projeto "Fundo Garantidor para Crédito a Eficiência Energética e Geração Distribuída (FGEnergia)" para o fomento dos investimentos em geração e uso sustentável de energia elétrica no Brasil. Ressalta-se, ademais, a relevância do BNDES, enquanto administrador do Fundo, para garantia do acesso ao FGEnergia pelo maior número de MPMEs possível, em todo o território nacional.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta do LAB consta no documento LAB--FGEnergia-.pdf. Proposta LAB complementar a este formulário.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta do LAB consta no documento LAB--FGEnergia-.pdf. Proposta LAB complementar a este formulário.	<b>Totalmente</b>	Trata-se de manifestação de apoio a proposta do FGEnergia, a qual agradecemos.
Michele Fossati – professora adjunta do departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFSC	<b>Procel Edifica</b> <b>Projeto:</b> Concurso NZEB - Edificações "Near Zero Energy Building"	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. Comentários elogiando a iniciativa do Projeto. Outra sugestão é que esteja clara a definição de "NZEB" levada em consideração para este concurso.	Excelente iniciativa! Metas relacionadas a NZEBs são realidade em vários países do mundo, com destaque para os países da Comunidade Europeia e Estados Unidos, mas ainda é um assunto incipiente no Brasil. Este projeto vem ao encontro da nova proposta de avaliação da eficiência energética de edificações, que poderia ser utilizada como referência para o concurso, além das diretrizes da Agência Internacional de Energia – IEA. Outra sugestão é que esteja clara a definição de "NZEB" levada em consideração para este concurso: 1- Em relação à como a energia do balanço deve ser contabilizada: energia local, energia primária, custo da energia ou emissões de energia 2- Origem das fontes renováveis: fontes renováveis dentro da implantação do edifício; fontes renováveis dentro do terreno; fontes renováveis fora do terreno, compra de energia renovável fora do terreno 3- Usos finais considerados: ar condicionado, iluminação, sistema de aquecimento de água, equipamentos, energia para o transporte de pessoas para o edifício; produção e transporte dos alimentos até o edifício 4- Qual energia deve ser contabilizada: energia de operação da edificação, energia incorporada ou energia do ciclo de vida. Com esta definição pode-se analisar se o melhor para o concurso é exigir "NZEB" ou "ZEB".	Excelente iniciativa! Metas relacionadas a NZEBs são realidade em vários países do mundo, com destaque para os países da Comunidade Europeia e Estados Unidos, mas ainda é um assunto incipiente no Brasil. Este projeto vem ao encontro da nova proposta de avaliação da eficiência energética de edificações, que poderia ser utilizada como referência para o concurso, além das diretrizes da Agência Internacional de Energia – IEA. Outra sugestão é que esteja clara a definição de "NZEB" levada em consideração para este concurso: 1- Em relação à como a energia do balanço deve ser contabilizada: energia local, energia primária, custo da energia ou emissões de energia 2- Origem das fontes renováveis: fontes renováveis dentro da implantação do edifício; fontes renováveis dentro do terreno; fontes renováveis fora do terreno, compra de energia renovável fora do terreno 3- Usos finais considerados: ar condicionado, iluminação, sistema de aquecimento de água, equipamentos, energia para o transporte de pessoas para o edifício; produção e transporte dos alimentos até o edifício 4- Qual energia deve ser contabilizada: energia de operação da edificação, energia incorporada ou energia do ciclo de vida. Com esta definição pode-se analisar se o melhor para o concurso é exigir "NZEB" ou "ZEB".	<b>Parcialmente</b>	Os critérios para definição de NZEB/ ZEB no concurso serão determinados pela Comissão Julgadora a ser estabelecida quando do início do projeto. As sugestões recebidas são muito pertinentes e serão encaminhadas à Comissão, quando oportuno, incluindo a utilização da avaliação de eficiência energética de acordo com o novo método de etiquetagem de edificações.
Michele Fossati – professora adjunta do departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFSC	<b>Procel Edifica</b> <b>Projeto:</b> Novo método do PBE Edifica	A proposta foi encaminhada na planilha padrão da Aneel. Comentários elencando as mudanças que o novo método trará no PBE Edifica. Sugere-se a exclusão da atividade 11* das ATIVIDADES PLANEJADAS, assim como o INDICADOR 11* e a 11* METAS FISICAS DO INSTRUMENTO JURIDICO. Sugere-se também uma atividade de apoio ao núcleo de medições, sem alteração às demais atividades, que serviria como auxílio no desenvolvimento de normas, realização de testes e ensaios e manutenção do núcleo de referência em propriedades ópticas.	Sugere-se a exclusão da atividade planejada 11*, seus indicadores e metas físicas.	A proposta de novo método visa trazer diversas mudanças aos regulamentos com benefícios ao PBE Edifica, dentre eles: inclusão de um método prescritivo para avaliação rápida e simplificada de edificações HIS e outras residências unifamiliares de pequeno porte; simplificação dos demais métodos de avaliação; aumento da precisão das equações; uso de indicador de mais fácil entendimento por parte dos usuários finais; permitir a quantificação da economia gerada por medidas de eficiência energética; maior aproximação dos resultados com o consumo real da edificação; método em sintonia com a realidade internacional no que tange ao uso de consumo em energia primária, inclusão de informações sobre emissões e inclusão de geração local de energia, possibilitando o cálculo da demanda de energia necessária para tornar a edificação de energia zero (ZEB). Para a implementação de tais mudanças, acredita-se ser de suma importância a existência de um suporte a todos os agentes envolvidos no processo, a citar os usuários, consultores, Organismos de Inspeção Acreditados, Eletrobras, Inmetro, MME e a sociedade em geral. Dado o exposto, entende-se necessária a execução das atividades listadas no Projeto: Novo método do PBE Edifica, com exceção da atividade 11*. A atividade 11* "Desenvolvimento de referencial teórico e subsídios para estudo de impacto regulatório..." é uma atividade muito	<b>Parcialmente</b>	Considerando a existência do projeto "Estudo sobre Impacto Regulatório da Compulsoriedade do PBE Edifica" neste Plano de Aplicação de Recursos do Procel 2018, concordamos em retirar a atividade (atividade 11 - Desenvolvimento de referencial teórico e subsídios para estudo de impacto regulatório...) do projeto "Novo método do PBE Edifica", de modo a não haver sobreposições de esforços. A proposta de inclusão da atividade de apoio ao núcleo de medições no projeto em questão é pertinente, mas deve ser avaliada de acordo com orçamento disponível.
Instituto Brasileiro do Cobre - PROCOBRE	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto :</b> Estudos Sobre Sistemas Motrizes no Brasil	Sugestão de inclusão de item no escopo do projeto : " número médio de reparos dos motores reparados e instalados no parque fabril". Segundo a PROCOBRE, a inclusão na pesquisa deste item contribuirá para a elaboração de políticas públicas no setor.	.....políticas para reparos de motores elétricos nas indústrias: mercado de motores reparados e desperdício de energia: número médio de reparos dos motores reparados e instalados no parque fabril. ....	Considerando o grande impacto do número de reformas sofrido pelos motores reparados e sua influência no aumento das perdas de energia, ter conhecimento desta informação é fundamental para elaboração de política pública consistente e também de um plano abrangente de conscientização do usuário final.	<b>Totalmente</b>	A contribuição apresentada vai ao encontro do objetivo do estudo que é de mapear o mercado, enriquecendo a proposta do projeto. Ao mesmo tempo fornecerá subsídio para estratégias definidas pelo GT- Recondicionamento de Motores. Portanto, desde que não haja impacto relevante no orçamento do projeto, essa contribuição poderá ser inserida.
Instituto Brasileiro do Cobre - PROCOBRE	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto :</b> Impacto das técnicas de reparo de motores elétricos sobre seus rendimentos	Sugestão de aumento da abrangência geográfica de reparadores na pesquisa, incluindo o Estado de São Paulo além do Rio de Janeiro.	1*) Mapeamento documental das técnicas utilizadas e dos equipamentos associados: identificação e seleção de 9 empresas no Rio de Janeiro que utilizam as técnicas mapeadas. Caso não sejam encontradas empresas suficientes que representem o espectro das reformadoras, poderão ser identificadas empresas em São Paulo, considerando que é o maior mercado destes motores reformados do país.	As empresas reformadoras do Rio de Janeiro podem não representar todo o espectro encontrado em território brasileiro, o que pode restringir os resultados do estudo, quando as reformas forem feitas. Assim, incluir São Paulo é recomendável, porque certamente serão encontradas empresas de todos os perfis requeridos e identificados no estudo realizado pela PUC-RJ.	<b>Parcialmente</b>	Proposta pode ser aceita, contudo tratando de uma possibilidade: somente caso não se obtenha sucesso no Rio de Janeiro. Cabe registrar que a ideia do GT- Recondicionamento de Motores é realizar os ensaios no Cepel, pela sua capacidade em atender ao universo de potências de 1 até 75 cv. Caso seja necessário utilizar empresas paulistas, haverá incremento dos custos do projeto.

Autor	Área do Procel / Projeto	TEXTO/PROCEL	TEXTOS/INSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO	ACEITE	JUSTIFICATIVA/PROCEL
Instituto Brasileiro do Cobre - PROCOBRE	<b>Procel Indústria</b>	Sugestão de mudança de título do projeto para : "Programa de Eficiência Energética em sistemas de ar comprimido nas Médias e Grandes Indústrias e de instalações industriais de Micro e Pequenas Empresas". A Instituição propõe aumento de escopo de atividade e indicador para a inclusão da ferramenta "Gap Analysis".	ATIVIDADES PLANEJADAS 5º) Implantação de Sistemas de Gestão de Energia com requisitos da ISO 50001, uso da ferramenta "GAP Analysis" e monitoramento remoto INDICADORES 5º) Relatórios técnicos referentes ao "GAP Analysis" e às implantações dos Sistemas de Gestão de Energia	O que é o GAP Analysis ISO 50001? A fim de introduzir um sistema de gestão de energia de acordo com a ISO 50001, a empresa deve preencher uma vasta gama de requisitos. Por um lado, os recursos devem ser fornecidos (em forma de pessoal, know-how e despesas), por outro lado, investimentos também devem ser feitos em tecnologias de medição a fim de tornar transparentes o consumo e o fluxo de energia da empresa. Um sistema de gestão requer também documentação extensa e treinamento dos funcionários. Muitas empresas não sabem o que fazer para implementar um sistema de gestão de energia completa e corretamente. Como resultado, essas empresas carecem de uma base importante para decidirem o quanto investir em cada passo e como um calendário realista pode ser concluído. O alvo do GAP-Analysis é determinar: - Quais tarefas e esforços são requisitados para uma introdução de sucesso da ISO 50001; - O qual adequadas são as estruturas e os processos corporativos existentes para a introdução de um EnMS? - Qual é o nível de qualidade dos dados energéticos, documentação de procedimentos assim como recursos necessários para a introdução de EnMS disponíveis? Texto pertencente a documentação da Parceria Público-Privada: GIZ + Envidatec, SENAI e ICA/Procobre com o projeto "GAP Analysis ISO 50.001 para indústrias Brasileiras"	Parcialmente	Em relação à inclusão das ações sugeridas, as mesmas poderão ser aceitas, desde que não haja impacto relevante no orçamento do projeto. Não se aplica, no entanto, a sugestão de mudança do título do projeto, o qual já foi alterado na versão apresentada na audiência pública.
Universidade Federal de Santa Catarina LabEEE	<b>Procel Edifica</b>	O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em um documento que não segue a planilha padrão Aneel, tendo sido encaminhado através do documento UFSC.pdf. Manifestou apoio ao Procel Edifica, considerando as ações propostas relevantes para o fortalecimento do setor.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta UFSC complementar a este formulário (UFSC.pdf). Proposta UFSC complementar a este formulário.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta UFSC complementar a este formulário (UFSC.pdf). Proposta UFSC complementar a este formulário.	Totalmente	Agradecemos a manifestação de apoio e esperamos que as referidas ações se mantenham na versão definitiva do Plano de Aplicação de Recursos do Procel.
Universidade Federal de Santa Catarina LabEEE	<b>Procel Edifica</b> Projeto: NZEB - Edificações "Near Zero Energy Building" demonstrativas	O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em um documento que não segue a planilha padrão Aneel, tendo sido encaminhado através do documento UFSC.pdf. Manifestou apoio ao projeto, considerado importante para demonstrar a viabilidade do conceito NZEB.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta UFSC complementar a este formulário (UFSC.pdf). Proposta UFSC complementar a este formulário.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta UFSC complementar a este formulário (UFSC.pdf). Proposta UFSC complementar a este formulário.	Totalmente	Agradecemos a manifestação de apoio e esperamos que as referidas ações se mantenham na versão definitiva do Plano de Aplicação de Recursos do Procel.
Universidade Federal de Santa Catarina LabEEE	<b>Procel Edifica</b> Projeto: Criação de grupo de estudo permanente para a elaboração/atualização de normas técnicas relacionadas à eficiência energética em edificações	O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em um documento que não segue a planilha padrão Aneel, tendo sido encaminhado através do documento UFSC.pdf. Manifestou apoio ao projeto, considerado importante para o setor de edificações. Considera que os recursos do projeto PROCEL GEM "Inclusão de Parâmetros de Eficiência Energética em Códigos de Obra" deveriam vir para o projeto em questão.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta UFSC complementar a este formulário (UFSC.pdf). Proposta UFSC complementar a este formulário.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta UFSC complementar a este formulário (UFSC.pdf). Proposta UFSC complementar a este formulário.	Não	Agradecemos a manifestação de apoio. Em relação a extinção do projeto "Inclusão de Parâmetros de Eficiência Energética em Códigos de Obra", discordamos, pois os códigos de obras necessitam de maior foco e tem sua devida importância na construção do parque edilício das cidades. A intenção é que o mesmo se alinhe as expectativas do presente, no que concerne principalmente a eficiência energética, algo renegado na maioria deles. As normas correlatas deverão estar elencadas nos códigos de obras. O projeto pretende resgatar a importância do código de obras, que no Brasil, são de responsabilidade das Prefeituras, diferentemente de outros países. Além disso, constitui ainda o primeiro passo para a adoção da compulsoriedade da Etiquetagem de Edificações em esfera municipal, uma vez que contém o planejamento para que esta política pública, constante no PNEF, seja implementada por estes municípios, contribuindo para que outros municípios venham adotar esta premissa futuramente. Adicionalmente, o valor de desembolso do Procel estipulado para o projeto "Criação de grupo de estudo permanente para a elaboração/atualização de normas técnicas relacionadas à eficiência energética em edificações" está compatível com projeto similar aprovado no PAR anterior.
Universidade Federal de Santa Catarina LabEEE	<b>Procel GEM</b> Projeto: Inclusão de Parâmetros de Eficiência Energética em Códigos de Obra	O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em um documento que não segue a planilha padrão Aneel, tendo sido encaminhado através do documento UFSC.pdf. Em sua análise, considera o projeto equivocado, e que o foco do mesmo deveria ser em normas técnicas e não nos códigos de obras, que são fiscalizados pelas prefeituras de maneira precária. Propõe que o projeto Procel Edifica "Criação de grupo de estudo permanente para a elaboração/atualização de normas técnicas relacionadas à eficiência energética em edificações" receba os recursos deste projeto.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta UFSC complementar a este formulário (UFSC.pdf). Proposta UFSC complementar a este formulário.	Proposta fora do formato padrão. O texto não foi incluído na planilha disponibilizada pela Aneel, mas apresentado em bloco único. Proposta UFSC complementar a este formulário (UFSC.pdf). Proposta UFSC complementar a este formulário.	Não	O projeto pretende resgatar a importância dos códigos de obras, que necessitam de maior atenção e têm grande importância na construção do parque edilício das cidades, por serem a legislação existente. A intenção é que seus textos se alinhem às expectativas do comentário no que concerne principalmente à eficiência energética e às normas correlatas, algo renegado na maioria deles. No Brasil, como na maioria dos países, os códigos de obras são de responsabilidade de estruturas locais de governo (no caso, de municípios). Entretanto, diferentemente de boa parte do mundo, estes códigos não incluem diretrizes nacionais (ou até supra nacionais, como na UE). Este projeto visa a elaborar um arcabouço de inclusão de parâmetros de eficiência energética, constituindo o primeiro passo para a adoção da compulsoriedade da Etiquetagem de Edificações em esfera municipal, em consonância com o processo de etiquetagem de edificações. Incluir, ainda, o planejamento para que esta política pública, constante no PNEF, seja implementada por estes municípios. O arcabouço técnico, metodológico e documental estruturado a partir desta ação será disseminado nacionalmente, contribuindo para que outros municípios venham adotar esta premissa futuramente. Por estes motivos, não é possível redirecionar os recursos previstos para outro projeto.
Universidade Federal de Campina Grande	<b>Procel Indústria</b> Projeto: Programa Aliança 2.0	Propõe que o Projeto utilize recursos a fundo perdido. Manifestou apoio ao Projeto Aliança, destacando bons resultados alcançados. A UCG defende que a utilização de recursos a fundo perdido estimularia a indústria a apoiar projetos de eficiência energética, além de trazer benefícios para fabricantes de máquinas e equipamentos.	Execução do "Programa Aliança 2.0", que prevê a quantificação dos resultados energéticos implementados no primeiro Programa Aliança, expansão do programa para outras plantas industriais e também um projeto piloto que envolva CAPEX (com parte dos recursos a fundo perdido).	Na minha visão, o Programa ALIANÇA foi o melhor trabalho já realizado nas indústrias brasileiras visando o fomento da eficiência energética, e consequentemente, proporcionar aumento de competitividade e redução de custos para a indústria nacional. Apesar da Eficiência Energética ser de suma importância pra indústria, ainda assim, há uma grande resistência na aplicação de recursos para este fim, o que exige apoio do Governo. Com o argumento de que haverá recursos a fundo perdido, isso gera um poder de persuasão que permite que tais projetos de melhoria continuem saiam do papel e sejam implantados, assim como foi no caso do ALIANÇA. Por isso, entendo que o Governo deve continuar apoiando tais iniciativas. Assim como foi um sucesso o Programa ALIANÇA na fase de identificação de oportunidade para melhoria do processo, se for liberado recursos para alguns casos que envolvam CAPEX a fundo perdido, entendo que será possível obter o mesmo sucesso em uma gama maior de projetos, o que trará benefícios tanto para indústria que terá menor custo de produção, como também, para os fabricantes de máquinas e equipamentos. Haverá fomento de diversos setores da indústria. Tal iniciativa poderá impulsionar oportunidades de CAPEX off balance que há tempos é um desejo da indústria e de setores financeiros, mas que também acabam não se concretizando.	Não	Os recursos do Procel são destinados para a promoção de políticas públicas, o que impossibilita a aplicação destes como fundo perdido para entidades privadas ou com fins lucrativos.
Universidade Federal de Campina Grande	<b>Procel Indústria</b> Projeto: Programa Aliança 2.0	Propõe correção ortográfica.	Ademais, durante a execução do Programa Aliança no primeiro PAR, foi identificada também a necessidade de implementação de projetos que envolvam CAPEX. Nesse sentido, pretende-se nesta segunda etapa fazer um piloto, em parceria com a CEF (CAIXA ECONOMICA FEDERAL), de projeto que envolva CAPEX.	Erro de grafia: CAF em vez do correto ser CEF	Totalmente	
SNSA-e-GIZ	<b>Geral</b>	Propõe as seguintes alterações na governança do Grupo Coordenador de Conservação de Energia Elétrica - GCCE: inclusão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; inclusão do Ministério da Integração Nacional e aumento do número de membros para 18.	GCCE-Grupo Coordenador de Conservação de Energia Elétrica 01 Representante + 01 Adjunto: MME – Coordenador ELETROBRAS – Secretária Executiva do PROCEL ANEEL, EPE, MCTIC, MDIC, MMA, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Integração Nacional, MPOG, Casa Civil da Presidência da República, CNI, CNC, CEPEL, CONPET, Sociedade Brasileira, por indicação do MME (18 Membros)	Estudo disponível em <a href="http://www.agricultura.gov.br">http://www.agricultura.gov.br</a> faz uma projeção de consumo de energia elétrica com pivôs na ordem de 6 TWh/ano. Os aumentos da produção irrigada e dos preços da energia fez com que a irrigação passasse a ser um dos maiores custos de produção na agricultura irrigada. As inclusões dos dois ministérios preenchem uma lacuna importante, uma vez que a participação do Ministério das Cidades está restrita ao saneamento.	Não	A governança do Grupo Coordenador de Conservação de Energia Elétrica - GCCE foi definida pelo Decreto Presidencial de 18/07/1991.
SNSA-e-GIZ	<b>Geral</b>	Propõe incluir indicadores de eficiência, em MWh/ano e Percentuais Economizados, na avaliação de resultados feita pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética - CGEE.	3) Avaliar, anualmente, os resultados alcançados, em MWh/ano e Percentuais Economizados, na aplicação dos recursos de eficiência energética.	O estabelecimento das metas quantitativas, sugere-se em MWh/ano e economias percentuais, facilita o acompanhamento dos resultados, a integração com outros planos, torna o PAR mais aderente ao PEEAneel e equilibra a aplicação de recursos financeiros em projetos com metas objetivas (mensuráveis) e metas subjetivas (não mensuráveis).	Parcialmente	Serão adotados tais indicadores nas ações que envolvam implementações com redução de consumo de energia. Entretanto, tais indicadores não são possíveis em projetos ou estudos estruturantes.
SNSA-e-GIZ	<b>Geral</b>	Propõe que o Grupo Coordenador de Conservação de Energia Elétrica GCCE estabeleça metas em MWh/ano e Percentuais economizados.	1) Estabelecer as metas de curto, médio e longo prazo para o PROCEL, em MWh/ano e Percentuais economizados.	O estabelecimento das metas quantitativas, sugere-se em MWh/ano e economias percentuais, facilita o acompanhamento dos resultados, a integração com outros planos, torna o PAR mais aderente ao PEEAneel e equilibra a aplicação de recursos financeiros em projetos com metas objetivas (mensuráveis) e metas subjetivas (não mensuráveis).	Parcialmente	Está previsto no Plano Decenal de Eficiência energética
SNSA-e-GIZ	<b>Geral</b>	Propõe que sejam estabelecidos tetos para despesas com administração, marketing e pessoal, nos moldes do PROPEE das distribuidoras.	(6) As despesas com administração, marketing e mão de obra própria não podem exceder o de X% dos recursos totais do plano, limitados a R\$Y.	Embora não exista uma semelhança absoluta entre o PAR e os projetos e programas de gestão das distribuidoras de energia elétrica, é razoável que, a exemplo do PROPEE, a Aneel estabeleça limites de despesas com mão de obra própria, administração e marketing. Os custos de administração por exemplo (secretaria executiva), somam R\$3 milhões e mais 1% é adicionado como taxa de administração, ao passo que os projetos de gestão de PEE das distribuidoras, por sua vez, estão limitados a R\$1,2 milhão.	Não	Os valores referentes a custeio remuneram a equipe técnica e administrativa do PROCEL. Tais valores cobrem os custos com espaço físico (aluguel, condomínio, IPTU, etc.), consumos de material, serviços (telefonia, energia, reprografia, etc.), viagens, diárias, além de remunerar a equipe da Eletrobras envolvida com o PROCEL nas atividades de planejamento, elaboração de instrumentos jurídicos, contratações, gerenciamento dos recursos financeiros e gerenciamento técnico/contábil do portfólio de projetos. Portanto, trata-se de parcela variável mediante a quantidade de projetos, sua vultuosidade e respectivos custos transacionais envolvidos. Neste contexto, estabelecer limite financeiro para essas despesas poderia prejudicar a consecução do PAR e seus resultados. Quanto ao valor estipulado para a rubrica marketing, cabe análise e definição do Comitê Gestor de Eficiência Energética - CGEE, sendo estabelecido conforme estratégia que considere pertinente.
SNSA-e-GIZ	<b>Procel Educação</b> Projeto: Aperfeiçoamento da Metodologia Procel nas Escolas	Propõe a inclusão de meta no instrumento jurídico, referente a curso presencial.	Incluir 7*) Curso autoinstrucional presencial na plataforma digital educacional	A atividade nº 7: Implementação do kit educacional em escolas com piloto a distância e presencial em 05 cidades de diferentes regiões brasileiras, mas não há uma meta física relacionada ao item presencial.	Não	O avanço e consolidação do EAD justifica sua adoção como forma de apresentação, avaliação e disseminação.
SNSA-e-GIZ	<b>Procel Educação</b> Projeto: Eficiência Energética na Rede Federal de Educação Profissional	Propõe a inclusão de economia de recursos hídricos no objeto do instrumento jurídico.	Desenvolvimento de material didático e disseminação de informações sobre eficiência energética e economia de recursos hídricos na formação profissional e tecnológica	Há uma total sinergia, interdependência e semelhança entre os setores de água e energia. Entende-se que a inclusão de temas sobre a economia de água impacta positivamente a eficiência energética. Em apenas um ato é possível promover a eficiência de dois setores.	Totalmente	A contribuição foi aceita e será incluída na proposta final do projeto, caso tenha parecer favorável pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética - CGEE,

Autor	Área do Procel / Projeto	TEXTOPROCEL	TEXTOINSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO	ACEITE	JUSTIFICATIVA/PROCEL
SNSA-e-GIZ	<b>Procel Educação</b> <b>Projeto:</b> Procel Escola Virtual	Propõe que o objeto do instrumento jurídico seja alterado para deixar explícito que os cursos serão de eficiência energética e de economia de recursos hídricos.	Implementação de um catálogo de cursos de eficiência energética e economia de recursos hídricos na modalidade ensino a distância (EAD) na plataforma digital Escola Virtual de Governo - EVG	Evidenciar o foco do PAR nas ações de eficiência energética com a inclusão da economia de recursos hídricos tendo em vista a sinergia, interdependência e simulação entre os setores de água e energia. Entende-se que a inclusão de temas sobre a economia de água impacta positivamente a eficiência energética.	<b>Totalmente</b>	A contribuição foi aceita e será incluída na proposta final do projeto, caso tenha parecer favorável pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética - CGEE.
SNSA-e-GIZ	<b>Procel Info</b> <b>Projeto:</b> Reestruturação do Portal Procel Info, desenvolvimento do Portal para aplicativos móveis e do Sistema Integrado de Eficiência Energética (SIEE)	Propõe que na meta 4 do instrumento jurídico seja deixado explícito que o banco de dados terá foco nos setores industrial, edificações, serviços públicos e poder público.	4*) Desenvolvimento do banco de dados, com elaboração/adaptação de bases de dados relativas aos processos e produtos oferecidos pelo Procel, com foco nos setores industrial, edificações, serviços públicos e poder público.	Tomar o plano menos genérico para facilitar o acompanhamento e a prestação de contas.	<b>Parcialmente</b>	O projeto de reestruturação do Portal Procel Info prevê o desenvolvimento do banco de dados para o Portal, para armazenamento de bases de dados relativas aos programas do Procel, disponibilizando informações dos projetos e permitindo aos usuários acompanhar a execução dos mesmos. Contudo, determinados ambientes do Portal terão acesso restrito, devido à confidencialidade das informações de alguns projetos. O banco de dados não poderá ter foco somente nos setores industrial, edificações, serviços públicos e poder público, devendo contemplar todos os programas do Procel, como o Selo Procel e o Procel Educação.
SNSA-e-GIZ	<b>Procel Marketing</b> <b>Projeto:</b> Campanha de Publicidade do PROCEL	Propõe que o foco da campanha seja somente no uso racional de energia e da água (p20).	Substituir por uma campanha de uso racional da energia e da água.	Uma campanha sobre uso racional por si só já demonstra a atuação do PROCEL e traz resultados efetivos de economia. A inclusão da economia de água impacta positivamente na economia de energia elétrica. A prestação de contas pode e deve ser feita pelo conforme a governança do PROCEL.	<b>Não</b>	O uso da campanha de publicidade do Procel é um importante instrumento de prestação de contas para a sociedade e não deve ser desconsiderado.
SNSA-e-GIZ	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Percepção do Selo Procel	Considera que a pesquisa provavelmente terá resultados já conhecidos, e que os recursos serão melhor aplicados para uma campanha para conscientizar a sociedade sobre as diferenças entre selo e etiqueta. (p23)	Substituir por uma redefinição da forma de comunicação por intermédio do Selo e da Etiqueta	Inferir-se que a pesquisa vai retomar o mesmo resultado já percebido pelos canais de comunicação do PROCEL. Sugere-se que o recurso seja utilizado, desde já, para reformular a forma de apresentação do Selo e da Etiqueta a fim de eliminar as dúvidas já diagnosticadas.	<b>Não</b>	O propósito dessa pesquisa possui um caráter específico para o Selo Procel. Portanto, esse tipo de pesquisa é pioneira. No passado houve uma pesquisa que abordava a questão do Selo, mas não foi específica, pois abrangia o plano de marketing do Procel como um todo.
SNSA-e-GIZ	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto:</b> Avaliação da infraestrutura e condições operativas dos Laboratórios de Otimização de Sistemas Motrizes – Lamotriz, visando à implementação e elaboração de um plano de negócios para a Rede Lamotriz	Propõe aumento do escopo das atividades, incluindo cargas acionadas. (p38)	ii) as necessidades e justificativas para a aquisição de novos equipamentos e cargas acionadas.	Ao incluir no laboratório, por exemplo, sistemas de distribuição de ar comprimido ou de água, amplia-se o conhecimento e permite a modelagem e a análise de sistemas completos, uma vez que as condições dos sistemas acionados são determinantes para a operação eficiente dos motores.	<b>Não</b>	Os lamotriz foram capacitados no âmbito do Procel Indústria, contendo bancadas didáticas de sistemas de bombeamento, ar comprimido, etc. Para implementação de trabalho em rede nos laboratórios justifica-se, inicialmente, a realização de visitas técnicas aos lamotriz para elaboração de relatório técnico detalhando da infraestrutura laboratorial existente e as condições operativas de cada um.
SNSA-e-GIZ	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto:</b> Programa Brasil Mais Produtivo Eficiência Energética	Propõe o aumento do escopo do projeto, incluindo saneamento básico dentre os sistemas analisados. (p51)	Atuar na eficiência energética de instalações industriais e de saneamento básico por meio da abordagem sistemática, aplicada para o aumento da eficiência energética de sistemas produtivos, por meio da análise e melhorias no consumo de energia de recursos de produção, no chão de fábrica, utilizando como base as premissas da ISO 50001 e com elementos de monitoramento e avaliação dos resultados e impactos do projeto.	As empresas de saneamento ambiental são importantes "indústrias" cujos produtos finais são a água potável e o esgoto tratado. Fortemente dependente de sistemas de bombeamento, os serviços prestados impactam no consumo de energia e nas contas públicas. Os benefícios ultrapassam as fronteiras do próprio serviço de saneamento, uma vez que as empresas públicas podem reverter as economias em benefício de outros setores também essenciais.	<b>Não</b>	O Programa é conduzido pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, sendo o critério de seleção dos segmentos atingidos definidos sob a liderança daquele Ministério, com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, conforme metodologia por eles desenvolvida com foco em pequenas e médias empresas.
SNSA-e-GIZ	<b>Procel Edifica</b> <b>Projeto:</b> Novo Método do PBE Edifica	Propõe a incorporação da avaliação do consumo de água na metodologia do PBE Edifica. (p65)	Implementação do novo método de avaliação da eficiência energética e consumo de água de edificações para etiquetagem no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações – PBE Edifica - e desenvolvimento de bases de apoio à eficiência energética de edificações	A similaridade entre energia elétrica e saneamento permite a unificação das ações de treinamento, conscientização e certificação. Junta-se o fato de que a economia de água exerce forte impacto no consumo de energia dos sistemas de bombeamento, tanto das empresas de saneamento quanto da própria edificação.	<b>Totalmente</b>	O novo método de avaliação do PBE Edifica já contempla a avaliação do uso racional da água na edificação, o percentual de economia e a utilização de águas pluviais.
SNSA-e-GIZ	<b>Procel Edifica</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Mercado Imobiliário Brasileiro	Propõe o aumento do escopo do projeto com a incorporação da medição de água de edificações residenciais. (p69)	Desenvolvimento de estudo quantitativo do potencial de crescimento do mercado imobiliário nacional e do consumo médio de energia elétrica e água de edificações residenciais, ambos por estado, região bioclimática e tipologia edilícia	A similaridade entre energia elétrica e saneamento permite a unificação das ações de treinamento, conscientização e certificação. Junta-se o fato de que a economia de água exerce forte impacto no consumo de energia dos sistemas de bombeamento, tanto das empresas de saneamento quanto da própria edificação.	<b>Totalmente</b>	O aumento de escopo nessas condições não acresce significativamente o trabalho a ser realizado e tem o potencial de proporcionar um conhecimento mais completo acerca do tema. Ademais, o consumo racional de água é um tema correlato à eficiência energética e consta na metodologia de etiquetagem de edificações residenciais.
SNSA-e-GIZ	<b>Procel Edifica</b> <b>Projeto:</b> Estudo sobre Impacto Regulatório da Compulsoriedade do PBE Edifica	Propõe o aumento do escopo do projeto com a incorporação do consumo de água no objeto do instrumento jurídico. (p76)	Avaliação dos impactos do estabelecimento da compulsoriedade do Programa Brasileiro de Etiquetagem de Edificações nos segmentos residencial, comercial e público nos diversos setores envolvidos e sob os aspectos energéticos e de consumo de água, da cadeia de fornecedores de materiais, da cadeia de construção civil, da geração de empregos	A similaridade entre energia elétrica e saneamento permite a unificação das ações de treinamento, conscientização e certificação. Junta-se o fato de que a economia de água exerce forte impacto no consumo de energia dos sistemas de bombeamento, tanto das empresas de saneamento quanto da própria edificação.	<b>Totalmente</b>	O estudo de impacto regulatório da compulsoriedade do PBE Edifica contemplará todos os aspectos envolvidos na aplicação do método, aos quais inclui-se o uso racional de água na edificação.
SNSA-e-GIZ	<b>Procel Sanear</b> <b>Projeto Novo</b> para o PAR	Propõe a criação de um projeto sobre eficiência energética no setor de saneamento caso não seja incluído no escopo do Projeto "Brasil Mais Produtivo Eficiência Energética". (p79)	Incluir Se indeferida a sugestão de inclusão do saneamento no projeto "Brasil Mais Produtivo Eficiência Energética", sugere-se a inclusão de um projeto específico para eficiência energética nesse capítulo	As empresas de saneamento ambiental são importantes "indústrias" cujos produtos finais são a água potável e o esgoto tratado. Fortemente dependente de sistemas de bombeamento, os serviços prestados impactam no consumo de energia e nas contas públicas. Os benefícios ultrapassam as fronteiras do próprio serviço de saneamento, uma vez que as empresas públicas podem reverter as economias em benefício de outros setores também essenciais.	<b>Não</b>	Sugere-se que seja realizado um projeto de eficiência energética em saneamento, mas apresentado de forma genérica, sem qualquer detalhamento e fora do formulário padrão de submissão de Projetos ao PAR.
SNSA-e-GIZ	<b>Procel GEM</b> <b>Projeto:</b> Inclusão de Parâmetros de Eficiência Energética em Códigos de Obra	Propõe o aumento do escopo do projeto pela inclusão no objeto do instrumento jurídico a inclusão de parâmetros de economia de água. (P85)	Realização de Acordos com Prefeituras para a contratação de empresas de consultoria para elaboração e/ou revisão de Códigos de Obra para inclusão de parâmetros de EEE e economia de água nestes, assim como planejamento de incentivos relacionados à adoção da Etiqueta PBE Edifica e Selo Procel Edificações, além de plano para adoção da compulsoriedade da Etiquetagem de edificações no município	A similaridade entre energia elétrica e saneamento permite a unificação das ações de treinamento, conscientização e certificação. Junta-se o fato de que a economia de água exerce forte impacto no consumo de energia dos sistemas de bombeamento, tanto das empresas de saneamento quanto da própria edificação.	<b>Totalmente</b>	Os parâmetros de economia de água são importantes e devem fazer parte dos parâmetros a serem sugeridos para os códigos de obras. Ademais, a adoção desta premissa não representa acréscimo significativo de valor em relação ao previsto, o que tende a ser absorvido pelo processo de licitação. O texto será alterado conforme proposto.
SNSA-e-GIZ	<b>Procel GEM</b> <b>Projeto:</b> Melhoria de Gestão da RCE	Propõe o aumento do escopo do projeto pela inclusão no objeto do instrumento jurídico a inclusão de parâmetros de economia de água. (p90)	Melhoria da gestão da Rede Cidades Eficientes em Energia Elétrica (RCE) e consumo de água	A similaridade entre energia elétrica e saneamento permite a unificação das ações de treinamento, conscientização e certificação. Junta-se o fato de que a economia de água exerce forte impacto no consumo de energia dos sistemas de bombeamento, tanto das empresas de saneamento quanto da própria edificação.	<b>Totalmente</b>	Os parâmetros de economia de água são importantes e devem constar entre os objetivos da RCE. Ademais a adoção desta premissa não representa acréscimo significativo de valor em relação ao previsto, o que tende a ser absorvido pelo processo de licitação. O texto será alterado conforme proposto.
SNSA-e-GIZ	<b>Procel GEM</b> <b>Projeto:</b> Atualização da Metodologia do PLANGE	Propõe o aumento do escopo do projeto pela inclusão no objeto do instrumento jurídico a inclusão de Plano de Gestão de Eficiência Hídrica. (p92)	Revisão e ampliação da metodologia de Planos de Gestão da Energia Elétrica (PLANGE) e eficiência hídrica	A similaridade entre energia elétrica e saneamento permite a unificação das ações de treinamento, conscientização e certificação. Junta-se o fato de que a economia de água exerce forte impacto no consumo de energia dos sistemas de bombeamento, tanto das empresas de saneamento quanto da própria edificação.	<b>Não</b>	A inclusão Plano de Gestão de Eficiência Hídrica no escopo do projeto, conforme sugerido, demandaria uma série de conhecimentos e profissionais especializados que, pela complexidade do tema, aumentariam demasiadamente o custo e o tempo previstos. Além disso, o Procel Sanear já dispõe de uma metodologia de diagnóstico hidroneurogético que atende exatamente ao objetivo proposto, cuja compatibilidade com a metodologia de PLANGE deve ser prevista neste projeto. Por estes motivos, não é possível atender à sugestão.
SNSA-e-GIZ	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Inclusão de critérios de eficiência energética nos programas habitacionais do governo	Propõe o aumento do escopo do projeto pela inclusão no objeto do instrumento jurídico a inclusão de critérios de eficiência nos consumos de energia e água. (p109)	Desenvolvimento de estudos e propostas de ações que viabilizem a adoção de critérios de eficiência nos consumos de energia e água nas edificações dos programas habitacionais do governo	A similaridade entre energia elétrica e saneamento permite a unificação das ações de treinamento, conscientização e certificação. Junta-se o fato de que a economia de água exerce forte impacto no consumo de energia dos sistemas de bombeamento, tanto das empresas de saneamento quanto da própria edificação.	<b>Totalmente</b>	Concordamos com a proposta, uma vez que o uso da água também é uma questão, principalmente financeira, para os moradores das unidades habitacionais populares, assim como a energia elétrica.
SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de SP	<b>Procel Edifica</b> <b>Projeto:</b> Novo método do PBE Edifica	Manifestou apoio o projeto.	Concordamos com o texto proposto	Entendemos ser fundamental a implantação da nova metodologia e a busca por uma compulsoriedade em edificações públicas e privadas	<b>Totalmente</b>	Agradecemos a manifestação de apoio.
SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de SP	<b>Procel Edifica</b> <b>Projeto:</b> Criação de grupo de estudo permanente para a elaboração/atualização de normas técnicas relacionadas à eficiência energética em edificações	Manifestou apoio o projeto.	Concordamos com o texto proposto	O Setor da construção sente necessidade da elaboração das normas para cobrir uma lacuna existente de diretrizes técnicas para a elaboração de projetos de edifícios e especificações com foco em eficiência energética.	<b>Totalmente</b>	Agradecemos a manifestação de apoio.
SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de SP	<b>Procel Edifica</b> <b>Projeto:</b> Compulsoriedade do PBE Edifica	Manifestou apoio o projeto.	Concordamos com o texto proposto	A compulsoriedade em edificações públicas e privadas é importante para avançar a efetividade da eficiência energética nas edificações	<b>Totalmente</b>	Agradecemos a manifestação de apoio.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Educação</b> <b>Projeto:</b> Desenvolvimento de Nova Metodologia Procel nas Escolas	Propõe que seja incluída na nova metodologia a interação com empresas participantes do Programa de Eficiência Energética da ANEEL.	Realização de uma Chamada Pública com objetivo de selecionar proposta para o desenvolvimento de nova metodologia Procel nas Escolas, utilizado nos projetos educacionais no âmbito do PEE da ANEEL, incluindo a adequação do conteúdo à plataformas digitais e a interação com as empresas participantes dos Programas.	Embora tenham se alcançado resultados em termos de divulgação e capacitação, é necessária a interação das empresas de energia elétrica com as Escolas, permitindo formatos de ensino inovadores que incluam oficinas, visitas, simulações com realidade aumentada entre outras possibilidades que extrapolem o ensino em sala de aula e com material impresso/digital.	<b>Parcialmente</b>	A interação entre empresas de energia e as escolas já ocorrem, uma vez que o Procel nas Escolas, em sua maioria, é promovido pelas Concessionárias de Energia Elétrica, relação que continua sendo incentivada. Outros agentes podem atuar igualmente na realização do Procel nas Escolas, junto às instituições de ensino públicas e privadas, desde que estejam adequadas ao PEE da ANEEL. No que se refere ao desenvolvimento de nova metodologia, deve ser ocorrer seleção por meio de chamada pública. Contudo, ambas as metodologias adotadas atualmente não podem ser atualizadas por outros, que não os seus autores e detentores dos direitos de autoria.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Educação</b> <b>Projeto:</b> Eficiência Energética na Rede Federal de Educação Profissional	Propõe incluir nas metas do projeto a certificação de edificações pertencentes à empresas parceiras, não somente as instituições de ensino.	2*) Gestão energética implementada e edifícios certificados em parte significativa dos campi e em empresas e instituições parceiras em todo o território nacional	O Projeto de Eficiência Energética na Rede Federal deveria abranger não só gestão e certificação nos edifícios da instituição, mas também em instalações industriais e comerciais de organizações parceiras que possam contribuir disseminando o conhecimento no setor privado com apoio do setor educacional. Portanto, o escopo das metas poderia abranger Sistemas de Gestão implementados externamente às instalações dos IFs.	<b>Não</b>	Os valores considerados no projeto são limitados ao incentivo da EE na Rede Federal de Ensino. Não há recurso ilimitado. Nada impede que haja o incentivo, na qual cada parceiro invista recursos nessa atividade.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto Novo para o PAR</b>	Propõe novo projeto visando a disseminação do Sistema de Gestão ISO 50001:2018.	Programa de Formação de Auditores Internos e Auditores líderes em Sistemas de Gestão ISO 50001:2018	Um programa massivo de capacitação e certificação de auditores internos e auditores líderes da Norma ISO 50001 permitiria que as empresas desenvolvessem seus próprios Sistemas de Gestão e abriria o mercado de consultoria e certificação, ainda incipiente no Brasil.	<b>Não</b>	A ideia é muito boa e realmente é uma necessidade, principalmente considerando-se a recente revisão da ISO 50.001. Entretanto, trata-se de um novo projeto e não foi apresentado detalhadamente, sendo também necessário o envolvimento do ABNT / CB-116 (Comitê Brasileiro de Gestão e Economia de Energia), que lidera este assunto no Brasil e possui conhecimento de experiências de sucesso em outros países.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Info</b> <b>Projeto:</b> Reestruturação do Portal Procel Info	Propõe dobrar o tempo de manutenção no instrumento jurídico, além da possibilidade de renovar o contrato de manutenção.	24 meses de execução + 12 meses de manutenção = 36 meses	Importância, relevância e complexidade do portal. Prever renovação de contrato de manutenção.	<b>Parcialmente</b>	Como regra de contratação definida pelo Comitê Gestor do PAR Procel, os projetos para este próximo ciclo (PAR 2018) não poderão ter contratação superior a 24 meses, o que impossibilita uma contratação de 36 meses. A sugestão de elevar o período de manutenção para 36 meses é pertinente e bastante importante para a manutenção da operação do Portal, contudo precisa ser analisada a sua viabilidade com a área de TI e contratação da Eletrobras. A renovação do contrato de manutenção também é uma sugestão bastante pertinente, mas assim como a elevação do período de manutenção, também precisa ter a sua viabilidade analisada com a área de TI e contratação da Eletrobras.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Info</b> <b>Projeto:</b> Reestruturação do Portal Procel Info	Propõe alterações na definição da expertise da empresa executora.	Empresa ou Consórcio Especializada em desenvolvimento de plataformas web, com demonstrada expertise em Tecnologia da Informação (TI)	Inserir na contratação empresa especializada em desenvolver plataformas, não apenas empresas de TI, para compreender o gerenciamento completo do desenvolvimento e não apenas a programação.	<b>Totalmente</b>	Concordamos com a sugestão de aumento do escopo do executor do projeto de reestruturação do Portal, haja vista a expertise envolvida na reestruturação, que vai além da tarefa de programação do Portal. Porém, a empresa ou o consórcio especializado devem demonstrar expertise comprovada no desenvolvimento de aplicativos computacionais para plataformas web fixas e móveis.
Mitsidi Projetos	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Percepção do Selo Procel	Propõe correção ortográfica	Nesse sentido, há necessidade de agregar valor à marca do Selo Procel, deixando mais claro ao consumidor os benefícios e as vantagens em adquirir produtos com o Selo Procel, em detrimento à escolha de um produto apenas etiquetado. Cabe lembrar que o Selo Procel é uma marca presente no cotidiano da população, estando presente, visivelmente, dentro das suas próprias residências.	Correção ortográfica.	<b>Totalmente</b>	Texto original apresenta erro gramatical.

Autor	Área do Procel / Projeto	TEXTOPROCEL	TEXTOINSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO	ACEITE	JUSTIFICATIVA/PROCEL
Mitsidi Projetos	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto Novo para o PAR</b>	Propõe novo projeto visando o estabelecimento de critérios mais restritivos para obtenção do Selo Procel.	Reestruturação dos critérios para obtenção do Selo Procel, tornando-o mais restritivo, de forma a reconhecer os equipamentos mais eficientes dentro do nível A.	Nos moldes dos Programas Internacionais de Etiquetagem, e segundo recomendações de organizações especialistas (exemplo CLASP), é necessário atualizar as classes de eficiência para uso correto do Selo.	<b>Não</b>	O Procel já vem executando ações nesse sentido, no âmbito do PAR Procel 2017, como por exemplo, na concessão do Selo Procel para refrigeradores de asselados, onde os índices mínimos para ter direito ao Selo Procel são superiores ao nível A da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia do PBE, além de que, a partir de 2019, só serão aceitos produtos que utilizam gases que apresentem ODP igual a zero e GWP menor ou igual a 150, conforme orientação do Ministério de Meio Ambiente (MMA).  Para outras categorias de equipamentos, os resultados de projetos em andamento e outros propostos no PAR Procel 2018 (pesquisa de posse de equipamentos e hábitos de uso, desenvolvimento de metodologia para ensaios em condicionadores de ar tipo inverter, pesquisas mercadológicas, pesquisa de percepção do Selo Procel, programa de comparação interlaboratorial e acompanhamento da produção de equipamentos com Selo Procel) trarão subsídios que permitirão a priorização das categorias que terão seus critérios de concessão revisados de uma forma mais ampla do que apenas o nível de eficiência energética.
Mitsidi Projetos	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto Novo para o PAR</b>	Propõe novo projeto visando subsidiar a tomada de decisão de compra do consumidor, ao incluir nível de eficiência energética em plataformas de comparação.	Fortalecimento de plataformas de comparação (IDEC) e obrigação a sites de venda de produtos, para que incluam o nível de EE como filtro em suas pesquisas, e facilitem a tomada de decisão do consumidor.	Não preenchido	<b>Não</b>	A pesquisa de posse de equipamentos e hábitos de uso, em andamento, e a pesquisa de percepção do Selo Procel, proposta no PAR Procel 2018, trarão subsídios para que ações nesse sentido sejam incentivadas pelo Procel nos próximos ciclos do PAR Procel.
Mitsidi Projetos	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica	Redefine a descrição da entidade executora do projeto, retirando a possibilidade de entidades representativas do setor participarem do processo.	Empresa de Consultoria ou instituição de pesquisa especializada em Pesquisas de Mercado	Entidades representativas do setor podem apresentar resultados tendenciosos para favorecer seu mercado. Recomenda-se a contratação de empresa de pesquisa de mercado independente e de boa reputação.	<b>Parcialmente</b>	A legislação relacionada a licitações e convênios do setor público preconiza que seja priorizada a ampla concorrência entre os agentes, assim sempre deve ser vislumbrada a possibilidade do maior número possível de entidades qualificadas a concorrer nos processos.  Nesse sentido, a execução das pesquisas contará com a fiscalização de profissionais do Procel capacitados e experientes em pesquisas de mercado, os quais exigirão a utilização de ferramentas para uma gestão qualificada do projeto, definirão os questionários a serem aplicados, a amostragem e sua estratificação, assim como o público alvo a ser entrevistado, evitando qualquer resultado tendencioso. Portanto, não há necessidade de excluir as entidades representativas do setor, uma vez que o alto conhecimento do mercado que essas entidades possuem pode agregar valor ao projeto.  Aceita-se a inclusão de instituição de pesquisa especializada em pesquisas de mercado no rol de possíveis entidades executoras.
Mitsidi Projetos	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto Novo para o PAR</b>	Proposta de novo projeto de roadmap de estoque de equipamentos elétricos.	Desenvolvimento de roadmap de levantamento de estoque de equipamentos elétricos (quantidade, idade, tipo, procedência e níveis de eficiência)	É prioritário para o planejamento futuro do Procel e de outros programas como o PBE, PEE e P&D, contar com um levantamento completo de estoque dos equipamentos elétricos de todos os setores. Desta forma poderão ser norteadas ações e políticas como a agenda de etiquetagem do CGIEE e os benefícios tributários a equipamentos de alta eficiência.	<b>Não</b>	A pesquisa de posse de equipamentos e hábitos de uso prevê o levantamento da quantidade de equipamentos consumidores de energia elétrica em uso no setor residencial em todo o território nacional, sendo que as informações terão validade estatística para interpretação por estados, regiões e Brasil.  Para os demais setores, as metodologias de avaliação de resultados do Selo Procel prevêem essa estimativa e após a sua revisão nos projetos "Desenvolvimento e implantação inicial de metodologias de avaliação de resultados de ações de Eficiência Energética implementadas no Brasil" e "Guia e exemplos práticos de M&V no âmbito dos subprogramas atendidos pelo PAR", dará mais robustez às estimativas.
Mitsidi Projetos	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica	Propõe aumentar o escopo da pesquisa incluindo outros equipamentos de uso de energia elétrica além de refrigeradores comerciais.	Compreender o tamanho do mercado de refrigeradores comerciais selecionados, e outros equipamentos relevantes de uso final de energia elétrica	Tomar a pesquisa mais ampla, considerando outros equipamentos além de refrigeração e o setor comercial. Os recursos previstos permitiriam abranger mais equipamentos/setores.	<b>Não</b>	O levantamento de mercado deste projeto vislumbra a possibilidade da concessão do Selo Procel a novos equipamentos para o caso específico dos equipamentos da área de refrigeração comercial, além de fornecer subsídios para uma eventual futura definição de índices mínimos e de índices para o PBE. O aumento do escopo comprometeria o orçamento atual e o prazo pretendido para execução do projeto.  Futuros projetos, envolvendo outros equipamentos que possam a vir integrar o portfólio de categorias no programa do Selo Procel, serão realizados em outros projetos.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto Novo para o PAR</b>	Propõe novo projeto de levantamento de potencial de eficiência de sistemas térmicos.	Estudo sobre sistemas térmicos (de uso final) no Brasil	Embora os sistemas motrizes sejam os principais consumidores de energia elétrica, não são os que apresentam maior potencial de eficiência com ações de baixo custo. Os sistemas térmicos, de aquecimento direto, calor de processo, condicionamento de ambientes, refrigeração industrial apresentam perdas energéticas não associadas unicamente às unidades motrizes. É prioritário para o Brasil contar com um mapeamento atualizado do nível de eficiência e potencial de redução de consumo e demanda na ponta por projetos de excelência térmica. Um exemplo da importância destes projetos é o foco do Projeto Aliança, detentor de Recursos do PAR Procel 2017 e 2018.	<b>Não</b>	Reconhecimento os sistemas térmicos apresentam elevado potencial quando comparado a eletricidade, fato este evidenciado no estudo da Eletrobras/CNI em 2009 e sumarizado no artigo "eficiência energética na indústria: o que foi feito no Brasil, oportunidades de redução de custos e experiência internacional". Nesse sentido, a proposta inicial apresentada no PAR 2018 é o desenvolvimento de metodologia para a realização de diagnósticos energéticos em sistemas térmicos, incluindo os sistemas motrizes associados.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto Novo para o PAR</b>	Propõe novo projeto de levantamento de potencial de geração distribuída com sistemas térmicos industriais e comerciais (ciclo combinado, co-geração).	Estudo sobre sistemas térmicos (de geração distribuída) no Brasil	Uma estratégia de planejamento energético abrangente, da escala do Procel, deverá compreender estudos de potencial de geração distribuída com sistemas térmicos industriais e comerciais, que contribuam com geração em ciclo combinado. O planejamento de mecanismos de incentivo à cogeração com rejeitos térmicos on-grid requer de um levantamento completo.	<b>Parcialmente</b>	No que se refere a GD, o PAR contempla a questão de mecanismos de financiamento de projetos. A proposta apresentada pode até ser aplicável nos próximos Planos, mas deve-se realizar uma consulta prévia às entidades que trabalham com GD no sentido de identificar a existência de estudos semelhantes já realizados. Portanto, será sugerida a abordagem desse tema no Plano Decenal de Eficiência Energética.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto:</b> Programa Aliança 2.0	Propõe a inclusão de atividade do projeto visando a divulgação dos resultados do primeiro projeto Aliança.	4) Divulgação pública das metodologias e resultados dos projetos implementados no Programa Aliança 1.0, incluindo os aprendizados das políticas energéticas com compromissos e planos de sustentabilidade, segundo previsto como contrapartida do Programa para a Sociedade.	Considerando que os recursos do Procel devem visar o uso racional e eficiente da energia em todos os setores econômicos, os resultados obtidos pelas grandes empresas beneficiadas do Programa Aliança 1.0 devem ser disponibilizados para análise e uso das boas práticas por empresas de pequeno e médio porte. Deve ser planejada uma forma de disponibilizar conhecimento sem compromisso de sigilo empresarial, porém sem coibir a sociedade e as MPME de usufruir do conhecimento gerado.	<b>Não</b>	Em relação a divulgação dos resultados e da metodologia do Programa Aliança, a mesma já está prevista. Inclusive um dos produtos do Aliança 1.0 é "Sistematizar e disponibilizar a plataforma de disseminação de informações técnicas e gerenciais sobre projetos, tecnologias e ferramentas relacionadas à eficiência energética industrial". Deve-se destacar também que o foco de atuação do Programa Aliança é o setor energointensivo, mais especificamente os processos destas indústrias. Portanto, as ações desenvolvidas não se aplicam às indústrias de pequeno e de médio porte.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto:</b> Impacto das técnicas de reparo de motores elétricos sobre seus rendimentos	Propõe correção ortográfica.	Empresas especializadas em ensaio de motores que façam parte do Programa Brasileiro de Etiquetagem	Correção ortográfica.	<b>Totalmente</b>	
Mitsidi Projetos	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto:</b> Desenvolvimento de metodologia e realização do diagnóstico energético em sistemas térmicos e motrizes associados	Propõe aumento do escopo da atividade nº2 do Projeto.	2º) Identificação das variáveis a serem mensuradas e as diretrizes de sistemas de medição de variáveis termodinâmicas para avaliação do diagnóstico energético com análise exérgica.	É de grande importância que a metodologia de diagnóstico exérgico aponte claramente as diretrizes para medição de variáveis termodinâmicas selecionadas, em vista da influência na qualidade dos resultados. Por ser um desenvolvimento pioneiro, deverá conter os mais altos padrões de qualidade de dados para garantir o máximo proveito da análise exérgica.	<b>Parcialmente</b>	Desde que não haja impacto relevante no orçamento do projeto, essa contribuição poderá ser inserida.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto:</b> Desenvolvimento de metodologia e realização do diagnóstico energético em sistemas térmicos e motrizes associados	Propõe aumento do escopo da atividade nº6 do Projeto.	6º) Realização do diagnóstico energético com análise exérgica e análise termoeconômica em uma das indústrias selecionadas.	Da mesma forma que o comentário anterior, uma análise exérgica fornece dados relevantes e valiosos para uma análise termoeconômica, que poderá ajudar divulgar de forma mais sólida os benefícios de levar em consideração vários tipos de energia, com suas respectivas qualidades e irreversibilidades associadas.	<b>Parcialmente</b>	Desde que não haja impacto relevante no orçamento do projeto, essa contribuição poderá ser inserida.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto Novo para o PAR</b>	Proposta de novo projeto visando à criação de etiquetagem para equipamentos térmicos.	Desenvolvimento de metodologia para etiquetagem exérgica de equipamentos térmicos, como fornos, caldeiras, aquecedores, entre outros que só podem ser comparáveis a partir de uma análise de Segunda Lei da Termodinâmica.	Desde a criação do PNEF em 2011, citou-se a importância da análise de Segunda Lei da Termodinâmica e até agora não existe uma metodologia nacional de avaliação de equipamentos térmicos, sejam elétricos ou a combustíveis. Poderia ser uma iniciativa diretamente do MME, juntando o Procel com outros programas em andamento.	<b>Não</b>	O desenvolvimento de metodologia de etiquetagem de equipamentos térmicos não é atribuição do PROCEL.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto:</b> Programa Brasil Mais Produtivo Eficiência Energética	Sugestão de aumento de escopo do projeto para incluir capacitação de funcionários das empresas atendidas.	5. Capacitação de funcionários das empresas atendidas em Sistemas de Gestão da Energia. Se possível integrar com o Sistema de Certificação.	É necessário que o Programa amplie sua atuação além da consultoria para um módulo de capacitação que fixe os conhecimentos nas indústrias que são atendidas. Dessa forma cria-se uma massa crítica entorno à eficiência energética no setor privado.	<b>Não</b>	A metodologia do Programa prevê essa retenção de conhecimento. Porém, não se dá por meio de certificação profissional, mas pela implantação da cultura prevista na ISO 50001 a um técnico designado a participar integralmente do projeto, com dedicação exclusiva, como forma de contrapartida das empresas selecionadas.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Edifica</b> <b>Projeto:</b> Concurso NZEB - Edificações "Near Zero Energy Building"	Sugestão de correção ortográfica.	Realização de concurso para implantação de projetos de NZEB para promoção de expertise nacional no tema, utilizando seus princípios como referência projetual e construtiva.	Correção ortográfica.	<b>Totalmente</b>	Retirar o "e".
Mitsidi Projetos	<b>Procel Edifica</b> <b>Projeto:</b> Concurso NZEB - Edificações "Near Zero Energy Building"	Propõe inclusão de texto para deixar as metas mais específicas.	Serão selecionados 4 projetos para construção de NZEBs.	Detalhamento, deixar mais específico.	<b>Parcialmente</b>	Os critérios para definição de NZEB/ ZEB no concurso serão determinados pela Comissão Julgadora a ser estabelecida quando do início do projeto. A sugestão recebida é pertinente e será encaminhada à Comissão, quando oportuno.
Mitsidi Projetos	<b>Procel GEM</b> <b>Projeto:</b> Inclusão de Parâmetros de Eficiência Energética em Códigos de Obra	Propõe correção de termo técnico e solicitação detalhamento relativo a contratação de empresas de consultoria.	Realização de Acordos com Prefeituras para a contratação de empresas de consultoria para elaboração e/ou revisão de Códigos de Obra para inclusão de parâmetros de EE nestes, assim como planejamento de incentivos relacionados à adoção da Etiqueta PBE Edifica e Selo Procel Edificações, além de plano para adoção da compulsoriedade da Etiquetagem de edificações no município.	É necessário detalhar mais como seriam contratadas as empresas de consultoria. Exemplo: pré-cadastro de empresas qualificadas.	<b>Parcialmente</b>	O termo EEE (Eficiência Energética em Edificações) será substituído por EE (Eficiência Energética), conforme sugerido. A forma de contratação das empresas de consultoria será definida com o detalhamento do projeto, caso seja aprovado, de acordo com as regras de licitação.
Mitsidi Projetos	<b>Procel GEM</b> <b>Projeto:</b> Inclusão de Parâmetros de Eficiência Energética em Códigos de Obra	Propõe a inclusão do CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável) entre as instituições relacionadas.	FNP (Frente Nacional dos Prefeitos), ABM (Associação Brasileira de Municípios), MMA, MME, MCidades, Sinduscons, CBIC, ACEEE (American Council for an Energy Efficient Economy), CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável)	Organização com trabalho relacionado ao projeto.	<b>Totalmente</b>	O CBCS (Conselho Brasileiro de Construção Sustentável) será incluído entre as instituições relacionadas com o projeto, conforme sugerido.
Mitsidi Projetos	<b>Procel GEM</b> <b>Projeto:</b> Atualização da Metodologia do PLANGE	Propõe correção de sigla.	Atualização da Metodologia do PLAMGE	Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica. Poderia ser associado a outras esferas temáticas adjacentes, como gestão hídrica e mobilidade – ir além da energia elétrica, e passar a ser gestão de ativos da prefeitura.	<b>Não</b>	A proposta considera, de fato, alterar a sigla de PLAMGE para PLANGE (Plano de Gestão da Energia Elétrica), de forma a atender qualquer estrutura administrativa responsável por gerir um portfólio energético, e não somente as prefeituras municipais.  A inclusão do tema de gestão hídrica no escopo do projeto, conforme sugerido, demandaria uma série de conhecimentos e profissionais especializados que, pela complexidade do tema, aumentariam demasiadamente o custo e o tempo previstos. Além disso, o Procel Sanear já dispõe de uma metodologia de diagnóstico hidroenergético que atende exatamente ao objetivo proposto, cuja compatibilidade com a metodologia de PLANGE deve ser prevista neste projeto.  O tema mobilidade influencia no consumo de energia elétrica e o planejamento adequado de mobilidade deve prever o aumento exponencial dos VE pessoais e familiares. Entretanto, isso requereria um estudo específico, e portanto não pode ser incluído neste momento.

Autor	Área do Procel / Projeto	TEXTOPROCEL	TEXTOINSTITUIÇÃO	JUSTIFICATIVA/INSTITUIÇÃO	ACEITE	JUSTIFICATIVA/PROCEL
Mitsidi Projetos	<b>Procel GEM</b> <b>Projeto:</b> Atualização da Metodologia do PLANGE	Propõe correção ortográfica e sugere aproveitar resultados do projeto Cidades Eficientes.	O PLANGE – Plano de Gestão da Energia Elétrica é um diagnóstico da situação energética do órgão público que orienta o Administrador para as ações de eficiência energética que devem ser implementadas. Essa metodologia, criada e desenvolvida pela Eletrobras desde 1998, se utiliza de um software para facilitar sua implementação – o SIEM – Sistema de Informação Energética Municipal.	Correção ortográfica. Poderia aproveitar os resultados do projeto Cidades Eficientes, e realizar entrevistas com municípios para entender suas reais dificuldades e demandas.	<b>Parcialmente</b>	A proposta considera, de fato, alterar a sigla de SIEM para SIEN (Sistema de Informações Energéticas), de forma a atender qualquer estrutura administrativa responsável por gerir um portfólio energético, e não somente às prefeituras municipais. A atualização da metodologia e do software será baseada nas necessidades, dificuldades e demandas dos órgãos públicos que são seu principal público-alvo e ainda nas experiências dos usuários até o momento.
Mitsidi Projetos	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> PPH WEB	Propõe a inclusão de período de manutenção no projeto.	6 meses de execução + 6 meses de manutenção = 12 meses totais	Recomenda-se a contratação de um período longo para manutenção, para correção de possíveis falhas e implementação de feedbacks por parte dos usuários/cidadãos.	<b>Não</b>	Embora reconhecer que a proposta é relevante, no sentido que faz um alerta para uma etapa importante do processo, que é a pós-implementação do sistema, cabe ressaltar que a manutenção desse sistema tem a previsão de ser realizada pela equipe própria da área de TI da Eletrobras.
Mitsidi Projetos	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Sistema de Indicadores para Eficiência Energética	Propõe a inclusão de nota no Item Contextualização do Projeto.	Os órgãos públicos responsáveis pela coleta e análise de dados relacionados a Eficiência Energética, deverão disponibilizar um canal de comunicação rápido e eficaz com a organização ou empresa executora, de maneira que facilite a estruturação da Plataforma.	Há informações que só podem ser acessadas através de Lei de Acesso a Informação, o que implica prazos de resposta que poderão impactar o desenvolvimento do projeto.	<b>Totalmente</b>	
Mitsidi Projetos	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Sistema de Indicadores para Eficiência Energética	Propõe aumento do escopo relativo à Atividade Planejada nº5, item 3.	Estabelecimento de arcabouço jurídico para garantia da manutenção, publicidade e transparência do sistema montado. Incluir avaliação da necessidade de compartilhamento de dados compulsório vs. voluntário.	Existem desafios para a coleta de dados de pesquisas como as do IBGE e EPE, relacionadas à falta de compartilhamento de dados por parte dos setores produtivos e a sensibilidade dos relacionamentos público-privados. Considera-se importante avaliar desde o olhar objetivo qual a melhor opção em termos jurídicos e de gestão pública.	<b>Totalmente</b>	
Mitsidi Projetos	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Sistema de Indicadores para Eficiência Energética	Propõe inclusão de atividade para o Projeto.	7º Rodada piloto de cálculo de indicadores para publicação preliminar de resultados.	Considera-se necessário conhecer a aplicação e estratificação dos dados, mesmo para um período ou setor específico, entre a fase de estruturação (ano 2019) e de execução (PAR do ano seguinte), como forma de transição e validação da metodologia desenvolvida.	<b>Totalmente</b>	
Mitsidi Projetos	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto Novo para o PAR</b>	Proposta de novo projeto para elaboração de Balanço de Energia Útil	Balanço de Energia Útil	O último Balanço de energia útil desenvolvido no Brasil foi em 2005, estando já bastante desatualizado à realidade dos setores econômicos, matriz energética e tecnologia instalada. Propõe-se aproveitar recursos do PROCEL para contratação de um novo BEU, inclusive com estruturação de uma pesquisa web, nos moldes do PPH WEB citado neste PAR. Deve ser desenvolvida uma metodologia nova, que compreenda análise de energia primária, e eficiências bem formuladas de transformação nos usos finais elétricos e térmicos.	<b>Parcialmente</b>	A importância do BEU - Balanço de Energia Útil para o desenvolvimento do Plano Decenal de Eficiência Energética é de conhecimento do Procel e, por este motivo, sua atualização havia sido cogitada dentro do escopo deste projeto. Porém, como historicamente o BEU é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e realizado por uma entidade específica (Fundação de Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia - FDTE), tendo alcance bem maior que somente a eficiência energética e não sendo, assim, da alçada do Procel, optou-se por trabalhar somente o Plano Decenal de Eficiência Energética, utilizando os dados mais recentes, mesmo que antigos. Conforme sugestão, será elaborada uma proposta de adequação do escopo e estimativa de valor para avaliar a inclusão da atualização do BEU no projeto. As demais questões serão definidas com o detalhamento do projeto, caso seja aprovado, e a proposta do Plano Decenal de Eficiência Energética será ampliada para R\$ 2 milhões.
Mitsidi Projetos	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica	Propõe aumentar o escopo da pesquisa incluindo outros equipamentos de uso de energia elétrica além de refrigeradores comerciais.	O setor de refrigeração, por exemplo, produz componentes relevantes no consumo energético nas áreas de varejo e alimentação. A compreensão do atual mercado de refrigeração comercial é fundamental para o Procel, para avaliar potenciais impactos e políticas neste segmento. Além do setor de refrigeração, demais setores também são fundamentais. O setor de ar condicionado, ar comprimido, iluminação, representam consumos importantes na matriz brasileira e precisam ser monitorados.	É importante inserir no texto outros setores, além do de refrigeração, para não restringir a aplicação da pesquisa.	<b>Não</b>	O levantamento de mercado deste projeto vislumbra a possibilidade da concessão do Selo Procel a novos equipamentos para o caso específico dos equipamentos da área de refrigeração comercial, além de fornecer subsídios para uma eventual futura definição de índices mínimos e de índices para o PBE. O aumento do escopo comprometeria o orçamento atual e o prazo pretendido para execução do projeto. Futuros projetos, envolvendo outros equipamentos que possam a vir integrar o portfólio de categorias no programa do Selo Procel, serão realizados em outros projetos.
Mitsidi Projetos	<b>Selo Procel</b> <b>Projeto:</b> Pesquisa de Mercado sobre Equipamentos Consumidores de Energia Elétrica	Propõe aumentar o escopo da pesquisa incluindo outros equipamentos de uso de energia elétrica além de refrigeradores comerciais. Afirma que a verba disponível permite a inclusão de outros equipamentos relevantes para o levantamento de mercado de consumo de energia elétrica.	A pesquisa tem como objeto o mapeamento de mercado de diversos equipamentos elétricos de interesse do Procel. Mais especificamente: • Compreender o tamanho do mercado de refrigeradores comerciais, sistemas de ar condicionado, sistemas de iluminação e sistemas de ar comprimido selecionados; • Compreender quais os principais competidores de cada tipo de equipamento operando no segmento comercial, bem como a importância de produtos importados vs. nacionais; • Utilizar práticas de um país de benchmark (Estados Unidos) para compreender potenciais políticas e legislações impactando os segmentos selecionados.	A verba disponível para o projeto é suficiente para uma pesquisa mais ampla, que inclua outros equipamentos, além dos sistemas de refrigeração. Sistemas de ar condicionado de grande porte, como chillers, por exemplo, também não tem certificação nacional.	<b>Não</b>	O levantamento de mercado deste projeto vislumbra a possibilidade da concessão do Selo Procel a novos equipamentos para o caso específico dos equipamentos da área de refrigeração comercial, além de fornecer subsídios para uma eventual futura definição de índices mínimos e de índices para o PBE. O aumento do escopo comprometeria o orçamento atual e o prazo pretendido para execução do projeto. Futuros projetos, envolvendo outros equipamentos que possam a vir integrar o portfólio de categorias no programa do Selo Procel, serão realizados em outros projetos.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto:</b> Estudos sobre sistemas motrizes no Brasil	Propõe aumento do escopo da pesquisa, incorporando o levantamento de fornecedores atuais no país, fabricantes e importadores.	Este estudo tem por objeto a realização de estudo de mapeamento do parque industrial de sistemas motrizes instalado no Brasil, bem como um levantamento dos fornecedores atuais no país, seja via produção nacional, seja importação, apresentando análises sobre tecnologias instaladas, segmentos industriais mais relevantes e dados de mercado.	Para complementar os resultados do importante trabalho descrito, é necessário entender também quem são os principais fornecedores, bem como qual parte dos equipamentos tem produção nacional e qual parte é importada. Essa informação permitirá um maior entendimento do setor, principalmente quanto a questões e barreiras referentes a problemas de importação, manutenção e fornecimento.	<b>Totalmente</b>	A contribuição apresentada vai ao encontro do objetivo do estudo, que é mapear o mercado, enriquecendo a proposta de projeto. Portanto, desde que não haja impacto relevante no orçamento do projeto, essa contribuição poderá ser inserida.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Indústria</b> <b>Projeto:</b> Desenvolvimento de metodologia e realização de diagnóstico energético em sistemas térmicos e motrizes associados	Propõe a inclusão de atividade no Projeto.	7º Desenvolvimento e inserção nos diagnósticos de Diagramas de Sankey e Grassmann para comparação do consumo elétrico e térmico	Diagramas de Sankey (energia) e Grassmann (exergia) são os principais recursos para visualização rápida e comparação de diferentes consumos de energia. A inclusão desses diagramas nos diagnósticos é importante para garantir um bom entendimento dos resultados obtidos.	<b>Parcialmente</b>	Apesar de não estar evidenciada, esta atividade fará parte da metodologia, na seção de resultados.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Edifica</b> <b>Projeto:</b> Concurso NZEB - Edificações "Near Zero Energy Building"	Recomenda definir as zonas climáticas onde serão construídas as NZEBs.	Sem sugestão	É fundamental determinar quais as zonas climáticas que as edificações serão construídas, uma vez que isso impactará diretamente o resultado final do consumo. Uma edificação construída em uma região quente, por exemplo, apresentará um consumo de energia muito superior a uma edificação construída em uma região temperada.	<b>Parcialmente</b>	Os critérios para definição de NZEB/ ZEB no concurso serão determinados pela Comissão Julgadora a ser estabelecida quando do início do projeto. A sugestão recebida é pertinente e será encaminhada à Comissão, quando oportuno.
Mitsidi Projetos	<b>Procel Edifica</b> <b>Projeto:</b> Compulsoriedade do PBE Edifica	Propõe inclusão de atividade para o Projeto.	9º Análise de impacto regulatório da compulsoriedade sobre as construtoras de edificações, de forma a entender o impacto financeiro e as possibilidades de financiamento desse impacto	Assim como está sendo realizado para o setor de ar condicionado residencial, via projeto Kigali, a compulsoriedade do PBE Edifica requer uma análise de impacto regulatório que demonstre em alguns cenários o impacto sobre as construtoras. A adoção do PBE Edifica hoje resulta em um maior custo de projeto e obra, ignorar esse aumento no custo resultará em uma oposição forte à compulsoriedade. Levantar os custos potenciais e quais linhas de financiamento podem suprir esse custo é importante para garantir uma boa evolução do programa.	<b>Não</b>	A atividade proposta "Análise de impacto regulatório da compulsoriedade sobre as construtoras de edificações, de forma a entender o impacto financeiro e as possibilidades de financiamento desse impacto" está inserida no escopo de outro projeto presente neste Plano de Aplicação de Recursos do Procel 2018, notadamente o projeto "Estudo sobre Impacto Regulatório da Compulsoriedade do PBE Edifica".
Mitsidi Projetos	<b>Procel GEM</b> <b>Projeto:</b> Inclusão de Parâmetros de Eficiência Energética em Códigos de Obra	Propõe a inclusão de consultorias, além de prefeituras, como entidades executoras.	Prefeituras Municipais e empresas de consultoria especializada com experiência em desenvolvimento regulatório de eficiência energética	A maioria das prefeituras do país não tem mão de obra especializada com experiência suficiente para rever o Código de Obras no que tange a eficiência energética. A participação de empresas de consultoria é fundamental para garantir a formulação de diretrizes que façam sentido e possam ser adotadas nas mais diversas regiões brasileiras.	<b>Não</b>	A contratação das empresas executoras pelas prefeituras está prevista nas ATIVIDADES PLANEJADAS (Item 3º) do projeto. Mas, a entidade executora, entendida como aquela que recebe os recursos diretamente da Eletrobras, tem de ser a prefeitura municipal.
Mitsidi Projetos	<b>Procel GEM</b> <b>Projeto:</b> Treinamentos em Eficiência Energética para o Poder Público	Propõe dobrar o número de treinamentos, alegando que a verba disponível é suficiente.	3º Realização de 10 treinamentos	A verba disponível para o projeto é mais do que suficiente para a realização do dobro de treinamentos previsto.	<b>Não</b>	O valor estimado para o projeto é uma média baseada em tomada de preços com propostas de 04 (quatro) empresas de mercado. Por este motivo não é possível aumentar a quantidade de treinamentos prevista.
Mitsidi Projetos	<b>Procel GEM</b> <b>Projeto:</b> Melhoria de Gestão da RCE	Propõe a inclusão de atividade no Projeto.	3º Determinação das estratégias para incluir os resultados do projeto e do novo modelo da RCE na plataforma online do PROCEL	A plataforma online do PROCEL será completamente reformulada, e uma ótima oportunidade de incluir também o material da RCE em sua estrutura.	<b>Parcialmente</b>	As estratégias do novo modelo da RCE serão determinadas durante uma das atividades previstas (Item 2º - Proposição de novo modelo de gestão e governança da RCE), portanto não se faz necessário incluir uma nova atividade. Porém, o detalhamento deste projeto, caso seja aprovado, considerará a interação da RCE com a reformulação da plataforma online do Procel.
Mitsidi Projetos	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Desenvolvimento e implantação inicial de metodologias de avaliação de resultados de ações de Eficiência Energética implementadas no Brasil e Guia e exemplos práticos de M&V no âmbito dos subprogramas atendidos pelo PAR	Propõe consulta e aproveitamento do material disponibilizada pela ANEEL sobre M&V.	2) Consulta e aproveitamento do material disponibilizada pela ANEEL sobre M&V. Elaboração de guia e exemplos práticos de M&V.	A ANEEL possui um extenso material sobre M&V divulgado em seu site, o material do PROCEL deve estar alinhado com o que consta do material da ANEEL.	<b>Parcialmente</b>	Diversas fontes deverão ser consultadas e o material disponibilizada pela ANEEL sobre M&V, será uma delas, porém a metodologia a ser desenvolvida neste projeto contém particularidades que podem não ser abarcadas pela metodologia da Aneel.
Mitsidi Projetos	<b>Projetos Estruturantes</b> <b>Projeto:</b> Concurso de Inovação para Soluções em Eficiência Energética	Propõe redefinição das empresas executoras para incluir empresas de consultoria especializada.	Associação de Direito Privado sem fins lucrativos / Órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo / Empresa de consultoria especializada com experiência com startups	Existem diversas empresas de aceleração atuando no país com grande experiência na aplicação de concursos que poderiam usar seu know-how para participar do projeto do Concurso de Inovação para Soluções em Eficiência Energética.	<b>Totalmente</b>	Será avaliada a possibilidade de inclusão de outros agentes vinculados a inovação e start ups para participarem da Chamada Pública de parceiros para execução do referido projeto, como as empresas especializadas em aceleração.